

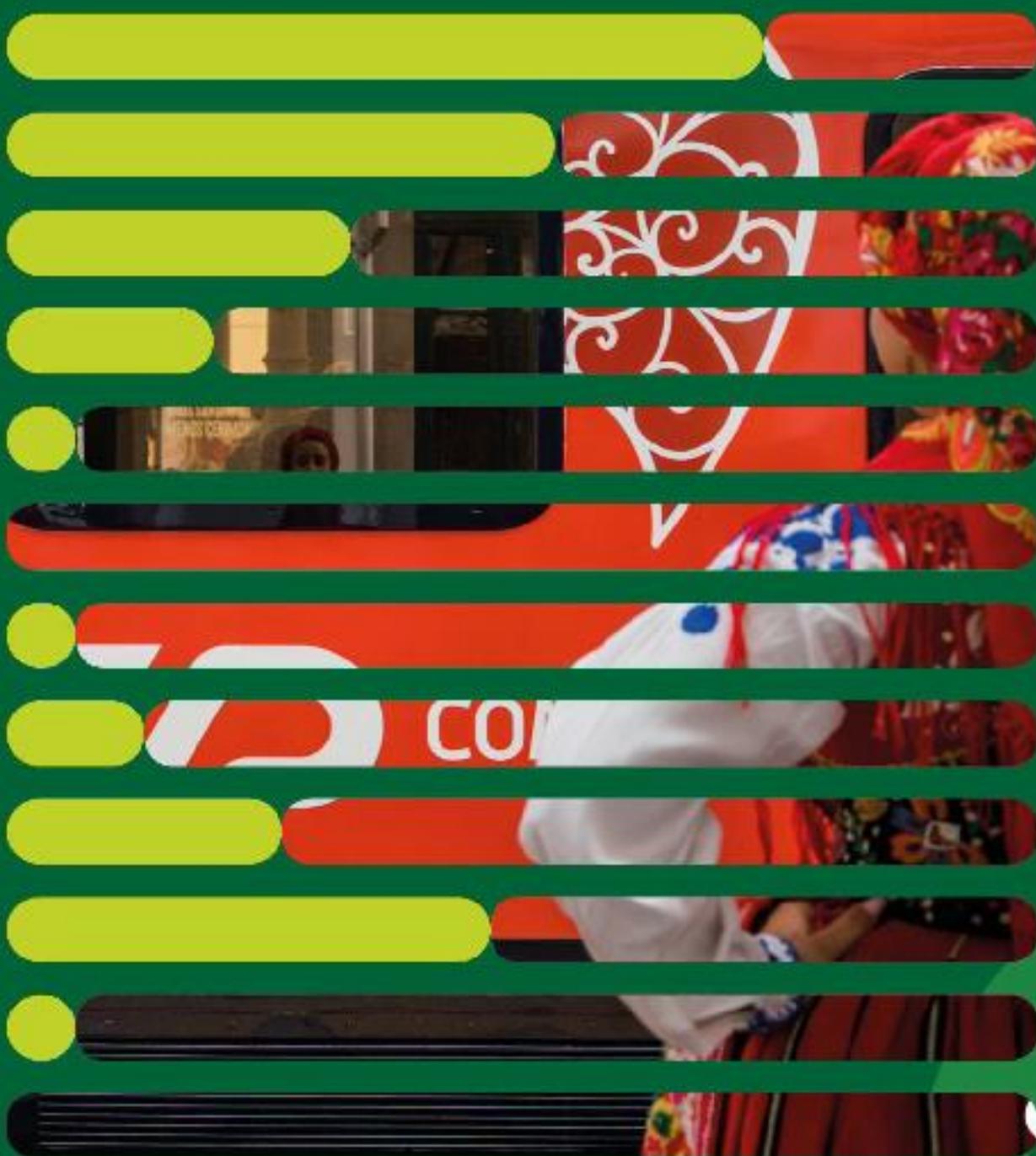
Relatório e Contas



COMBOIOS DE PORTUGAL

2022

A nossa viagem só tem um
destino: a sustentabilidade



Ficha Técnica

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

Calçada do Duque, nº 20

1249 - 109 Lisboa

Nº Contribuinte: 500 498 601

Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109º

Capital Estatutário: 3 959 489 351,01 € (a 31 de dezembro de 2022)

Conceção e Coordenação:

Direção de Planeamento, Controlo e Informação de Gestão

Direção Financeira

Contactos:

institucional@cp.pt



Este conteúdo respeita as normas do novo Acordo Ortográfico

Índice

MENSAGEM DO PRESIDENTE	9
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	12
DESTAQUES	14
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	17
2022 EM RETROSPETIVA	22
Serviço	23
Comercial	24
Material Circulante	25
Certificações	26
Campanhas de Marketing	27
Ambiente	28
Modelo de Governo	29
O NOSSO NEGÓCIO EM 2022	30
Evolução dos Indicadores Comerciais	31
Passageiros Transportados	31
Proveitos do Transporte de Passageiros	32
A Nossa Oferta de Transporte	33
Qualidade do Serviço	35
Atividade de Manutenção	37
Introdução	37
Atividade Interna	37
Prestação de Serviços de Manutenção a Terceiros	38
Frota	39
Recursos Humanos	41
Efetivo	41
Absentismo	42
Trabalho Suplementar	43
Formação	44
Investimentos Realizados	45
Aquisição de Material Circulante	45
Modernização do Material Circulante	45
Intervenções em Instalações Fixas	46
Equipamentos e Informatização	46
O Grupo CP	47

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	48
Quadro – Resumo	49
1. Objetivos de Gestão	51
Orientações Estratégicas	51
Plano de Atividades e Orçamento	51
Execução do Plano de Investimentos	55
Execução Orçamental	56
2. Gestão do Risco Financeiro	60
3. Limite de Crescimento do Endividamento	61
4. Prazo Médio de Pagamento	61
5. Recomendações do Acionista	63
6. Remunerações /honorários	63
Remunerações do Conselho de Administração	65
Fiscalização	69
7. Aplicação dos Art.ºs 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público	71
8. Art.ºs 16º do RJSPE e 11º do EGP	72
9. Relatório Sobre Remunerações Pagas a Mulheres e Homens	72
10. Relatório Anual Sobre Prevenção da Corrupção	73
11. Contratação Pública	73
12. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)	73
13. Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais	74
14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	77
15. Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas	78
16. Plano para a Igualdade	78
17. Demonstração Não Financeira	78
18. Informação no Site do SEE	78
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	79
Conta de Exploração	80
Resultado Líquido	80
Resultado Operacional das Atividades de Transporte de Passageiros e Manutenção (EBITDA)	81
Resultado Operacional	81
Resultado Financeiro	82
Balanço	83
Ativo	83
Capital Próprio	84
Passivo	84
Financiamento	85
Dívida Financeira	86
PERSPETIVAS PARA 2023	88
FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	91

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	93
DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	95
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	97
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	104
Identificação da Entidade e Período de Relato (nota 1)	105
Identificação da Entidade	105
Acesso à Infraestrutura	105
Regime de Concessão	106
Contrato de Serviço Público	108
Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2) 110	110
Referencial Contabilístico	110
Derrogações ao SNC	110
Valores Comparativos	110
Adoção Pela Primeira Vez das NCRF–Divulgação Transitória (nota 3)	112
Principais Políticas Contabilísticas (nota 4)	112
Bases de Mensuração	112
Políticas Contabilísticas Relevantes	113
Investimentos Financeiros em Subsidiárias e Associadas	117
Outros Ativos/Passivos Financeiros	118
Entidades Conjuntamente Controladas	120
Inventários	120
Clientes e Outros Créditos a Receber	120
Caixa e Equivalentes de Caixa	121
Empréstimos e Descobertos Bancários	121
Ativos não Correntes Detidos para Venda e Operações em Descontinuação	121
Transações em Moeda Estrangeira	122
Reconhecimento do Rédito	122
Reconhecimento de Gastos e Rendimentos	123
Provisões	123
Juros e Rendimentos Similares Obtidos e Juros e Gastos Similares Suportados	124
Imposto sobre Lucros	124
Ativos e Passivos Contingentes	124
Loações	125
Acontecimentos Subsequentes	125
Juízos de Valor	126
Principais Pressupostos Relativos ao Futuro	126
Principais Fontes de Incerteza das Estimativas	126
Vida Útil de Ativos Fixos Tangíveis	127
Cobranças Duvidosas	127
Inventários	127
Provisões	128
Ativos Não Correntes Detidos Para Venda	128
Fluxo de Caixa (nota 5)	129
Rubrica de Caixa e Depósitos Bancários	130

Desagregação dos Valores Inscritos na Rubrica de Caixa e Depósitos Bancários	130
Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 6)	130
Partes Relacionadas (nota 7)	131
Ativos Intangíveis (nota 8)	133
Ativos Fixos Tangíveis (nota 9)	134
Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 10)	136
Locações (nota 11)	137
Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 12)	138
Outros Investimentos Financeiros (nota 13)	139
Impostos Sobre o Rendimento (nota 14)	140
Inventários (nota 15)	142
Clientes (nota 16)	143
Estado e Outros Entes Públicos (nota 17)	144
Outros Créditos a Receber (nota 18)	145
Diferimentos (nota 19)	146
Capital Subscrito (nota 20)	146
Reservas Legais (nota 21)	147
Outras Reservas (nota 22)	147
Resultados Transitados (nota 23)	147
Material Circulante	147
Outros Ativos Fixos Tangíveis	148
Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 24)	148
Provisões (nota 25)	149
Financiamentos Obtidos (nota 26)	150
Outras Dívidas a Pagar (nota 27)	152
Fornecedores (nota 28)	153
Vendas e Serviços Prestados (nota 29)	153
Subsídios à Exploração (nota 30)	154
Ganhos/Perdas Imputados a Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos (nota 31)	155
Variação da Produção (nota 32)	156
Trabalhos para a Própria Entidade (nota 33)	156
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 34)	157
Fornecimentos e Serviços Externos (nota 35)	158
Gastos com Pessoal (nota 36)	159
Imparidades de Investimento Não Depreciáveis/ Amortizáveis (nota 37)	160
Aumentos/Reduções de Justo Valor (nota 38)	160
Outros Rendimentos (nota 39)	161
Outros Gastos (nota 40)	161
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 41)	162
Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 42)	162
Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 43)	163
Juros e Gastos Similares Suportados (nota 44)	163
Garantias e Avais (nota 45)	164
Acontecimentos Relevantes Após a Data de Balanço (nota 46)	164
Proposta de Aplicação de Resultados (nota 47)	164

RELATÓRIO DE AUDITORIA	165
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	167
RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL	169

Índice de Gráficos

	Gráfico 1 - Taxa anual de crescimento do PIB em cadeia entre 2019 e 2022.	18
	Gráfico 2 - Taxa de variação homóloga do PIB entre 2020 e 2022.....	19
	Gráfico 3 - Evolução da Taxa de Desemprego desde 2021, por trimestre.	20
	Gráfico 4 - Variação homóloga mensal do IHPC durante 2021 e 2022.....	21
	Gráfico 5 - Evolução da procura e dos proveitos de tráfego entre 2016 e 2022.....	32
	Gráfico 6 - Evolução da frota de material circulante ao serviço comercial.	40
	Gráfico 7 - Distribuição do Efetivo a Cargo pelas grandes áreas da CP.	42
	Gráfico 8 - Taxa de Absentismo no período por grandes áreas da Empresa.....	42
	Gráfico 9 - Taxa de Trabalho Suplementar no período por grandes áreas da Empresa.....	43
	Gráfico 10 - Distribuição dos Investimentos pelos grandes grupos.	45
	Gráfico 11 - Grupo CP.....	47
	Gráfico 12 - Fontes de Financiamento.....	86
	Gráfico 13 - Estrutura da Dívida.....	87

01

MENSAGEM DO PRESIDENTE



O Relatório e Contas que agora apresentamos é marcante na história da CP – Comboios de Portugal. Em 2022, alcançámos um feito inédito: um resultado líquido positivo de 9,2 milhões de euros. Este resultado é ainda mais relevante considerando o expressivo aumento dos custos com energia para a tração dos comboios, cujos gastos aumentaram mais de 28,5 milhões de euros em apenas um ano.

Este marco sublinha a dedicação, esforço e compromisso dos trabalhadores da CP.

Transportámos mais de 148 milhões de passageiros, o maior número nas últimas duas décadas, demonstrando a confiança que a população deposita nos serviços da CP.



Continuamos a fazer progressos notáveis na recuperação de material circulante, otimizando recursos e maximizando a eficiência. Consequentemente, demos continuidade à revitalização de equipamentos anteriormente inativos e poupámos milhões com a devolução de algumas automotoras alugadas à congénere espanhola.

Quanto ao desempenho dos nossos serviços, comparado com 2019, assistimos a um aumento de 2,2% no número de passageiros transportados. Especial menção aos Urbanos de Lisboa, com um crescimento de 6,7%, e aos serviços regionais, que registaram um aumento de 5,1%. Acreditamos que aumento em cerca de 12% na procura dos títulos mensais foi impulsionado pelo PART.

A nossa empresa continuou a operar de forma eficiente em 2022, alcançando um índice de regularidade de 97,5%. Realizámos mais de 421 mil circulações. E, caso excluíssemos o impacto das greves, teríamos atingido uma regularidade de 99,5%. No que diz respeito à pontualidade, foi de 80,7%. Importa salientar que 71% dos atrasos foram causados por fatores externos à nossa empresa, como por exemplo, os atrasos provocados pelas obras de modernização da infraestrutura. Este desempenho é um testemunho do profissionalismo e dedicação dos nossos trabalhadores, a quem deixo o meu mais sincero agradecimento.

Relativamente ao material circulante grafitado, presenciamos uma transformação notável: de 37% em 2019 para apenas 0,5% no final de 2022. Este progresso realça o nosso compromisso em proporcionar uma viagem cómoda aos nossos passageiros, com comboios cada vez mais limpos e cuidados.

Os resultados que apresentamos neste relatório são a consequência de uma gestão prudente e focada na sustentabilidade, e do papel fulcral desempenhado por cada membro da nossa equipa. É também a prova do nosso empenho em utilizar de forma eficiente os recursos financeiros oriundos de fundos públicos.

Reafirmamos o nosso compromisso para com um futuro mais verde, investindo em mobilidade sustentável e minimizando a nossa pegada ecológica. Continuaremos a inovar e a modernizar a CP, pois acreditamos ser fundamental para o nosso sucesso futuro.

Este marco histórico não é um fim, mas sim um começo. É o primeiro passo de uma jornada que nos levará a melhorar ainda mais a qualidade do transporte ferroviário em Portugal e a reforçar a nossa posição de liderança enquanto maior transportador terrestre nacional.

Por último, mas não menos importante, expressamos a nossa gratidão aos nossos clientes. Juntos, estamos a moldar o futuro do transporte ferroviário em Portugal. Obrigado pela confiança.

02

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





**Pedro Miguel Sousa
Pereira Guedes Moreira**

Presidente



**Maria Isabel de
Magalhães Ribeiro**

Vice-Presidente



**Ana Maria dos
Santos Malhó**

Vogal



**Pedro Manuel Franco
Ribeiro**

Vogal



**Joaquim José
Martins Guerra**

Vogal

03

DESTAQUES





Passageiros Transportados → 148,1 milhões
 $\Delta = 49,5\%$



Comboios → 421,5 mil
 $\Delta = -0,4\%$

Cks → 28,0 milhões
 $\Delta = 2,0\%$



Proveitos de Tráfego → 255,7 milhões de euros
 $\Delta = 49\%$

Faturação de Manutenção → 13,9 milhões de euros
 $\Delta = -15\%$



Trabalhadores a Cargo → 3 750
 $\Delta = -34$



Veículos na Frota → 432
 $\Delta = 17$

Indicadores Operacionais	2022	2021	Δ 22-21	Δ %
Procura				
Passageiros (10 ³)	148 123	99 103	49 020	49,5%
Passageiros Quilómetro (10 ³)	4 038 038	2 526 613	1 511 425	59,8%
Oferta				
Comboios (10 ³)	421,5	423,2	-2	-0,4%
CK (10 ³)	28 023	27 463	560	2,0%
LKO (10 ⁶)	12 647,4	12 384,4	263,0	2,1%
Recursos Humanos				
Efectivo Final a cargo	3 750	3 784	-34	-0,9%
Efectivo Médio a cargo	3 760	3 766	-6	-0,2%
Frota - Parque Ativo				
Automotoras	244	245	-1	-0,4%
Locomotivas	47	44	3	6,8%
Carruagens	141	126	15	11,9%

Indicadores Financeiros (10 ³ €)	2022	2021 (Valores Reexpressos)	Δ 22-21	Δ %
Proveitos Tráfego	255 723	171 570	84 153	49,0%
Rendimentos Operacionais *	434 577	369 159	65 418	17,7%
Subsídios à Exploração **	116 204	141 117	-24 913	-17,7%
Gastos Operacionais *	349 294	303 404	45 890	15,1%
EBITDA *	85 283	65 755	19 528	29,7%
Resultado Operacional	28 623	9 269	19 354	208,8%
Resultado Líquido	9 181	-13 823	23 004	166,4%

* Contidos nos Rendimentos Operacionais. Inclui subsídios à exploração e compensações financeiras pelas obrigações de serviço público.

** Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades *core* da empresa.

04

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO



Enquadramento Macroeconómico¹

Contas Nacionais

No ano de 2022, o PIB registou um crescimento de 6,7% em volume, enquanto o valor nominal aumentou 11,5%, atingindo cerca de 239 mil milhões de euros.

Este crescimento foi o mais elevado desde 1987, após o aumento de 5,5% em 2021 que se seguiu à diminuição histórica de 8,3% em 2020, na sequência dos efeitos adversos da pandemia na atividade económica.

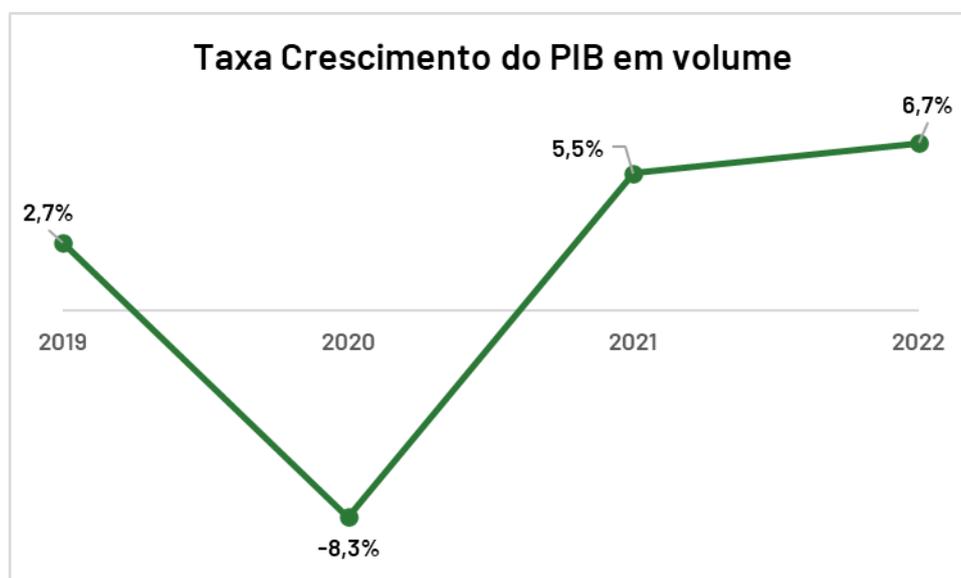


Gráfico 1 - Taxa anual de crescimento do PIB em cadeia entre 2019 e 2022.

Fonte: www.ine.pt

Numa análise mais fina, em termos trimestrais, comparando as evoluções homóloga e em cadeia, verificamos que qualquer uma das taxas foi positiva durante todo o ano de 2022, embora menos expressivas do que em 2021, ano em que se começou a registar a recuperação pós-pandemia.

Todas as variáveis do PIB cresceram nos quatro trimestres, com especial relevância para o primeiro trimestre, com a procura interna a registar uma taxa de variação homóloga na ordem dos 9,5%, verificando-se uma aceleração do consumo privado e uma desaceleração do Investimento. O contributo da procura externa líquida passou a positivo em 2022, tendo-se registado uma aceleração das exportações de bens e de serviços mais intensa que a das importações de bens e serviços.

¹ Fonte: www.INE.pt e [BPstat\(bportugal.pt\)](http://BPstat(bportugal.pt)).

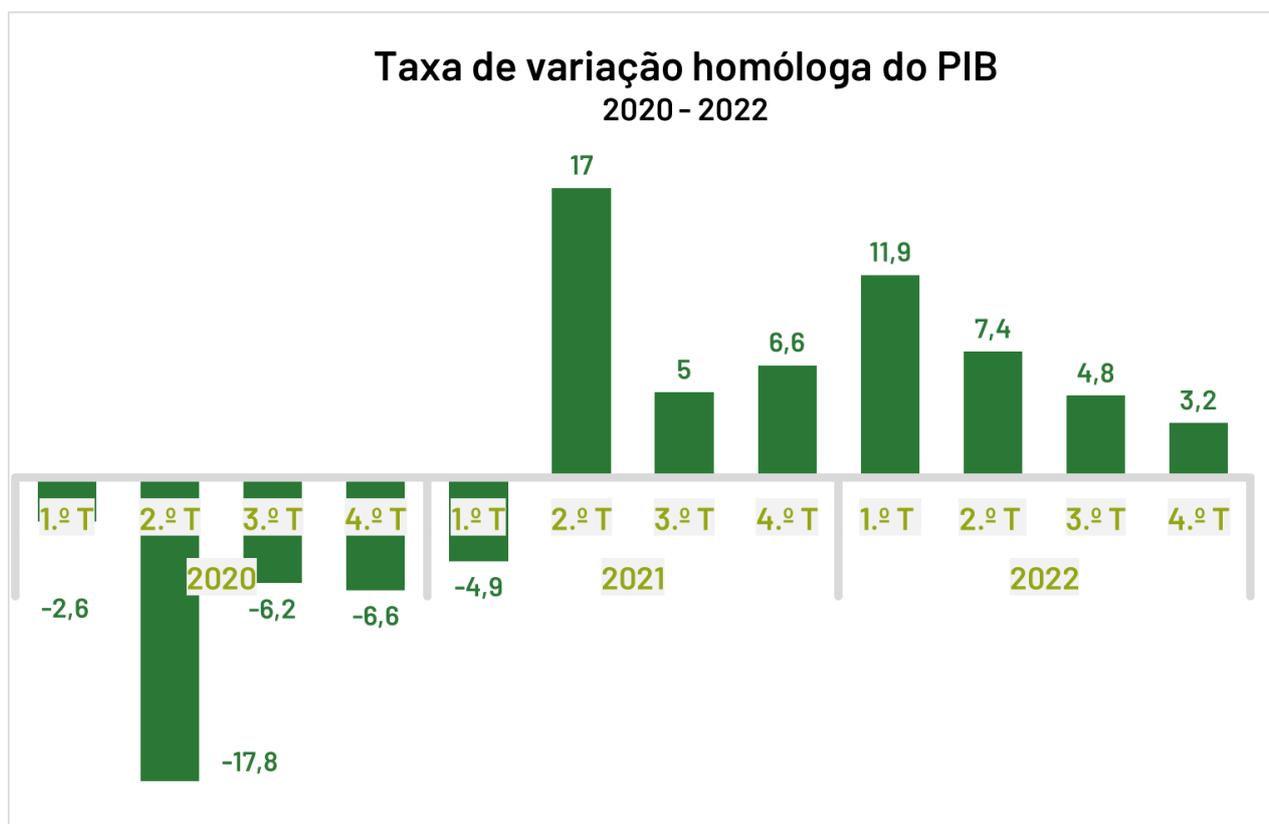


Gráfico 2 - Taxa de variação homóloga do PIB entre 2020 e 2022.

Fonte: www.ine.pt

Mercado de Trabalho

A taxa de desemprego no 3.º e 4.º trimestres de 2022 situou-se, respetivamente, em 5,8 e 6,5%, o que corresponde a uma inversão da tendência de decréscimo que se vinha a verificar em anteriores trimestres.

Depois de durante a pandemia se ter generalizado o trabalho remoto, esta alternativa, que se pensava provisória, tornou-se uma solução duradoura para muitas organizações e trabalhadores. O teletrabalho ou pelo menos um regime híbrido, presencial e remoto, surgiu como uma tendência para o futuro, com impacto no mercado da mobilidade.

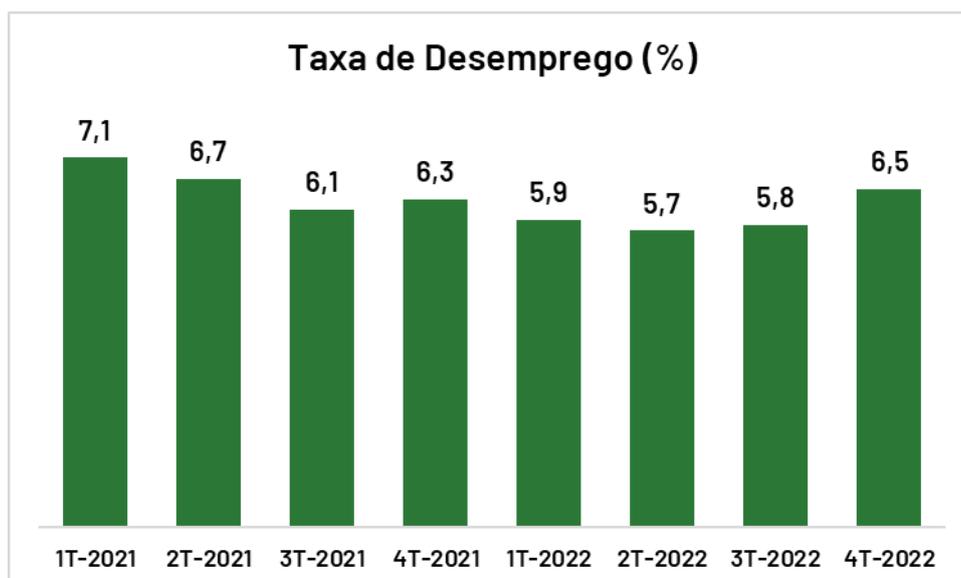


Gráfico 3 - Evolução da Taxa de Desemprego desde 2021, por trimestre.

Fonte: www.ine.pt

Inflação

No seguimento da tendência verificada no segundo semestre de 2021, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou variações homólogas crescentes, que aceleraram no seguimento da invasão da Ucrânia, refletindo, principalmente, o impacto da variação dos preços dos produtos energéticos e alguma recuperação da atividade económica.

A inflação média anual atingiu o valor de 7,8%, o mais elevado desde 1992 (ano em que se cifrou em 9,6%).

Apesar do efeito do acréscimo de consumo no Natal, assistiu-se a alguma desaceleração da inflação nos meses de novembro e dezembro, embora as taxas se tenham mantido elevadas.

Evolução da Taxa de Variação Homóloga do IHPC

2021-2022

■ Índice harmonizado de preços no consumidor (Taxa de variação homóloga)

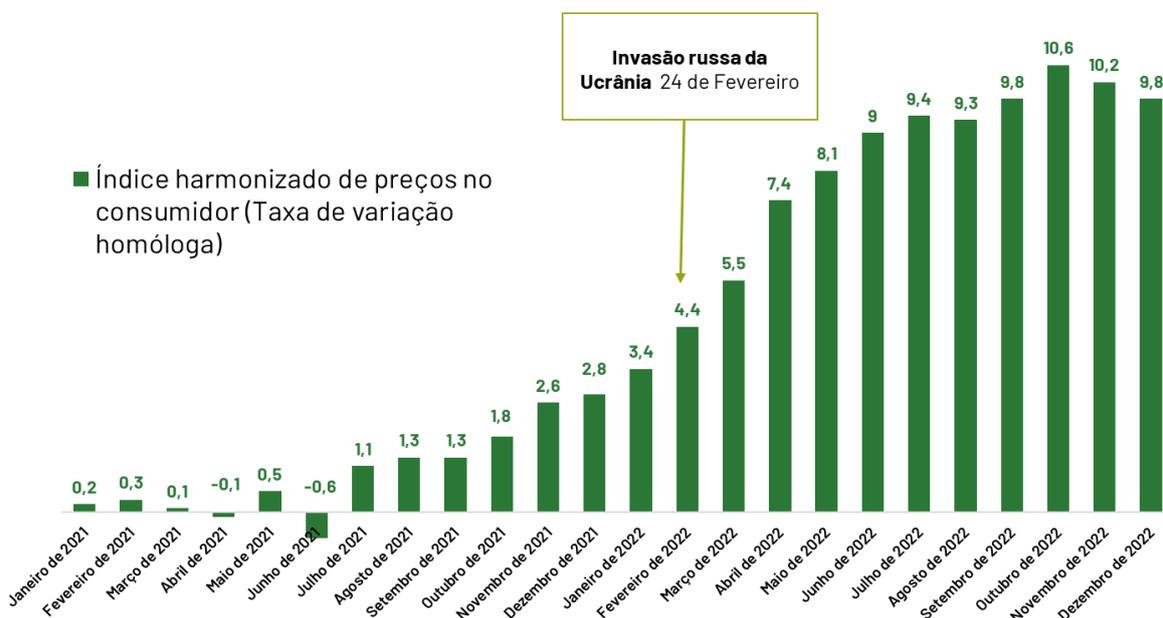


Gráfico 4 – Variação homóloga mensal do IHPC durante 2021 e 2022.

Fonte: www.ine.pt



05

2022 EM RETROSPETIVA



Serviço

Nova oferta na Linha do Douro

A partir de meados de maio a oferta na Linha do Douro foi reforçada na ligação Porto-Pocinho, com a introdução de dois novos comboios e ligeiros ajustes no horário dos restantes, de modo a satisfazer o acréscimo de procura verificado no Verão.

Nova oferta na Linha do Leste

A Linha do Leste passou a dispor, a partir de outubro, de duas viagens diárias, em ambos os sentidos, entre Elvas e Abrantes .

Manutenção do Serviço de Mobilidade em Zonas de Obras na Infraestrutura

Na sequência das obras em curso na infraestrutura ferroviária, a CP procedeu a alguns ajustamentos da oferta e implementou um esquema de transbordos rodoviários nas seguintes Linhas:

- Beira Alta - reprogramação de toda a oferta de comboios Regionais e IC, em virtude do encerramento total desta linha para remodelação, entre Pampilhosa e Guarda, a partir de abril.
- Norte - Urbanos do Porto, Regionais e Longo Curso aos fins de semana;

Comboios Históricos

A campanha 2022 dos Comboios Históricos do Douro e do Vouga, realizou-se como já é habitual durante o verão, obtendo grande adesão de clientes.

Iluminado com luzes de Natal, o comboio histórico do Douro circulou ainda durante alguns dias na altura do Natal entre as estações de Porto S. Bento e de Ermesinde. Composto por cinco carruagens históricas rebocadas por uma locomotiva a vapor constituiu uma parceria entre a CP e a Câmara Municipal de Valongo. Com uma frequência de duas viagens por dia, de ida e volta, atuaram a bordo grupos de música e cantares tradicionais da região.

Em novembro, o Comboio Vintage do Tejo, fez duas viagens na Linha da Beira Baixa, ligando Lisboa a Castelo Branco.



Comercial

As Tradicionais “Rotas”

Foram retomadas as parcerias com as Autarquias no sentido de permitir o conhecimento do País, sob os mais diversos pretextos sazonais, tais como a Rota das Amendoeiras em Flor, a Rota das Cerejas ou a Rota da Lampreia.

Nova Loja CP na Estação de Entroncamento

Foi inaugurada em janeiro a terceira Loja CP, no Entroncamento. Mantendo a conceção das anteriores lojas de Belém e Cascais, a Loja do Entroncamento vai agrupar vários serviços da Empresa numa só área, com dispositivos multimédia interativos para consulta e compra de produtos CP, gestão de filas de espera, zonas de apoio ao cliente e venda de *merchandising*.

Com uma imagem apelativa, contemporânea e uniformizada, concretizada em linhas simples, os novos espaços garantem a identidade gráfica da marca e proporcionam maior conforto, maior rapidez do atendimento aos clientes e ainda, melhores condições de trabalho, para os colaboradores da Empresa.

Programa Viajar com o Cliente

No final de 2022 foi disponibilizado o primeiro conjunto de funcionalidades CRM, um passo para a concretização da visão “Viajar com o Cliente”, com o objetivo de conhecer e servir melhor os Clientes da Empresa.



Material Circulante

Concurso para Aquisição de Material Circulante

Prosseguiu o concurso para a aquisição de 117 automotoras para os serviços regional e urbanos de Lisboa e do Porto e construção de oficina de manutenção de material circulante, lançado no final de 2021 e com conclusão esperada para o primeiro semestre de 2023.

Carruagens ARCO

Foi obtida, em julho, a homologação pelo IMT das carruagens adquiridas à RENFE, tendo as mesmas começado de imediato a circular na Linha do Minho. A viagem inaugural contou com a presença do Ministro da Tutela.

Instalação de Rádios GSM-R na Linha de Cascais

Entraram em funcionamento na Linha de Cascais os novos rádios GSM-R. Foram assim substituídos os antigos rádios analógicos, o que representou uma melhoria significativa das condições de segurança e operação dos comboios da Linha de Cascais.

"Comboio Português"

A CP integra um consórcio constituído com o propósito de fabricar material circulante, um dos doze primeiros contratos do programa designado "Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial", com dotação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que envolve universidades, centros de investigação, empresas e associações representativas de vários setores de atividade, tendo em vista a construção do "Comboio Português".



Certificações

Certificação ERM

A Associação Nacional para a Normalização e Certificação Ferroviária (APNCF), realizou um processo de auditoria ao sistema de gestão da manutenção implementado na empresa, tendo culminado com a respetiva certificação como Entidade Responsável pela Manutenção (ERM).

Esta certificação assegura que o sistema de gestão de manutenção do material circulante existente na CP demonstrou o cumprimento integral dos requisitos do Regulamento de Execução (EU) 2019/779 da Comissão, focado na rastreabilidade, responsabilização e respeito dos requisitos de segurança inerentes à atividade ferroviária, confirmando o foco na segurança que sempre caracterizou a atividade e o envolvimento de toda a Empresa.

Certificação COVID Clean Renovada

Foi renovada a certificação “Boas práticas na Gestão de Riscos Biológicos - Covid 19 (Marca COVID Clean) na sequência de uma Auditoria Externa realizada pela empresa EIC.



Campanhas de Marketing

Campanha “O Futuro é Coletivo”

Tratou-se de uma campanha multioperador, iniciativa do IMT, I.P., à qual se associaram cerca de 50 parceiros, entre operadores de transporte, Entidades Intermunicipais e Municípios enquanto autoridades de transportes. Teve como objetivo a promoção do uso do transporte público coletivo, através de uma divulgação alargada dos benefícios para o utilizador: + barato / melhor para o ambiente / + tempo para o que gosta / cómodo e seguro.

Presença nos Grandes Festivais de Música

A CP esteve presente no Rock in Rio 2022, pela primeira vez com um stand com uma maquete em tamanho real das classes Turística e Conforto do Alfa Pendular, tendo relançado o ROCKCard CP, um passe que integra a entrada no recinto do evento, a viagem de comboio e o *transfer* entre as estações e a Cidade do Rock.

A CP também marcou presença no NOS Alive, mantendo-se como parceiro de mobilidade, com oferta especial na Linha de Cascais e um Comboio Especial Norte e Centro, na madrugada dos dias do festival, assim como com a emissão de um bilhete combinado NOS Alive + CP Cascais.

Brand Energy

A consultora OnStrategy apresentou os resultados do estudo “Brand Energy” das marcas em Portugal.

Na categoria de *Transportes*, a CP para além de liderar o estudo no indicador de *Força e Energia*, destacou-se como sendo a marca no setor dos Transportes que mais cresceu de um ano para o outro e de maior relevância para o desenvolvimento económico do país.

Campanha Promo + IC

Foi lançada nova campanha promocional que incluiu a venda de 30 mil viagens, com um desconto até 80% em bilhetes adquiridos com 10 dias de antecedência.



Ambiente

Domínio Hídrico

Foi emitido o primeiro título único ambiental associado à atualização da licença de descarga de águas industriais e domésticas do Complexo de Contumil, para além da ratificação das duas captações subterrâneas existentes naquele local.

Energia

Foi elaborado o Plano de Eficiência ECO.AP 2030 para o triénio 2022-2024 e submetido no portal Barómetro ECO.AP. Este Plano, submetido à ADENE, possui como objetivo estratégico a promoção da eficiência de recursos da CP, para que se possa atingir, em 2024, um nível de eficiência de recursos superior, face aos atuais valores, através da redução do consumo de recursos energéticos, hídricos e de materiais, do aumento da incorporação de fontes de energia renováveis em regime de autoconsumo e do aumento da participação na melhoria da eficiência de recursos.

No que respeita ao Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia, em 2022 foi submetido à DGEG o Relatório de Execução e Progresso sobre o desenvolvimento e implementação das medidas definidas no ARCE (Acordo de Racionalização de Consumo de Energia) do Complexo Oficial do Entroncamento, que vigora entre os anos de 2020 e 2027.



Modelo de Governo

Em 28 de setembro de 2022, através do Despacho n.º 11504/2022, de 19 de setembro foi nomeado o Conselho de Administração da CP para o triénio 2022-2024, com a seguinte composição:

Presidente - Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-Presidente - Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal - Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal - Joaquim José Martins Guerra

O organograma da empresa não sofreu alterações.



06

O NOSSO NEGÓCIO EM 2022



Evolução dos Indicadores Comerciais

Passageiros Transportados

Com o levantamento ao longo do ano de 2022 das restrições à mobilidade impostas no âmbito do controlo da Pandemia, verificou-se uma acentuada recuperação da procura, terminando a CP o ano com mais de 148 milhões de passageiros transportados, mais 49,5% que no ano anterior e 2,2% acima do registado em 2019.

Esta recuperação foi transversal a todos os Serviços. Em termos percentuais o crescimento mais pronunciado registou-se no Serviço de Longo Curso, cerca de mais 75%, tendo em termos nominais sido o Serviço Urbano de Lisboa o que apresentou um aumento mais significativo, com um crescimento de perto de 36 milhões de passageiros transportados.

Em termos de títulos, destaca-se o crescimento dos títulos mensais, beneficiando das medidas implementadas no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART).

Passageiros (*10 ³)	2022	2021	Δ 22-21	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	110 168	74 500	35 668	47,9%
Serv. Urbano Porto	20 592	13 751	6 841	49,7%
Serv. Urbano Coimbra	867	602	265	43,9%
Serv. Longo Curso	5 522	3 159	2 363	74,8%
Serv. Regional	10 864	7 066	3 798	53,8%
Serv. Internacional	111	26	85	334,1%
TOTAL	148 123	99 103	49 020	49,5%

Os passageiros-quilómetro (PK), refletindo o maior peso relativo dos serviços de Longo Curso, registaram um acréscimo na ordem dos 60%, tendo a CP superado os 4 mil milhões de PK em 2022.

Passageiros-Km (*10 ³)	2022	2021	Δ 22-21	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	1 695 619	1 136 234	559 385	49,2%
Serv. Urbano Porto	520 387	339 884	180 503	53,1%
Serv. Urbano Coimbra	24 358	16 487	7 871	47,7%
Serv. Longo Curso	1 314 359	736 269	578 091	78,5%
Serv. Regional	466 772	293 171	173 601	59,2%
Serv. Internacional	16 543	4 568	11 975	262,2%
TOTAL	4 038 038	2 526 613	1 511 425	59,8%

Proveitos do Transporte de Passageiros

Os proveitos de tráfego acompanharam a tendência da procura, ascendendo em 2022 a cerca de 255,7 milhões de euros², o que representou um acréscimo de 49% face ao ano anterior. No entanto, os proveitos de tráfego ficaram ainda cerca de 7% aquém os valores de 2019, refletindo a recuperação mais lenta dos títulos ocasionais.

Proveitos Tráfego (*10 ³ €)	2022	2021	Δ 22-21	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	97 477	78 847	18 630	23,6%
Serv. Urbano Porto	31 473	23 024	8 449	36,7%
Serv. Urbano Coimbra	1 184	798	386	48,4%
Serv. Longo Curso	93 753	50 101	43 653	87,1%
Serv. Regional	29 539	18 494	11 045	59,7%
Serv. Internacional	2 298	307	1 991	648,0%
TOTAL	255 723	171 570	84 153	49,0%

Nota: não inclui valores residuais contabilizados em outros Órgãos.

Em 2022, a taxa média de atualização tarifária foi de 0,57%. Não se verificou qualquer atualização tarifária dos títulos ocasionais dos serviços Urbanos e apenas ligeiros aumentos em algumas Zonas nas Assinaturas.

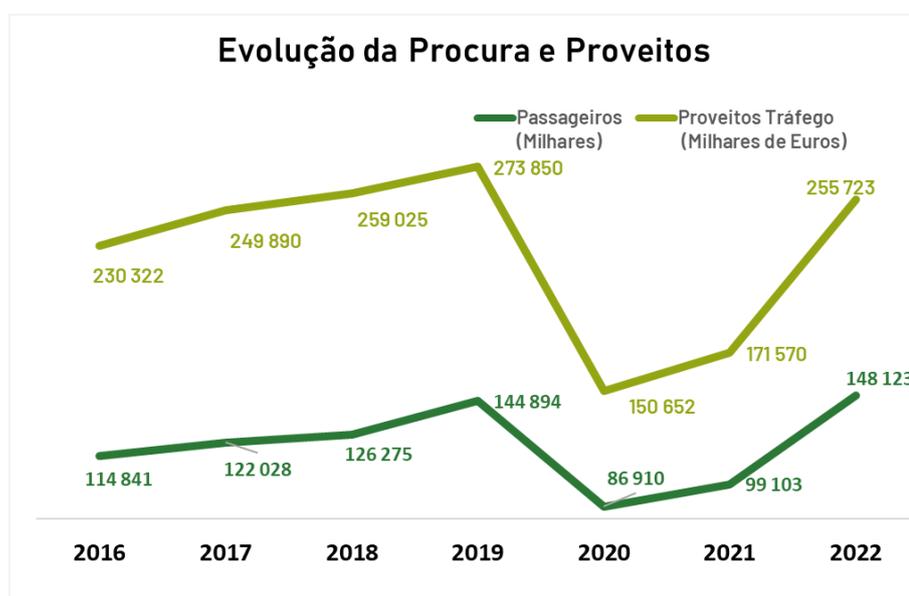


Gráfico 5 - Evolução da procura e dos proveitos de tráfego entre 2016 e 2022.

² Os valores de proveitos apresentados, incluem participações extraordinárias atribuídas no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART).

A Nossa Oferta de Transporte

A CP realizou durante o ano de 2022 cerca de 421 mil comboios e aproximadamente 28 milhões de comboios-quilómetro (CK).

Recorda-se que a CP manteve genericamente a sua oferta ao longo do período de Pandemia, registando apenas uma redução de cerca de 25% do número de circulações, de todos os serviços, durante o primeiro estado de emergência, em 2020, com reposição total da oferta urbana e regional logo após esse período e posterior reposição gradual dos serviços de longo curso.

No final de 2022 mantinha-se suspenso o serviço Internacional Lisboa / Madrid / Hendaye. Permanecia também suspenso o serviço Alfa Pendular Lisboa/Guimarães, devido à limitação de unidades disponíveis da série 4000, após o acidente ocorrido em 2020 que tornou inoperacional uma das composições.

Durante 2022 foram suprimidas aproximadamente 11 mil circulações programadas, sendo que cerca de 9 mil devido a greves³.

Comboios	2022	2021	Δ 22-21	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	199 482	201 674	-2 192	-1,1%
Serv. Urbano Porto	83 286	83 763	-477	-0,6%
Serv. Urbano Coimbra	10 964	11 005	-41	-0,4%
Serv. Longo Curso	24 890	21 983	2 907	13,2%
Serv. Regional	101 437	104 108	-2 671	-2,6%
Serv. Internacional	1 416	674	742	110,1%
TOTAL	421 475	423 207	-1 732	-0,4%

Comboios Quilómetro (*10 ³)	2022	2021	Δ 22-21	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	6 351	6 441	-89	-1,4%
Serv. Urbano Porto	4 577	4 617	-40	-0,9%
Serv. Urbano Coimbra	476	476	-1	-0,2%
Serv. Longo Curso	7 473	6 715	759	11,3%
Serv. Regional	8 956	9 124	-168	-1,8%
Serv. Internacional	190	91	99	109,4%
TOTAL	28 023	27 463	560	2,0%

³ Registaram-se greves nos meses de maio, junho, julho, agosto, novembro e dezembro, envolvendo diversas Organizações Representativas dos Trabalhadores da CP e da IP.

A taxa de ocupação registou um acréscimo significativo face ao ano anterior em todos os serviços, tendo em conta o aumento da procura e o ligeiro aumento dos lugares-quilómetro oferecidos.

Lugares Km Oferecidos (*10 ³)	2022	2021	Δ 22-21	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	5 792 792	5 867 120	-74 328	-1,3%
Serv. Urbano Porto	2 164 390	2 202 667	-38 277	-1,7%
Serv. Urbano Coimbra	131 482	132 563	-1 081	-0,8%
Serv. Longo Curso	2 331 265	1 937 970	393 295	20,3%
Serv. Regional	2 178 859	2 220 416	-41 558	-1,9%
Serv. Internacional	48 662	23 625	25 037	106,0%
TOTAL	12 647 449	12 384 361	263 089	2,1%

Taxa de Ocupação	2022	2021	Δ 22-21
Serv. Urbano Lisboa	29,3%	19,4%	9,9 p.p.
Serv. Urbano Porto	24,0%	15,4%	8,6 p.p.
Serv. Urbano Coimbra	18,5%	12,4%	6,1 p.p.
Serv. Longo Curso	56,4%	38,0%	18,4 p.p.
Serv. Regional	21,4%	13,2%	8,2 p.p.
Serv. Internacional	34,0%	19,3%	14,7 p.p.
TOTAL	31,9%	20,4%	11,5 p.p.



Qualidade do Serviço

O Índice Global de Pontualidade de 2022 situou-se nos 80,7%, 6,6 p.p. inferior ao do ano anterior, devido, essencialmente, a intervenções na infraestrutura e a alguns incidentes na via. Cerca de 71% dos atrasos tiveram origem em fatores exógenos à empresa.

Pontualidade Diária	2022	2021	Δ 2022-2021
Serv. Urbano Lisboa (1)			
Sintra / Azambuja	84,7%	89,0%	-4,3 p.p.
Cascais	91,4%	91,7%	-0,3 p.p.
Sado	74,9%	86,5%	-11,6 p.p.
Serv. Urbano Porto (1)			
Aveiro	79,5%	90,2%	-10,7 p.p.
Braga	81,7%	86,9%	-5,2 p.p.
Caíde	79,4%	83,4%	-4,0 p.p.
Guimarães	72,4%	77,4%	-5,0 p.p.
Serv. Urbano Coimbra (1)			
Coimbra-Fig.Foz	97,6%	84,7%	12,9 p.p.
Serv. Longo Curso (2)			
Alfas	47,8%	71,9%	-24,1 p.p.
Intercidades	55,3%	75,6%	-20,2 p.p.
Internacional	34,9%	36,4%	-1,5 p.p.
Serv. Regional (2)			
Serv. Regional	79,2%	86,9%	-7,7 p.p.
Global CP	80,7%	87,3%	-6,6 p.p.

Notas: (1) Atrasos superiores a 3 minutos

(2) Atrasos superiores a 5 minutos

O Índice Global de Regularidade situou-se nos 97,5%, em 2022, o qual foi 0,5 p.p. inferior ao registado em 2021. Excluindo o impacto das greves, anteriormente apresentados, o índice de regularidade em 2022 ascenderia a cerca de 99,5%.

Regularidade	2022	2021	Δ 2022-2021
Serv. Urbano Lisboa			
Sintra / Azambuja	97,4%	98,3%	-1,0 p.p.
Cascais	97,6%	97,6%	0,1 p.p.
Sado	96,9%	97,9%	-1,0 p.p.
Serv. Urbano Porto			
Aveiro	97,3%	97,1%	0,3 p.p.
Braga	97,8%	98,7%	-0,9 p.p.
Caíde	97,7%	98,3%	-0,6 p.p.
Guimarães	97,7%	98,7%	-1,0 p.p.
Serv. Urbano Coimbra (1)			
Coimbra-Fig.Foz	97,6%	97,5%	0,1 p.p.
Serv. Longo Curso			
Alfas	97,5%	97,7%	-0,2 p.p.
Intercidades	97,8%	97,9%	-0,1 p.p.
Internacional	95,6%	95,8%	-0,2 p.p.
Serv. Regional			
Serv. Regional	97,4%	98,0%	-0,6 p.p.
Total CP	97,5%	98,0%	-0,5 p.p.



Atividade de Manutenção

Introdução

Esta atividade destina-se a garantir a fiabilidade e a disponibilidade do material circulante ao serviço da CP, enquanto operador de transporte, mas também a garantir o cumprimento dos contratos estabelecidos com clientes, no domínio quer da reparação das suas frotas, quer da reparação de componentes.

Para o efeito a CP dispõe de diversos estabelecimentos oficiais, situados em pontos chaves do país, designadamente, Contumil, Guifões, Sernada do Vouga, Entroncamento, Figueira da Foz, Santa Apolónia, Campolide, Oeiras, Barreiro e Vila Real de Santo António.

A atividade desenvolvida abrange três segmentos principais:

- a reparação e modernização de veículos ferroviários e dos seus componentes e equipamentos, segmento com características predominantes de produção industrial;
- a manutenção corrente do material circulante, com características de resposta orientada para suporte direto à operação ferroviária da CP e dos clientes externos;
- a reabilitação de material circulante.

Atividade Interna

A CP assegura internamente a manutenção corrente de todas as suas séries de material, com exceção das locomotivas 5600. A manutenção destas locomotivas é efetuada pelo SIMEF, empresa participada da CP.

Durante o ano de 2022 continuaram a ser realizadas as intervenções de grande reparação programada (do tipo R) em várias séries de material, com o objetivo de repor o nível de operacionalidade e segurança das mesmas.

Para reforçar o parque ativo e minimizar o número de supressões de comboios comerciais, prosseguiram as intervenções de reposição ao serviço de veículos que estavam inoperacionais, designadamente:

- Automotoras Diesel: 1 Allan da série 0350, para serviço na Linha do Leste;
- Locomotivas Elétricas: 3 Locomotivas da série LE 2600/2620 para o Serviço Regional na Linha de Minho e para criação de redundância às Locomotivas Elétricas da série 5600;
- Carruagens Schindler: 2 carruagens para os serviços da Linha do Douro;
- Carruagens Sorefame: 4 carruagens para os serviços da Linha do Douro.

Prosseguiram os trabalhos de reabilitação das 50 Carruagens adquiridas à RENFE em 2020. As primeiras 9 unidades reabilitadas foram homologadas pela ERA (*European Union Agency for Railways*) e iniciaram o serviço comercial a partir do segundo semestre de 2022 na Linha do Minho.

Graças à recuperação de material imobilizado, durante 2022 foram devolvidas mais 2 automotoras *diesel* alugadas à RENFE.

Paralelamente, prosseguiu o esforço de redução da percentagem de material a circular grafitado, com forte impacto positivo em termos de qualidade do serviço, de imagem e, acima de tudo, de sentimento de segurança e de conforto dos Clientes.

Prestação de Serviços de Manutenção a Terceiros

O volume de serviços de manutenção prestados a terceiros, durante o ano de 2022, ascendeu a 13,9 milhões de euros, distribuído da seguinte forma por principais clientes:

Cliente (valores em milhares de euros)	2022	Importância do Cliente
VIAPORTO, Operação e Manutenção	7 666,55	55,1%
SIMEF, ACE	2 758,77	19,8%
RENFE Fabricación Y Mantenimientos	1 233,43	8,9%
MEDWAY - Maintenance & Repair, S.A.	1 189,19	8,6%
Infraestruturas de Portugal, S.A.	486,27	3,5%
Kontron Transportation	206,78	1,5%
FUNDAÇÃO MUSEU NACIONAL FERROVIÁRIO	127,81	0,9%
ADP Fertilizantes S.A.	69,69	0,5%
FERTAGUS	46,52	0,3%
Outros	117,43	0,8%
TOTAL	13 902,45	

Dos serviços prestados a terceiros destacam-se:

- Metro do Porto - manutenção da frota EUROTRAM E TRAMTRAIN.
- RENFE - manutenção das automotoras *diesel* da série 592, alugadas pela CP;
- Infraestruturas de Portugal - manutenção do material de via;
- ADP - manutenção de Locotrator Sentinel e vagões;
- Reparação de rotáveis para vários Clientes.



Frota

No final de 2022 a CP dispunha de 432 unidades de material circulante afetas ao parque ativo em serviço comercial, com a seguinte tipologia e distribuição pelos serviços:

Tipologia do Material	2022	2021	Δ 22-21
Automotoras Elétricas	195	195	0
Automotoras Diesel	49	50	-1
Locomotoras Elétricas	36	33	3
Locomotoras Diesel	11	11	0
Carruagens	141	126	15
TOTAL	432	415	17

Onde Prestam Serviço	2022	2021	Δ 22-21
Serv. Urb. Lisboa	98	98	0
Serv. Urb. Porto	34	34	0
Serviço Reg./LC	295	278	17
Aluguer Medway	5	5	0
Total	432	415	17

No parque acima indicado incluem-se 18 automotoras diesel alugadas à RENFE, afetas ao Serviço Regional e ao Comboio Celta (ligação internacional Porto-Vigo). Durante o ano foram devolvidas 2 automotoras à RENFE.

No terceiro trimestre de 2020 foram adquiridas à RENFE 50 carruagens. Depois de um cuidado trabalho de remodelação e posterior pedido de homologação, a partir do segundo semestre de 2022 entraram ao serviço 9 destas carruagens.

O trabalho de manutenção e restauro de material das oficinas da CP nos últimos anos tem sido de crucial importância para o serviço comercial, tendo evoluído de um total de 374 veículos em 2017 para os atuais 432, com a seguinte distribuição:

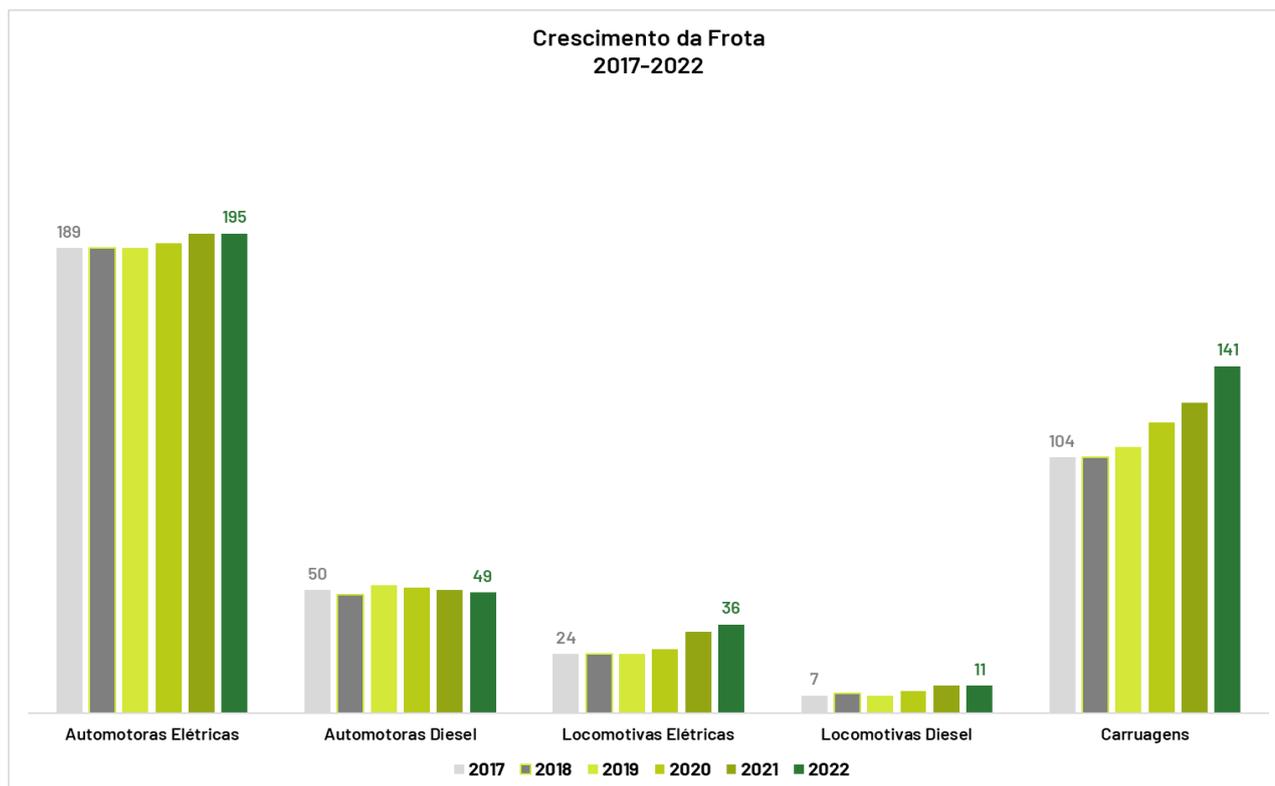


Gráfico 6 – Evolução da frota de material circulante ao serviço comercial.

A CP dispõe ainda das seguintes unidades para serviços pontuais:

- Comboios Históricos de Via Estreita - 11 unidades: Locomotiva a Vapor 9214, Locomotiva Diesel 9004, 7 carruagens, Cisterna e Vagão de apoio a incêndios;
- Comboios Históricos de Via Larga - 7 unidades: Locomotiva a Vapor 0186, 5 carruagens e Cisterna.
- 2 Furgões Geradores.



Recursos Humanos

Efetivo

No final de 2022 o efetivo total a cargo da CP era de 3750 trabalhadores, menos 34 do que no final de 2021.

Efetivo a 31 de Dezembro	2022	2021	2020	Δ 2022-2021
Vinculado	3763	3791	3744	-28
A Cargo	3750	3784	3736	-34
Ao Serviço	3741	3775	3727	-34

Legenda:

Efetivo Vinculado - efetivo que tem vínculo com a empresa, embora possa não estar a prestar serviço ou não ser pago (inclui licenças sem vencimento, efetivo cedido ou requisitado que não é pago pela empresa).

Efetivo a Cargo - efetivo ao qual a empresa paga (inclui efetivo ao serviço + efetivo cedido ou requisitado pago pela empresa).

Efetivo ao Serviço - efetivo que presta serviço na empresa.

O quadro seguinte sintetiza as movimentações ocorridas durante o ano de 2022 no efetivo ao serviço:

Variações do Efetivo ao Serviço 2022			
Entradas por Motivo		Saídas por Motivo	
Despacho nº 603/2020-SET (17)	3	Reforma	54
DESPACHO Nº 911/2021-SET	2	Falecimento	7
No âmbito da negociação AE SMA0	16	Revogação/Caducidade	3
RCM 110/2019 Nº13 (67)	1	Denúncia (do trabalhador)	47
RCM 110/2019 Nº12 Substituições	14	Início Cedência/Requisição	4
RCM 110/2019 Nº14 Substituições	12	Início Suspensão (Licença sem vencimento, Baixa superior 1095 dias)	5
Reab Of Guiões Despacho Nº82/2020	4	TOTAL Saídas	120
Despacho 863/2021	22	Saldo	-34
Fim Cedência/Requisição	4		
Fim Suspensão (Licença sem vencimento, Baixa superior 1095 dias)	8		
TOTAL Entradas	86		

As áreas operacionais agregam 89% do Efetivo da Empresa:

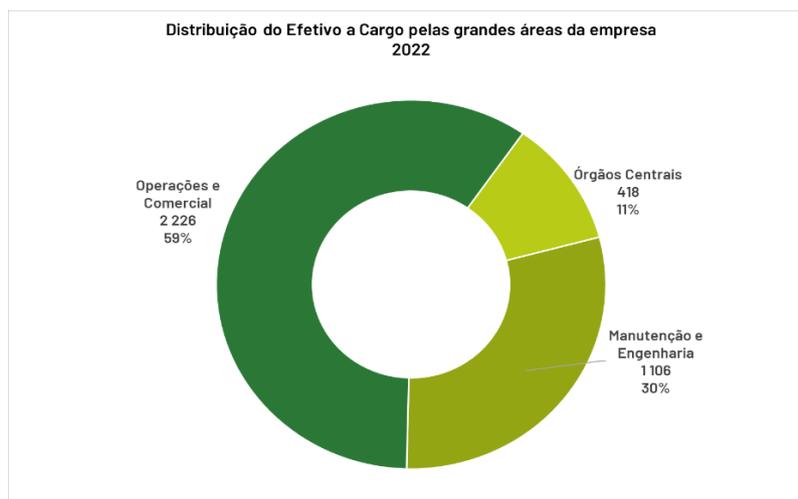


Gráfico 7 – Distribuição do Efetivo a Cargo pelas grandes áreas da CP.

Absentismo

A taxa de absentismo registou em 2022 um ligeiro acréscimo de 0,3 p.p. relativamente ao ano anterior, situando-se nos 7,7%. Os principais motivos de absentismo foram as ausências por doença.

Representou um total de 837 318 horas de ausência.

Taxas (%)	2022	2021	Δ 2022-2021
Absentismo (sem greves)	7,7%	7,4%	0,3 p.p.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição do absentismo pelas principais áreas da Empresa.

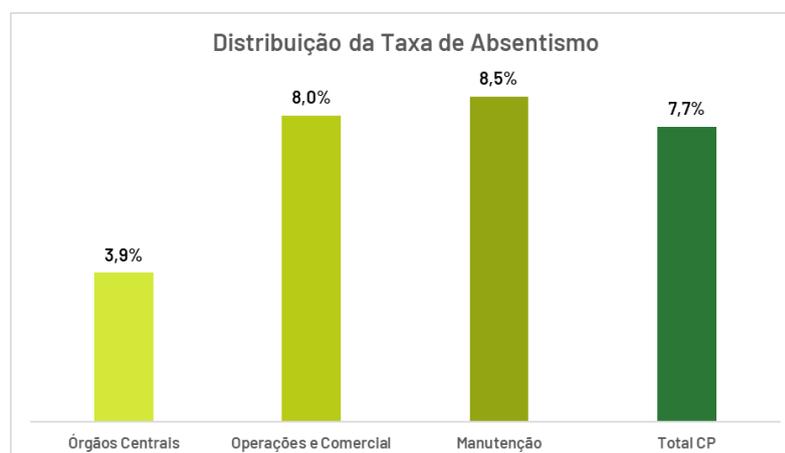


Gráfico 8 – Taxa de Absentismo no período por grandes áreas da Empresa.

Trabalho Suplementar

A taxa de trabalho suplementar apresentou em 2022 um acréscimo de 0,8 p.p. relativamente ao ano anterior, situando-se nos 11,1%.

Representou 749 865 horas de trabalho suplementar.

Taxas (%)	2022	2021	Δ 2022-2021
Trabalho Suplementar	11,1%	10,3%	0,8 p.p.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição do trabalho suplementar pelas principais áreas da Empresa.

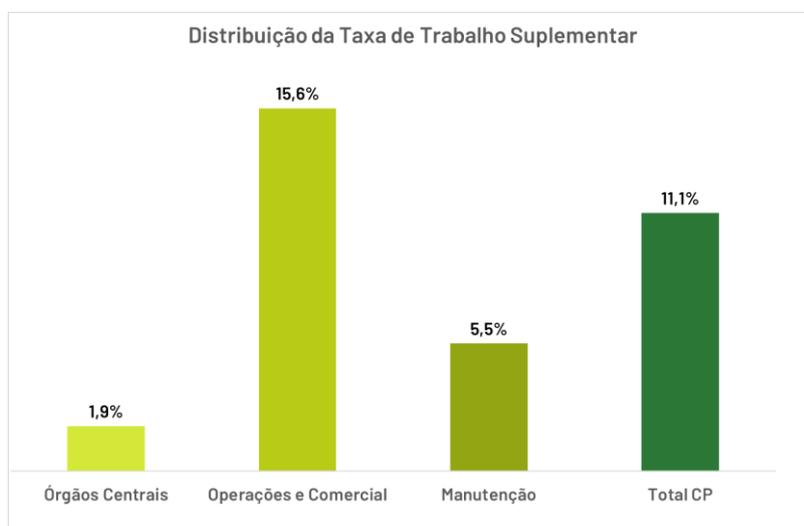


Gráfico 9 - Taxa de Trabalho Suplementar no período por grandes áreas da Empresa.

Formação

Em 2022, foram ministradas mais de 95 mil horas de formação, a cerca de 6 000 formandos, tendo a sua maioria sido ministrada através da Fernave, empresa do Grupo CP. A segurança e a manutenção foram os temas onde se registaram mais horas de formação e formandos abrangidos.

Formação Por Temas 2022	Nº Formandos	Nº Horas
Cliente	739	7 906,0
Comando, Controlo e Proteção	35	1 986,0
Eletricidade e Energia	10	238,0
Eletrónica e Automação	13	200,0
Enquadramento Org/Empresa	173	1 813,0
Gestão	592	6 026,0
Hidráulica e Pneumática	10	140,0
Manutenção e Engenharia	889	12 690,0
Metalurgia e Metalomecânica	151	3 767,5
Potência Elétrica	16	271,0
Potência Térmica	1	64,0
Produção de Ar e Freio	123	1 493,0
Qualidade e Ambiente	97	1 683,5
Rolamento e Suspensão	12	73,5
Segurança - Geral	1 450	10 744,5
Segurança - Qualificação Técnica	1 359	40 213,5
Serviços/Línguas	209	3 690,0
Tecnologias de Informação	117	1 992,0
Auxiliares	3	201,0
TOTAL	5 999	95 193

Formação Por Categorias Profissionais 2022	Nº Formandos	Nº Horas
Administrativa	86	460,0
Comercial	1 301	17 119,5
Condução	1 338	36 053,5
Material	32	452,4
Outras	50	552,5
Produção	2 266	29 475,0
Quadros Técnicos	887	9 977,1
Transporte	39	1 103,0
TOTAL	5 999	95 193



Investimentos Realizados

Em 2022 o valor de investimentos realizado ascendeu a 27,7 milhões de euros, tendo 79% sido destinados à aquisição e modernização de material circulante.

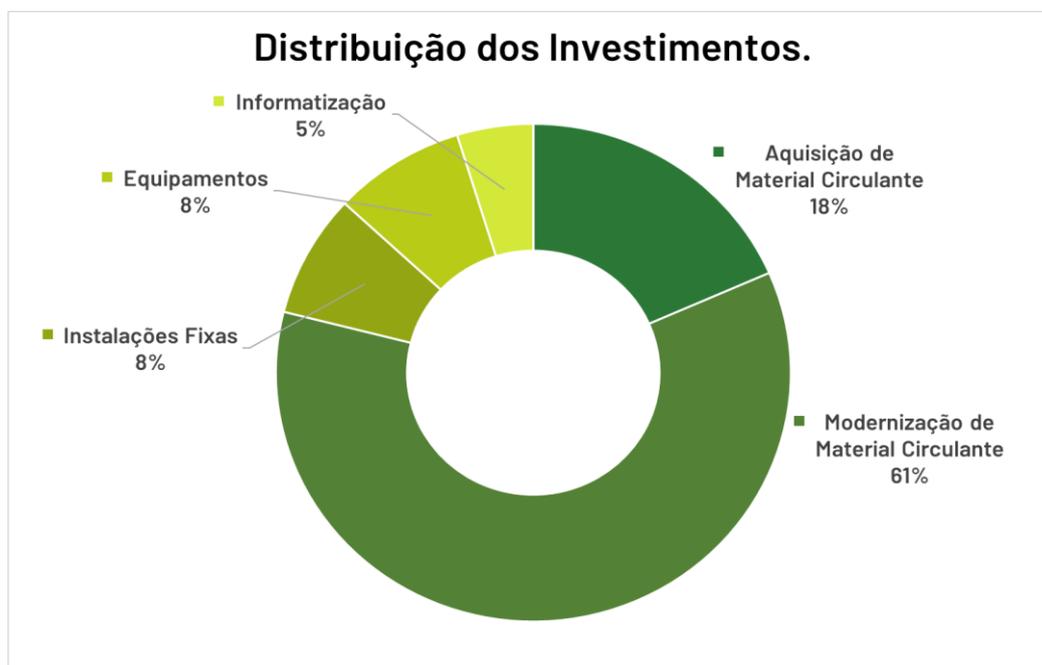


Gráfico 10 - Distribuição dos Investimentos pelos grandes grupos.

Aquisição de Material Circulante

Incorpora o segundo adiantamento do contrato de aquisição de 22 Automotoras para o Serviço Regional.

Modernização do Material Circulante

Estes investimentos têm como objetivo a reposição do nível de operacionalidade e segurança (grandes reparações) ou a modernização / modificação do material circulante.

Com a fusão por incorporação da EMEF na CP, a atividade de manutenção e reparação de material circulante foi internalizada. Desta forma, as grandes intervenções de reparação de material circulante, dado que são realizadas internamente, passaram a ser capitalizadas como "Trabalhos para a Própria Empresa".

Intervenções em Instalações Fixas

Destaca-se a beneficiação do edifício de Sta. Apolónia, o reforço da segurança nos parques de material (vedações, portões, CCTV), a remodelação do antigo dormitório do Entroncamento (arquivos e salas de apoio) e a beneficiação do parque de material de Sernada do Vouga.

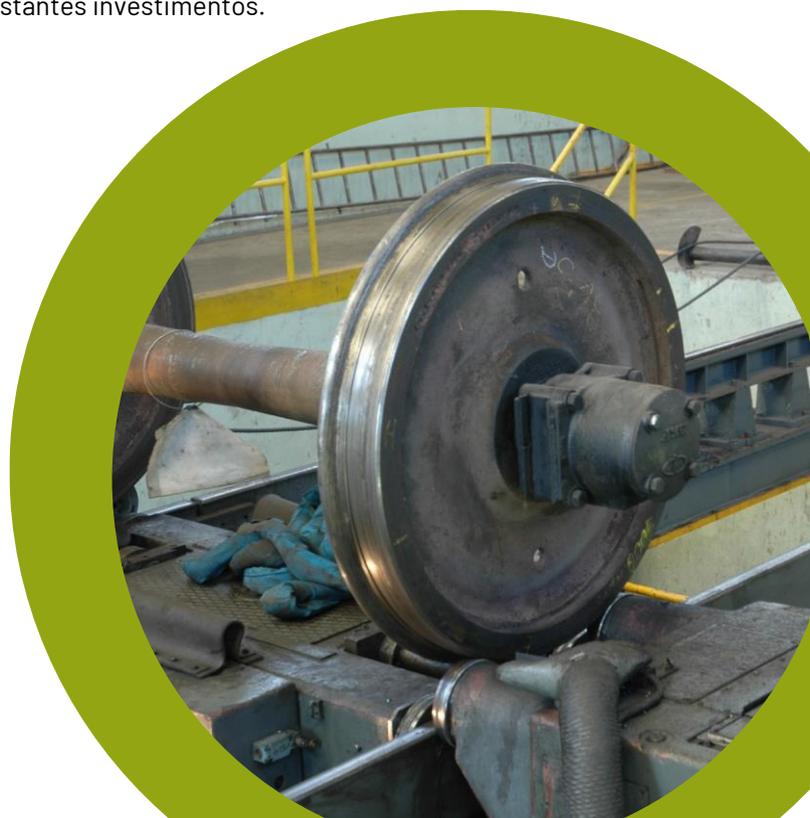
Equipamentos e Informatização

Inclui aquisição de equipamentos industriais, comerciais e de segurança e projetos de desenvolvimento de sistemas de venda, operacionais e administrativos.

Investimento Total (Valores em Milhares de Euros)	Valor Realizado	Peso
Aquisição de Material Circulante	5 100,0	18,4%
Modernização de Material Circulante	16 736,4	60,5%
Trabalhos para a própria Empresa	12 992,0	
Outros Material Circulante	3 744,3	
Instalações Fixas	2 207,2	8,0%
Equipamentos	2 296,9	8,3%
Informatização	1 322,7	4,8%
TOTAL	27 663	

Os investimentos de 2022 foram financiados com recurso a duas fontes:

- Transferências do Fundo Ambiental, para financiamento do adiantamento pela aquisição de 22 Automotoras para o Serviço Regional;
- Receitas próprias da empresa, para os restantes investimentos.



O Grupo CP

A CP é uma empresa pública de transporte ferroviário detida a 100% pelo Estado. Controla empresas na esfera dos fornecimentos no sector, designadamente nas áreas de manutenção de material circulante, formação, cuidados de saúde e mediação de seguros e detém participações minoritárias casuísticas, numa lógica de cooperação, com outros operadores.

As contas consolidadas do Grupo serão apresentadas no Relatório & Contas Consolidadas de 2022.

O esquema seguinte apresenta as participações da CP e suas empresas participadas no final de 2022:

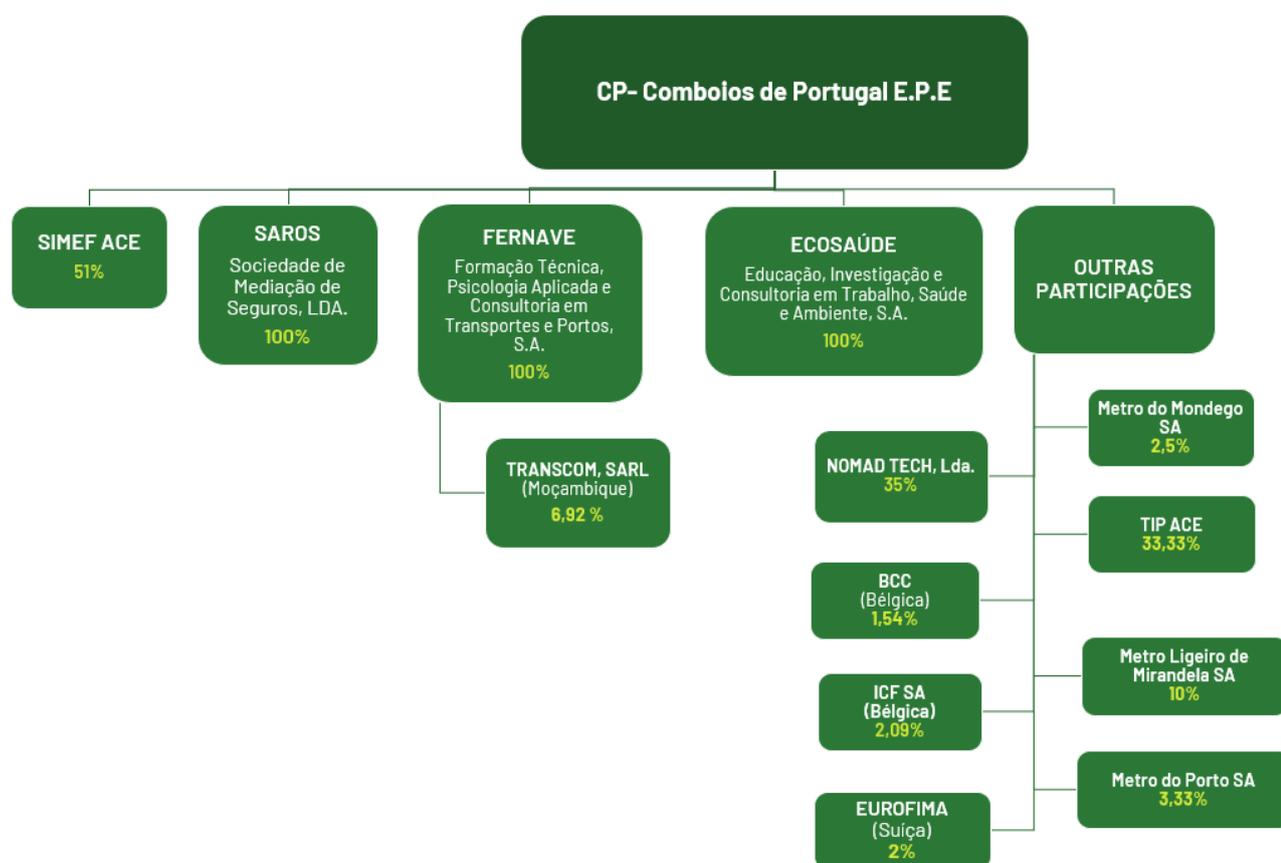


Gráfico 11 - Grupo CP.

A CP mantém ainda uma participação de 5% na Medway (ex-CP Carga) conforme acordo no processo de venda da anterior Participada.

07

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS



Quadro – Resumo

Cumprimento das Orientações legais 2022	Cumprimento	Quantificação/ Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/NA		
Objetivos de Gestão			
Objetivos	NA		
Metas a atingir constantes no PAO 2021			
Melhorar EBITDA	S	+19,5 M€ face a 2021 e - 45,4 M€ que o PAO	EBITDA recorrente / Ver "Objetivos de Gestão" e "Execução da Conta de Resultados"
Redução do peso dos Gastos no Volume de Negócios	N	+6 p.p. face a 2021 e -3 p.p. que o PAO	Ver "Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais"
Volume de Negócios	S	+82,3 M€ face a 2021 e +63,7 M€ que o PAO	Ver "Objetivos de Gestão"
Passageiros Transportados	S	+49 M pass. face a 2021 e +36,9 M pass. que o PAO	Ver "Objetivos de Gestão"
Efetivo Médio a Cargo	S	-6 face a 2021 e -296 que o PAO	Ver "Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais" e "Efetivo"
Investimento	S	17,4% de execução do Orçamento Anual	Ver "Objetivos de Gestão" e "Investimento"
Nível de Endividamento	S	2,11 mil milhões de euros	Ver "Limite de Crescimento do Endividamento"
Grau de execução do Orçamento carregado no SIGO/SOE	S	Receita 26% Despesa 25%	Ver "Objetivos de Gestão"
Gestão do Risco Financeiro			
	S	3,70%	Taxa média de financiamento / Ver "Gestão do Risco Financeiro"
Limites de Crescimento do Endividamento			
Endividamento Ajustado	S	-0,37%	Ver "Limite de Crescimento do Endividamento"
Evolução do PMP a fornecedores			
	S	-37 dias	Variação entre o 4º trimestre de 2022 e o 4º trimestre de 2021. / Ver "Prazo Médio de Pagamento"
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")			
	S	0	Não existem pagamentos em atraso por motivos imputáveis à empresa / Ver "Prazo Médio de Pagamento"
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
	NA	-	As contas da empresa relativas aos anos 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 aguardam aprovação pela Tutela.
Recomendações emitidas na última CLC			
	NA	-	Não foram emitidas "Recomendações", apenas Ênfases".
Remunerações:			
Não atribuição de prémios de gestão	S	Não existiram	Ver "Remunerações"
CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável)	S	19 279,95 €	Na vigência da Lei nº 75-B/2020, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2021, manteve-se a redução de 5% da remuneração fixa mensal ilíquida aos Membros do CA (cfr. artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho). Ver "Remunerações"
Fiscalização (CF/ROC) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável)	NA	Não aplicável	Ver "Remunerações"
Auditor Externo - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável)	NA	Não aplicável	Ver "Remunerações"

Cumprimento das Orientações legais 2021	Cumprimento	Quantificação/ Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/NA		
EGP - artigo 32º e 33º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S	Não utilizados	Não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos Membros do Conselho de Administração.
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	Não existiram	Não há lugar a reembolso aos Membros do Conselho de Administração de quaisquer eventuais despesas de representação pessoal.
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	80 €	Ver "Aplicação dos Art.ºs 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público"
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	1/4 das despesas de representação	Ver "Aplicação dos Art.ºs 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público"
Despesas não documentadas ou confidenciais - nº 2 do artº 16º do RJSPE e artº 11º do EGP			
Proibição de despesas não documentadas ou confidenciais	S	Não existiram	Ver "Aplicação dos Art.ºs 16º do RJSPE e 11º do EGP"
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - nº2 da RCM nº 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	No <i>site</i> da CP	www.cp.pt/institucional/pt/empresa/principios-bom-governo
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção			
Relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	No <i>site</i> da CP	www.cp.pt/institucional/pt/empresa/principios-bom-governo
Contratação Pública			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S	100%	Ver "Contratação Pública"
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	NA	Não aplicável	Ver "Contratação Pública"
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	0 contratos	Ver "Contratação Pública"
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S		Ver "Contratação Pública"
Gastos Operacionais das Empresas Públicas			
Eficiência Operacional	S	Vários	Ver "Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais"
Princípio da Unidade de Tesouraria (artº 28º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações Centralizadas no IGCP	S	46,4 M€	Valor depósitos à ordem no IGCP no final do ano. Ver "Princípio da Unidade de Tesouraria"
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	1,5 M€	Valor de D0 na Banca Comercial no final do ano, de acordo com a dispensa obtida do Princípio da UTE.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	0 €	Não existem juros auferidos.
Auditorias do Tribunal de Contas			
	S	0	Não ocorreram auditorias do Tribunal de contas durante o ano de relato.
Elaboração de Plano para a Igualdade de Género			
Det. No Artº7º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	No <i>site</i> da CP	Ver "Plano para a Igualdade"
Demonstração Não Financeira			
Apresentação da Demonstração Não Financeira	S	No RGS 2022	Ver RGS 2022

1. Objetivos de Gestão

Orientações Estratégicas

O serviço público de transportes é uma prioridade do programa do Governo, tendo em conta não apenas as metas de descarbonização, mas também o propósito de garantir a progressiva melhoria das condições de mobilidade da população e a coesão do território nacional.

A RCM n.º 110/2019 aprovou as linhas de orientação estratégicas para a revitalização do serviço de transporte ferroviário de passageiros, mandatando a CP para a definição e implementação de um plano com vista à recuperação no curto prazo dos níveis de serviço, a fim de garantir o direito à mobilidade das populações, com adequados padrões de fiabilidade, regularidade e qualidade do serviço, e, simultaneamente, ao desenvolvimento e à sustentabilidade do setor no médio e longo prazo.

Essas linhas de orientação previam, entre outras, as seguintes ações:

- Fusão por incorporação da EMEF na CP;
- Reabertura da Oficina de Guifões;
- Recuperação de material circulante imobilizado para redução dos constrangimentos e das supressões de circulações;
- Promoção da digitalização e adaptação às novas plataformas de mobilidade integrada;
- Concretização da negociação dos acordos de empresa com as organizações representativas dos trabalhadores, através dos quais sejam valorizadas as carreiras e promovidas melhores condições de trabalho;
- Valorização dos recursos humanos através do recrutamento de pessoal, da possibilidade de subcontratação, da prestação de serviço por trabalhadores na situação de reforma e da promoção de incentivos para o aumento da produtividade;
- Recuperação das capacidades industriais, tecnológicas e empresariais do setor ferroviário em Portugal;
- Planificação e criação do Centro de Competências Ferroviário;
- Promoção da dinamização de novos investimentos em material circulante.

Estas linhas de orientação tiveram tradução no Plano Estratégico 2022-2030, bem como nos Planos de Atividades e Orçamento da CP desde 2020.

A visão preconizada está também alinhada com o horizonte do Contrato de Obrigações de Serviço Público, o Plano Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030), o Plano Nacional de Energia e Clima 2021-2030 (PNEC) e com as políticas comunitárias no âmbito da centralidade e investimento no modo ferroviário.

Plano de Atividades e Orçamento

Para efeitos de análise consideram-se as metas incluídas no Plano de Atividades e Orçamento 2022-2024 (PAO), aprovado pelas Tutelas em 29 de julho de 2022, por Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e das Infraestruturas, com as limitações aí impostas e que serão abordadas ao longo deste ponto e nas “Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais”.

Dos pressupostos assumidos no PAO 2022-2024 destacam-se os seguintes, com impacto material nos desvios apurados em termos da execução no ano de 2022:

- o saneamento financeiro da dívida histórica da CP ocorreria até final de 2021 – continua a aguardar-se decisão das Tutelas, esperando-se que o saneamento possa ocorrer durante o ano de 2023;
- a regularização dos acertos das compensações pelas obrigações de serviço público prestadas, bem como dos valores de reequilíbrio do contrato ocorreria no ano subsequente ao da prestação de serviços – o acerto da compensação e o reequilíbrio relativos a 2020 acabariam por só ser rececionados em 2022 (com o primeiro a ser reexpresso nas contas de 2021), esperando-se que em 2023 ocorra a regularização dos valores de 2021 e 2022;
- a retoma da procura seria gradual, face à incerteza quanto à evolução do cenário pandémico – com o levantamento da maioria das restrições à mobilidade em março de 2022, assistiu-se a uma recuperação da procura mais rápida que o previsto.

Indicadores (Valores em milhares de euros)	PAO 2022	Executado 2022	Desvio (+/-)	Observações/ medidas
Resultado Líquido	72 915	9 181	-63 734	
EBITDA - Resultado operacional da atividade de transportes e manutenção ¹⁾	130 640	85 283	-45 358	
Resultado Operacional ²⁾ (EBIT)	74 768	29 432	-45 336	
Volume de Negócios ³⁾	211 391	275 094	63 703	
Endividamento ⁴⁾	46 897	2 110 191	2 063 294	
Dívida Financeira Líquida ⁵⁾ /EBITDA	-7%	2418%	2 424pp	

1) Resultado antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades core da empresa.

2) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

3) Rubrica de vendas e serviços prestados.

4) Financiamentos obtidos.

5) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento reduzido das disponibilidades.

Execução da Conta de Resultados

Em 2022, a CP transportou cerca de 148,1 milhões de passageiros, mais 36,9 milhões que o previsto (+33,2%).

Os rendimentos do transporte de passageiros ascenderam a cerca de 256,5 milhões de euros, ficando 65,6 milhões de euros acima do previsto (+34%). Este desvio é explicado pela recuperação da procura, após levantamento da maioria das restrições à mobilidade a partir de março de 2022 e pelas participações extraordinárias recebidas no âmbito do programa de apoio à redução tarifária.

A oferta, medida em comboios-quilómetro, ficou 1,3% abaixo do previsto, essencialmente em virtude das greves ocorridas.

O Resultado Líquido de 2022 foi de 9,2 milhões de euros, cerca de 63,7 milhões de euros abaixo do previsto.

Para esse desvio contribuiu, fundamentalmente, o facto de, em 2022, apenas se ter contabilizado o reequilíbrio do contrato de serviço público relativo a 2020, no valor de 17,7 milhões de euros, enquanto, no previsto, se considerara a regularização do acerto da compensação e reequilíbrio do contrato relativos a 2021, no montante global de 127,6 milhões de euros. De referir que, no PAO já se considerava que a compensação atribuída em 2022 se cingiria aos valores previstos na RCM n.º 43/2020, de 12 de junho (98,5 milhões de euros), com o respetivo acerto a ocorrer apenas em 2023.

No que se refere à evolução dos gastos, destaca-se o impacto da variação dos preços dos produtos energéticos, em função da retoma da atividade económica pós-pandemia, mas sobretudo no seguimento da invasão da Ucrânia. Este acréscimo seria parcialmente compensado por uma contenção generalizada dos gastos e por um número de intervenções de manutenção e reparação de material circulante inferior ao previsto. Esta última situação justifica, também, por sua vez, o desvio apurado em rendimentos nos Trabalhos para a Própria Empresa.

Os Gastos com Pessoal (sem indemnizações por rescisão) ficaram cerca de 1,6 milhões de euros acima do previsto, devido, essencialmente, ao impacto da entrada em vigor do novo “Acordo de Empresa” e da atualização remuneratória em 0,9%, implementados com o acordo das Tutelas Setorial e Financeira.

Por fim, de notar que o Resultado Financeiro foi 17,8 milhões de euros pior que o previsto, em virtude de o saneamento financeiro não ter ocorrido na data esperada.

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	Períodos		Variação (Real vs. Plano)	
	REAL	PLANO	Valor	%
	31-12-2022	31-12-2022		
Vendas e serviços prestados	275 094	211 391	63 703	30%
Vendas e serviços prestados - Passageiros	256 519	190 911	65 608	34%
Vendas e serviços prestados - Manutenção e reparação	13 902	15 268	-1 366	-9%
Vendas e serviços prestados - Outros	4 673	5 213	-540	-10%
Subsídios à exploração	116 204	226 080	-109 876	-49%
Variação nos inventários da produção	2 096	26	2 070	8096%
Trabalhos para a própria entidade	12 992	34 359	-21 367	-62%
Outros rendimentos	28 191	17 365	10 826	62%
	434 577	489 220	-54 643	-11%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-32 944	-48 104	15 160	32%
Fornecimentos e serviços externos	-160 669	-157 259	-3 410	-2%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações por rescisão)	-151 005	-149 423	-1582	-1%
Outros gastos	-4 676	-3 793	-883	-23%
	-349 294	-358 580	9 286	3%
Resultado operacional da atividade de transportes e manutenção* (EBITDA)	85 283	130 640	-45 357	-35%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-55 111	-56 443	1332	2%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	342	0	342	
Indemnizações por rescisão	-235	-700	465	66%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	2 156	1 273	883	69%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-2 071	0	-2 071	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-33	0	-33	
Provisões (aumentos/reduções)	692	0	692	
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	261	0	261	
Diferenças de câmbio (aumento/reduções)	-2 050	0	-2 050	
Outros rendimentos (não core)	4	0	4	
Outros gastos (não core)	-615	-1	-614	-60611%
Resultado operacional	28 623	74 768	-46 145	-62%
Juros e rendimentos similares obtidos	14	4	10	218%
Juros e gastos similares suportados	-18 891	-1 107	-17 784	-1606%
Resultado financeiro	-18 877	-1 103	-17 774	-1612%
Resultado antes de impostos	9 746	73 665	-63 919	-87%
Imposto sobre o rendimento do período	-565	-750	185	25%
Resultado líquido do período	9 181	72 915	-63 734	-87%

* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades core da empresa.

Execução do Plano de Investimentos

O valor de investimentos realizado em 2022 ascendeu a 27,7 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de realização de 17,4% do orçamento inicialmente previsto.

Os principais desvios ocorreram ao nível da aquisição de material circulante, designadamente, na aquisição das 117 automotoras para serviço urbano e regional (-81,9 milhões de euros) e na aquisição de equipamentos comerciais, no caso máquinas de venda automática (-10,8 milhões de euros), cuja conclusão dos processos de compra transitou para o primeiro semestre de 2023.

Registou-se um número de intervenções de grande reparação de material circulante inferior ao previsto, devido, designadamente, a dificuldades de aprovisionamento de materiais e escassez de recursos humanos.

Recorda-se que, com a fusão da EMEF na CP, a atividade de manutenção e reparação de material circulante foi internalizada. Desta forma, as reposições ao serviço de material que estava inoperacional e as grandes intervenções de reparação de material circulante, que têm como objetivo a reposição do nível de operacionalidade e segurança ou a modernização / modificação do material circulante, passaram a ser capitalizadas como “Trabalhos para a Própria Empresa”.

De referir ainda, que devido às limitações impostas no âmbito da aprovação do PAO 2022-2024, houve a necessidade de se proceder à recalendarização de vários projetos, designadamente, no que se refere a investimentos em informatização e instalações fixas.

Investimento/Projeto (Valores em euros)	PAO 2022	Executado 2022	Desvio
Material Circulante	125 333 660 €	21 836 372 €	-103 269 458 €
Aquisição MC	87 000 000 €	5 100 000 €	-81 900 000 €
Aquisição 22 Automotoras Regional	5 100 000 €	5 100 000 €	0 €
Aquisição de 117 UME para os serviço Urbano e Regional	81 900 000 €	0 €	-81 900 000 €
Conversor Tracção	1 200 000 €	1 315 391 €	115 391 €
ERTMS	2 362 107 €	2 109 263 €	-252 844 €
Trabalhos Para a Própria Empresa	34 358 786 €	12 992 032 €	-21 366 754 €
Outros MC	412 767 €	319 686 €	-93 080 €
Instalações Fixas	10 070 800 €	2 207 246 €	-7 863 554 €
Edifícios Oficinas	7 995 800 €	1 319 625 €	-6 676 175 €
Edifícios Administrativos	2 075 000 €	887 621 €	-1 187 379 €
Informatização	6 335 480 €	1 322 703 €	-5 012 778 €
Equipamentos	17 404 364 €	2 296 897 €	-15 107 467 €
Equipamentos Comerciais	12 997 000 €	18 442 €	-12 978 559 €
Equipamentos Operacionais	2 100 000 €	763 981 €	-1 336 019 €
Equipamentos Administrativos	839 000 €	298 632 €	-540 368 €
Equipamentos Oficinas (ferramentas e Utensílios)	1 468 364 €	1 215 843 €	-252 521 €
TOTAL	159 144 304 €	27 663 218 €	-131 253 257 €

Nota: No âmbito do Despacho Conjunto de aprovação do PAO 2022-2024, o valor máximo de investimento, em 2022, foi limitado a 108,38 milhões de euros, excluindo os trabalhos para a própria empresa. Não foram autorizados investimentos em Instalações Fixas e Informatização. A execução registada refere-se, exclusivamente, a processos de compra já iniciados à data do referido Despacho Conjunto. Na sequência do mesmo, todos os investimentos previstos para estas duas rubricas, que não se encontrassem em curso, foram de imediato recalendarizados.

Os investimentos de 2022 foram financiados com recurso a receitas próprias da empresa, com exceção da aquisição de 22 automotoras para o Serviço Regional, para a qual houve lugar a transferência do fundo ambiental (5,1 milhões de euros).

Execução Orçamental

A CP registou em 2022 um nível de execução de receita de 26% face ao orçamento corrigido. Excluindo a rubrica de Passivos Financeiros, onde se incluía a dotação para o saneamento financeiro, que não veio a ocorrer, a execução ascendeu a 81%.

Execução Orçamental da Receita		2022			
Todas as fontes					
Económica	Designação	Orçamento Aprovado (1)	Orçamento Corrigido (2)	Recebimentos (3)	Taxa de Execução (4)=(3)/(2)
R.03	Taxas, Multas e Outras Penalidades	244 407 €	240 000 €	307 716 €	128,2%
R.04 / R.12	Rendimentos de Propriedade / Ativos Financeiros	666 396 €	670 803 €	1 180 167 €	175,9%
R.05	Transferências Correntes	144 371 188 €	218 010 839 €	178 925 855 €	82,1%
R.06	Venda de Bens e Serviços Correntes	307 194 714 €	307 194 714 €	301 656 499 €	98,2%
R.07	Outras Receitas Correntes	36 838 883 €	36 838 883 €	11 407 018 €	31,0%
R.08	Vendas de Bens de Investimento	0 €	0 €	61 500 €	-
R.09	Transferências de Capital	88 295 853 €	88 295 853 €	5 100 000 €	5,8%
R.13.01	Receita com Passivos Financeiros - Emp. Médio e Longo Prazo	0 €	135 000 000 €	135 000 000 €	100,0%
R.13.02	Receita com Passivos Financeiros - Dotação Capital	1 815 000 000 €	1 715 000 000 €	0 €	0,0%
R.10 / R.11	Outras Receitas de Capital / Reposições não Abatidas nos Pagamentos	0 €	0 €	167 947 €	-
R.16	Saldo de Gerência	0 €	17 105 519 €	17 105 519 €	100,0%
TOTAL		2 392 611 441 €	2 518 356 611 €	650 912 221 €	26%

Nota: Não Inclui Operações Extraorçamentais

Os principais desvios face ao orçamento corrigido ocorreram ao nível das seguintes rubricas:

Venda de bens e serviços correntes (R.06)

Com o fim, a partir de março de 2022, das principais restrições à mobilidade decorrentes da pandemia COVID-19, verificou-se uma recuperação da receita dos serviços de transporte de passageiros. Contudo, não foi possível atingir o valor de receitas próprias proposto pela Tutela Financeira no Orçamento de Estado para 2022.

De referir ainda, o recebimento de participações extraordinárias do Programa de Apoio à Redução Tarifária dos Transportes Públicos (PART), relativas ao próprio ano e a anos anteriores.

Outras receitas correntes (R.07)

O valor de reembolsos de IVA situou-se muito aquém do esperado, facto explicado, designadamente, por variados constrangimentos orçamentais que originaram, por um lado, uma redução da despesa face ao previsto e, por outro lado, conduziram a que um volume significativo de faturação, designadamente, relativa à taxa de utilização das infraestruturas, só fosse regularizado no final do ano, com o correspondente reembolso do IVA suportado a transitar para 2023.

Transferências correntes (R.05)

Durante o ano foram transferidos para a CP os seguintes valores:

- compensação pelas obrigações de serviço público, conforme estabelecido na RCM n.º 43/2020 para o ano de 2022 e previsto no Orçamento de Estado para 2022, no valor de 104 371 188 euros.
- acerto das compensações relativo às obrigações de serviço público prestadas em 2020, no valor de 54 835 076 euros;
- reequilíbrio do contrato⁴, na sequência dos despachos n.º 335/2022-SET e n.º 510/2022/SEO e Relatório n.º 79/2022 da IGF, no valor de 17 740 165 euros⁵;
- participações dos passes 4-18 e Sub23, no valor de 1 979 426 euros.

O desvio face ao orçamento corrigido, decorre, essencialmente, de não se ter verificado o recebimento do acerto das compensações relativo às obrigações de serviço público prestadas em 2021.

Transferências de capital (R.09)

Foram transferidos 5,1 milhões de euros pelo Fundo Ambiental para financiamento do segundo adiantamento do contrato de aquisição de 22 automotoras para Serviço Regional, conforme RCM n.º 98/2021, de 27 de julho.

⁴ Compensação da perda do lucro razoável sobre rendimentos não obtidos nos serviços com obrigações de serviço público, bem como, pelo prejuízo e parte dos lucros perdidos em 2020 no serviço Alfa Pendular.

⁵ De acordo com os referidos despachos e relatório da IGF, o valor a transferir seria de 18 804 575 euros, correspondente aos 17 740 165 euros acrescidos de IVA à taxa de 6%. O valor do IVA, 1 064 410 euros, permanece por transferir.

A conclusão dos processos de aquisição de equipamentos comerciais e de material circulante para os serviços Urbanos e Regional transitou para o primeiro semestre de 2023, não se verificando, conseqüentemente, as respetivas transferências de verbas de fundos comunitários e do Fundo Ambiental.

Passivos financeiros (R.13)

Em 2022, foram contraídos dois empréstimos junto da DGTf, num total de 135 milhões de euros, com vista a assegurar:

- a amortização do financiamento Eurofima, com vencimento no mês de novembro, no valor de 100 milhões de euros (autorização no Despacho 335/2022/MF);
- necessidades de tesouraria e fundos disponíveis, decorrentes, designadamente, do volume de compromissos transitados de 2021 por indefinição quanto ao cenário de financiamento naquele ano, no valor de 35 milhões de euros (autorização no Despacho 75/2022/MEF).

A decisão de saneamento financeiro da dívida histórica da Empresa transitou para 2023.

A CP registou em 2022 um nível de execução de despesa de cerca de 25% face ao orçamento corrigido. Excluindo a rubrica de Passivos Financeiros, onde se incluía a dotação para o saneamento financeiro, que não veio a ocorrer, a execução ascendeu a 75%.

Execução Orçamental da Despesa		2022					
Todas as fontes							
Económica	Designação	Orçamento Aprovado (1)	Orçamento Corrigido (2)	Cativações (3)	Orçamento Disponível (4)-(2)-(3)	Pagamentos Efetuados (5)	Taxa de Execução (6)-(5)/(4)
D.01	Despesa com o Pessoal	152 587 734 €	153 903 114 €	0 €	153 903 114 €	153 681 884 €	99,9%
D.02	Aquisição de bens e serviços	240 000 000 €	291 249 364 €	300 €	291 249 064 €	248 035 085 €	85,2%
D.03/D.11	Juros e outros encargos / Passivos Financeiros	1 870 275 000 €	1 888 461 665 €	0 €	1 888 461 665 €	173 461 215 €	9,2%
D.07	Investimento	110 324 033 €	109 008 653 €	0 €	109 008 653 €	19 517 777 €	17,9%
D.04/D.06/D.10	Transferências Correntes / Outras Despesas Correntes / Ativos Financeiros	19 424 674 €	18 978 184 €	7 942 526 €	11 035 658 €	7 810 604 €	70,8%
TOTAL		2 392 611 441 €	2 461 600 980 €	7 942 826 €	2 453 658 154 €	602 506 565 €	24,6%

Nota: Não inclui Operações Extraorçamentais

A CP debateu-se durante 2022 com fortes constrangimentos de tesouraria e de fundos disponíveis.

Os principais fatores que contribuíram para esta situação, foram:

- A não autorização, no final de 2021, de recurso a endividamento, o que impossibilitou o pagamento de um valor significativo de faturação que reunia condições para ser liquidada e que acabou, assim, por transitar para 2022;

- Pressão originada pela crise geopolítica, despoletada pela invasão da Ucrânia, com impacto significativo no aumento dos preços dos serviços prestados por fornecedores externos e em particular da eletricidade e combustível para tração.

Os principais desvios face ao orçamento disponível ocorreram ao nível das seguintes rubricas:

Despesas com pessoal (D.01)

As despesas com pessoal ficaram cerca de 1,3 milhões de euros acima do valor previsto no OE2022. Este acréscimo foi justificado, essencialmente, pela atualização remuneratória de 0,9% e por despesas transitadas de 2021, situações que não haviam sido previstas inicialmente.

Aquisição de bens e serviços (D.02)

O já referido volume de compromissos transitados de 2021, por não autorização para recurso a endividamento naquele ano, bem como o acréscimo de preços de alguns serviços, designadamente, da eletricidade e do combustível para tração, originaram a necessidade de reforço orçamental desta rubrica.

O valor de compromissos transitados nesta rubrica para 2023 ascende a cerca de 29,7 milhões de euros.

Investimento (D.07)

Verificou-se o pagamento do segundo adiantamento relativo à aquisição de 22 automotoras para Serviço Regional.

A conclusão dos processos de aquisição de equipamentos comerciais e de material circulante para os serviços Urbanos e Regional transitou para o primeiro semestre de 2023.

Verificou-se a recalendarização de vários projetos devido às limitações impostas no âmbito da aprovação do Plano de Atividades e Orçamento, designadamente, no que se refere a investimentos em informatização e instalações fixas.

Passivos financeiros (D.11)

Contrariamente ao previsto não se registou o saneamento financeiro da dívida histórica da Empresa. A decisão transitou para 2023.

Registaram-se as seguintes amortizações de dívida:

- financiamento Eurofima, no valor de 100 milhões de euros, com vencimento em novembro;
- amortização parcial do empréstimo DGTF contraído no final de 2020, no valor de 57,7 milhões de euros.

Nota:

Não estão ainda reunidas as condições técnicas para a elaboração e apresentação das demonstrações orçamentais de acordo com a NCP 26. Neste contexto, foi solicitada e autorizada,

a título excecional, pelo Tribunal de Contas, a prestação de contas de 2022 no mesmo referencial contabilístico (SNC) do ano anterior.

2. Gestão do Risco Financeiro

Anos	2022	2021	2020	2019	2018
Juros e Gastos Similares Suportados (€)	18 891 647,50 €	22 765 925,81 €	30 622 455,91 €	55 776 721,60 €	68 303 617,82 €
Taxa Média de Financiamento (%)	3,7%	3,0%	2,7%	2,4%	2,6%

Apesar dos encargos financeiros manterem a tendência decrescente dos últimos anos devido sobretudo, à diminuição do valor médio da dívida remunerada, a taxa média de financiamento apresenta uma tendência crescente desde 2019.

Em 2022, a taxa média de financiamento sofreu um acréscimo de 0,7 p.p., maioritariamente em resultado do acréscimo do peso relativo dos financiamentos de taxa fixa na estrutura de dívida da empresa.

No subcapítulo “Financiamento” do capítulo “Análise Económico-Financeira” é possível obter informação adicional sobre a gestão financeira durante o ano de 2022.

3. Limite de Crescimento do Endividamento

A dívida remunerada a 31 de dezembro de 2022 apresentou um ligeiro decréscimo face ao final do ano anterior, não se tendo registado no período qualquer aumento de capital.

A variação do endividamento ajustado situou-se assim em -0,37%.

Variação do Endividamento (execução)	2022	2021
	Valores (€)	
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	2 110 190 852,30 €	2 132 493 240,74 €
Capital estatutário	3 959 489 351,01 €	3 959 489 351,01 €
Novos investimentos em 2022 (com expressão material)	0,00 €	0,00 €

Variação do endividamento

-0,37%

Novos investimentos - Nos termos do n.º2 do artº 146 do DLEO 2018, consideram-se novos investimentos com expressão material os que não figuram no plano de investimentos da ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 10 000 000 € ou a 10% do orçamento anual da empresa.

Fórmula da variação do endividamento:

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - NovosInvestimentos_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

Em que:

FR=Financiamento Remunerado

Capital = Capital Estatutário Realizado

No subcapítulo “Financiamento” do capítulo “Análise Económico-Financeira” é possível obter informação adicional sobre a gestão financeira durante o ano de reporte.

4. Prazo Médio de Pagamento

Comparando o número de dias referente ao Prazo Médio de Pagamento (PMP) do 4º trimestre de 2022 face ao período homólogo, existe um decréscimo de 37 dias.

PMP	Prazo (dias)		Δ 22-21	
	Trimestre	2022	2021	Valor
1º	52	50	2	4,0%
2º	42	45	-3	-6,7%
3º	35	48	-13	-27,1%
4º	23	60	-37	-61,7%

A 31 de dezembro de 2022 a CP apresentava o seguinte cenário de dívidas em atraso por motivos imputáveis à empresa:

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Dívidas vencidas de acordo com o Art.1.º DL 65-A/2011 (€)				
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	194 454,81 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aquisição de Capital	26 445,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0
TOTAL	220 899,81 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Nota: Tal como previsto na lei, foram excluídas as situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor e as situações relativas a processos judiciais em curso.

5. Recomendações do Acionista

As Contas de 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 aguardam aprovação pela Tutela.

Não foi emitida qualquer Reserva na Certificação Legal das Contas de 2021. Foram expressas as seguintes Ênfases:

Ênfases

1. As operações da CP têm vindo a gerar prejuízos consecutivos, o que conduziu a um passivo substancialmente superior ao total do ativo e à necessidade de o Estado Português assegurar o financiamento indispensável à prossecução da atividade. Dado estarmos perante uma Entidade Pública Empresarial (EPE) com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte ferroviário de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade da sua atividade, embora a CP se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro, as quais, nesta data, também se encontram expostas às incertezas resultantes da evolução da pandemia Covid-19, bem como das consequências do conflito armado eclodido em fevereiro de 2022 entre a Rússia e Ucrânia.
2. Conforme divulgado no Relatório de Gestão, as demonstrações financeiras da Entidade relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2020 não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas tutelas financeira e setorial.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

6. Remunerações /honorários

A remuneração dos membros do Conselho de Administração obedece ao disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro e à classificação atribuída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, na sua redação atual.

Durante o ano de 2022, na vigência da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, que aprovou o Orçamento de Estado para 2022, manteve-se a redução de 5% da remuneração fixa mensal ilíquida aos Membros do Conselho de Administração, (cfr. artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho).

Aplica-se ainda o disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, que não permite a utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, e o reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como de representação pessoal.

Não existe componente variável da remuneração, nem quaisquer regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores. Igualmente, não foi assinado qualquer contrato de gestão com o Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração tiveram direito de acesso às seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;
- Valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço, correspondente a 1/4 do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público;
- Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00€, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.

Conselho de Administração – Remunerações Globais Mensais Líquidas

Presidente: valor mensal líquido de 5.722,75€, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 2.289,10€, pago 12 vezes por ano;

Vice-Presidente: valor mensal líquido de 5 150,48€, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 2 060,19€, pago 12 vezes por ano;

Vogais Executivos: valor mensal líquido de 4.578,20€, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.831,28€, pago 12 vezes por ano.

Conselho Fiscal - Remunerações Mensais Líquidas

Presidente: valor mensal líquido de 1.602,37€, pago 14 vezes por ano;

Vogais: valor mensal líquido de 1.201,78€, pago 14 vezes por ano.

Remunerações do Conselho de Administração

1 de janeiro 2022 a 27 setembro 2022

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos Últimos 3 Anos				Indicação do número total de mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data da autorização e Forma	
19-07-2019 a 27-09-2022	⁽¹⁾ Vice Presidente	Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	RCM n.º118/2019	24-07-2019	N	-	CP	-	1
19-07-2019 a 27-09-2022	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó	RCM n.º118/2019	24-07-2019	N	-	CP	-	2
19-07-2019 a 27-09-2022	Vogal	Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	RCM n.º118/2019	24-07-2019	N	-	CP	-	1
19-07-2019 a 27-09-2022	Vogal	Pedro Manuel Franco Ribeiro	RCM n.º118/2019	24-07-2019	N	-	CP	-	1

Legenda:

O/D - Origem/destino

(1) Com funções de Presidente em Exercício de 1 de outubro de 2021 a 27 de setembro de 2022

28 de setembro 2022 a 31 de dezembro 2022

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos Últimos 3 Anos				Indicação do número total de mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data da autorização e Forma	
28-09-2022 a 31-12-2022	Presidente	Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	Despacho n.º 11504/2022	28-09-2022	N	-	CP	-	2
28-09-2022 a 31-12-2022	Vice Presidente	Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	Despacho n.º 11504/2022	28-09-2022	N	-	CP	-	2
28-09-2022 a 31-12-2022	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó	Despacho n.º 11504/2022	28-09-2022	N	-	CP	-	3
28-09-2022 a 31-12-2022	Vogal	Pedro Manuel Franco Ribeiro	Despacho n.º 11504/2022	28-09-2022	N	-	CP	-	2
28-09-2022 a 31-12-2022	Vogal	Joaquim José Martins Guerra	Despacho n.º 11504/2022	28-09-2022	N	-	CP	-	1

Acumulação de Funções - 2022				
Membro do Órgão de Administração	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)	Identificação da data de Autorização e Forma (AG/DUE/D)
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	NOMAD TECH	Gerente (desde 30-07-2019)	Privada	AG de 30-07-2019
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	SIMEF	Presidente do C.A. (desde 30-07-2019)	Pública	AG de 26-01-2022
Pedro Manuel Franco Ribeiro	TIP	Presidente do C.A. (desde 01-06-2022)	Pública	AG de 31-05-2022
Pedro Manuel Franco Ribeiro	TIP	Vogal do C.A. (de 01-05-2020 a 31-05-2022)	Pública	AG de 14-07-2020
Pedro Manuel Franco Ribeiro	OTLIS	Vogal do C.A. (de 01-05-2020 a 30-06-2022)	Pública	AG de 02-06-2020

Legenda:

Nomad Tech, Lda

SIMEF A.C.E.- Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, A.C.E.

TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE

OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE

C.A. - Conselho de Administração

1 de janeiro 2022 a 27 setembro 2022

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público		Remuneração Mensal Bruta (€)	
	Fixado (S/N)	Classificação (A,B,C)	Vencimento Mensal	Despesas de Representação
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	S	A	5 150,48 €	2 060,19 €
Ana Maria dos Santos Malhó	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €

28 de setembro 2022 a 31 de dezembro 2022

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público		Remuneração Mensal Bruta (€)	
	Fixado (S/N)	Classificação (A,B,C)	Vencimento Mensal	Despesas de Representação
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	S	A	5 722,75 €	2 289,10 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	S	A	5 150,48 €	2 060,19 €
Ana Maria dos Santos Malhó	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €
Joaquim José Martins Guerra	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €

1 de janeiro 2022 a 27 setembro 2022

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2022 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	69 325,44 €	0,00 €	69 325,44 €	3 466,27 €	65 859,17 €
Ana Maria dos Santos Malhó	61 622,57 €	0,00 €	61 622,57 €	3 081,13 €	58 541,44 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	61 622,57 €	0,00 €	61 622,57 €	3 081,13 €	58 541,44 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro	61 622,57 €	0,00 €	61 622,57 €	3 081,13 €	58 541,44 €
(1) Vencimento + Desp Representação (sem reduções)			254 193,16 €	12 709,66 €	241 483,50 €

(4) Previstas no Artº12º da Lei nº 12 - A/2010, de 30 de junho. Incidem sobre valores da coluna (1).

28 de setembro 2022 a 31 de dezembro 2022

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2022 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	30 559,49 €	0,00 €	30 559,49 €	1527,97 €	29 031,51 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	27 503,56 €	0,00 €	27 503,56 €	1375,18 €	26 128,38 €
Ana Maria dos Santos Malhó	24 447,59 €	0,00 €	24 447,59 €	1222,38 €	23 225,21 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro	24 447,59 €	0,00 €	24 447,59 €	1222,38 €	23 225,21 €
Joaquim José Martins Guerra	24 447,59 €	0,00 €	24 447,59 €	1222,38 €	23 225,21 €
			131 405,81 €	6 570,29 €	124 835,52 €

(1) Vencimento + Desp Representação (sem reduções)

(4) Previstas no Artº12º da Lei nº 12 - A/2010, de 30 de junho. Incidem sobre valores da coluna (1).

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)								
	Valor do Subsídio Refeição			Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário jan a jun	Diário jul a dez	Encargo Anual da Empresa	Identificar	Encargo Anual da Empresa	Encargo Anual da Empresa	Encargo Anual da Empresa	Identificar	Encargo Anual da Empresa
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira(1)	7,60 €	7,74 €	1868,68 €	Segurança Social	22 476,43 €	--	350,52 €	Seguro de Acidentes Pessoais	5,16 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro (2)	7,60 €	7,74 €	1868,68 €	Segurança Social	20 048,88 €	--	350,52 €	Seguro de Acidentes Pessoais	5,16 €
Ana Maria dos Santos Malhó	7,60 €	7,74 €	1868,68 €	Segurança Social	19 421,29 €	--	350,52 €	Seguro de Acidentes Pessoais	5,16 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro	7,60 €	7,74 €	1868,68 €	Segurança Social	19 421,29 €	--	350,52 €	Seguro de Acidentes Pessoais	5,16 €
Joaquim José Martins Guerra(3)	7,60 €	7,74 €	286,58 €	Segurança Social	5 806,30 €	--	90,55 €	Seguro de Acidentes Pessoais	1,33 €
TOTAL			7 761,30 €		87 174,19 €		1 492,63 €		21,97 €

Nota: Os valores dos prémios do seguro de saúde e do seguro de acidentes pessoais são idênticos para todos os trabalhadores, correspondendo os valores indicados aos prémios totais *per capita* (prémios comerciais e taxas inerentes).

(1) Com funções de Presidente em Exercício de 1 de outubro de 2021 a 27 de setembro de 2022

(2) Nomeada Vice-Presidente do CA, com efeitos a 28 de setembro de 2022

(3) Nomeado Vogal do CA, com efeitos a 28 de setembro de 2022.

Encargos com viaturas - 2022 (valores com IVA incluído)									
Membro do CA	Viatura Atribuída (S/N)	Celebração de Contrato (S/N)	Valor de Referência da Viatura (€) ^(a)	Modalidade (ALD/AOV)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	S	N	22 500,05 €	ALD	2018	2023	714,18 €	8 570,16 €	11
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	S	N	10 967,77 €	AOV	2017	2023	489,10 €	6 008,52 (b)	3
Ana Maria dos Santos Malhó	S	N	19 432,54 €	ALD	2018	2023	605,83 €	7 269,96 €	12
Pedro Manuel Franco Ribeiro	S	N	18 767,13 €	ALD	2018	2023	581,13 €	6 973,56 €	11
Joaquim José Martins Guerra	S	N	7 235,06 €	AOV	2017	2023	390,78 €	1 172,34 €	4

(a) Valor de aquisição com a devida depreciação.

(b) Janeiro a Março - € 535,54; de Abril a Dezembro - € 489,10.

Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)						
Membro do Órgão de Administração	Deslocações em Serviço (€)	Custo com Alojamento (€)	Ajudas de Custo (€)	Outras		Gasto Total com Viagens
				Identificar	Valor (€)	
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	67,67 €	3 131,22 €	250,18 €	Refeições	2 312,81 €	5 761,88 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	747,70 €	2 848,58 €	250,18 €	Refeições	1 223,91 €	5 070,37 €
Ana Maria dos Santos Malhó	713,62 €	1 584,95 €	187,64 €	Refeições	665,24 €	3 151,45 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro	70,17 €	4 405,28 €	250,18 €	Refeições	1 299,11 €	6 024,74 €
Joaquim José Martins Guerra	8,00 €	348,98 €	250,18 €	Refeições	221,65 €	828,81 €
TOTAL	1 607,15 €	12 319,01 €	1 188,36 €		5 722,71 €	20 837,23 €

Fiscalização

Conselho Fiscal

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (Mensal) (*)	Nº de Mandatos
			Forma	Data		
2019-2021	Presidente	António José Farinha Simão	Despacho Conjunto s/número dos Ministérios das Finanças e das Infraestruturas e Habitação	28-08-2019	1602,37 €	2
2019-2021	Vogal Efetivo	Teresa Isabel Carvalho Costa			1201,78 €	1
2019-2021	Vogal Efetivo	Cristina Maria Pereira Freire			1201,78 €	1
2019-2021	Vogal Suplente	Mário José Alveirinho Carrega			-	-

(*) Montantes indicados no Despacho de nomeação

Nota: Os Membros do CF mantêm-se em funções até nova nomeação.

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual 2022 (€)
	Bruta
António José Farinha Simão	22 433,18 €
Teresa Isabel Carvalho Costa	16 824,92 €
Cristina Maria Pereira Freire	16 824,92 €
Mário José Alveirinho Carrega	0,00 €
Total	56 083,02 €

Revisor Oficial de Contas

Mandato		Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
Início-Fim	Cargo	Nome	Número inscrição na OROC	Número registo na CMVM	Forma	Data	Data do Contrato		
08-07-2021 a 31-12-2022	SROC	Sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Lda	74	20 161 408	Despacho Conjunto s/número de 26 de junho de 2021, do Ministro de Estado e das Finanças e do Secretário de Estado das Infraestruturas, iniciaram funções em 8 de julho de 2020 para completar o mandato de 2020-2022.			2	2
08-07-2021 a 31-12-2022	ROC	Dr. José Luis Alves da Cunha	585	20 160 240		26-06-2020	04-08-2021	2	2

ROC suplente

Mandato		Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
Início-Fim	Cargo	Nome	Número inscrição na OROC	Número registo na CMVM	Forma	Data	Data do Contrato		
8-07-2021 a 31-12-2022	SROC	Oliveira Reis e Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda	23	20 161 381	Despacho Conjunto s/número de 26 de junho de 2021, do Ministro de Estado e das Finanças e do Secretário de Estado das Infraestruturas.	26-06-2020	04-08-2021	9	9
8-07-2021 a 31-12-2022	ROC	Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	1056	20 160 668		9	9		

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços-2022 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais 2022 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Lda, representada pelo Dr. José Luis Alves da Cunha	27 360,00 €	0,00 €	27 360,00 €	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Total	27 360,00 €	0,00 €	27 360,00 €	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

Ao valor indicado acresce o IVA (23%)

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Contratação		N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
Nome	N.º Registo na OROC	N.º Registo na CMVM	Data	Duração		
Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda	197	20 161 495	23-06-2021	2 anos	9	9
Representado por: Dr.ª Maria Filomena Neves Marques	1201	20 160 812	23-06-2021	2 anos	2	2

Nome do Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2022 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2022 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda	21500,00 €	N.A.	21500,00 €	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

Nota: o valor da prestação de serviços de auditoria contratada engloba os serviços de auditoria da CP (contas individuais e consolidadas) e das empresas do Grupo, com um total de 27.500€ (valor sem IVA). Os encargos respeitantes exclusivamente à CP (contas individuais e consolidadas) ascendem a 21.500€ (valor sem IVA).

7. Aplicação dos Art.ºs 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público

Em cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, Rect. n.º 2/2012, de 25 de janeiro e Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho), não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos Membros do Conselho de Administração, não havendo igualmente lugar a reembolso aos mesmos de quaisquer eventuais despesas de representação pessoal.

O valor máximo das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, pelo Despacho n.º 761/SETF/2012, de 25 de maio (2ª série DR), de Sua Excelência a Senhora Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, é limitado a 80 euros mensais.

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)	
	Plafond mensal definido	Valor Anual
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	80	47
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	80	170
Ana Maria dos Santos Malhó	80	170
Pedro Manuel Franco Ribeiro	80	38
Joaquim José Martins Guerra	80	169
TOTAL		593

No que diz respeito à utilização de viaturas, em cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 33º do Estatuto do Gestor Público o valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço é fixado em um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação.

Membro do CA	Plafond mensal definido para Combustíveis e Portagens	Gastos anuais associados a viaturas (€)		
		Combustível	Portagens	Total
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	1/4 despesas representação	2 504,13 €	1 087,80 €	3 591,93 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro		3 670,48 €	1 540,95 €	5 211,43 €
Ana Maria dos Santos Malhó		2 247,18 €	736,15 €	2 983,33 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro (a)		4 440,45 €	2 037,85 €	6 478,30 €
Joaquim José Martins Guerra (b)		1 067,31 €	541,80 €	1 609,11 €
TOTAL				19 874,10 €

(a) Inclui despesas suportadas pelo TIP no âmbito das funções aí desempenhadas.

(b) A diferença para o *plafond* foi regularizada pelo próprio.

8. Art.ºs 16º do RJSPE e 11º do EGP

Não foram realizadas pela empresa nem pelos seus gestores quaisquer despesas confidenciais ou não documentadas.

9. Relatório Sobre Remunerações Pagas a Mulheres e Homens

Encontra-se disponível no seguinte endereço:

https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1_a_empresa/2_principios_bom_governo/remuneracaoe-s-pagas-mulheres-homens.pdf.

10. Relatório Anual Sobre Prevenção da Corrupção

Encontram-se disponíveis dois relatórios nos seguintes endereços:

Relatório de Execução Anual do Plano de Gestão de Riscos, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

[Relatório de Execução Anual 2022 Plano Gestão de Riscos 2022-2023 | CP](#)

[Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas | CP](#)

Plano de Gestão de Riscos:

[Plano de Gestão de Riscos 2022/2023 \(cp.pt\)](#)

11. Contratação Pública

A CP enquanto entidade adjudicante que atua nos setores especiais está sujeita, nos procedimentos de contratação de bens e serviços e de empreitadas cujo objeto esteja direta e principalmente relacionado com a atividade de transporte de passageiros e de valor igual ou superior aos limiares comunitários, ao Código da Contratação Pública.

Nos procedimentos de contratação de bens e serviços e de empreitadas cujo objeto esteja direta e principalmente relacionado com a atividade de transporte de passageiros, mas de valor inferior aos limiares comunitários, e nos procedimentos que não dizem respeito à atividade de transporte da CP, aplica-se o Normativo de Contratação aprovado pelo Conselho de Administração em 08 de Julho de 2020, com a redação aprovada em 24 de março de 2021, e do qual figura em anexo um Regulamento pré contratual.

Em 2022, não foram submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas quaisquer contratos nos termos do artigo 47.º da lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), dado que, ou não ultrapassaram o montante global acumulado de 5.000.000€ ou, embora os seus valores fossem superiores a 5.000.000€, não estavam sujeitos ou estavam isentos do visto prévio.

12. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A CP assinou em julho de 2010 um contrato de adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) na qualidade de entidade compradora voluntária.

Tendo em conta os acordos-quadro existentes na ANCP, a CP tem vindo a analisar caso a caso se a

utilização desses acordos lhe é vantajosa face aos valores contratuais conseguidos diretamente pela empresa, bem como se as características técnicas em causa correspondem às suas necessidades.

13. Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais

Eficiência Operacional (Valores em Euros)	2022	2022	2021	2020	2019	2022/2021		2022/2019	
	Exec.	Orç.	Reexpresso	Exec.	Exec. (1)	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	85 282 524 €	130 640 167 €	65 754 085 €	-4 121 068 €	48 124 125 €	19 528 439 €	30%	37 158 399 €	77%
(1) CMVMC	32 943 532 €	48 104 434 €	25 383 190 €	22 695 541 €	6 287 643 €	7 560 342 €	30%	26 655 889 €	424%
(2) FSE	160 669 387 €	157 259 361 €	129 391 072 €	131 145 167 €	175 203 486 €	31 278 315 €	24%	-14 534 099 €	-8%
(3) Gastos com o pessoal	151 239 279 €	150 123 463 €	145 772 520 €	138 845 085 €	109 014 542 €	5 466 759 €	4%	42 224 736 €	39%
(3.i) Relativos aos Órgãos Sociais ^(a)	558 102 €	657 931 €	612 730 €	642 481 €	578 052 €	-54 627 €	-9%	-19 950 €	-3%
(3.ii) Indemnizações pagas por rescisão ^(a)	234 577 €	700 451 €	7 536 €	139 335 €	1 289 532 €	227 041 €	3013%	-1 054 954 €	-82%
(3.iii) Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias ^(a)	1 155 880 €	0 €	0 €	0 €	0 €	1 155 880 €	-	1 155 880 €	-
(3.iv) Efeito do Absentismo e do cumprimento de obrigações legais ^(a)	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0 €	-
(4) Gastos com o pessoal sem os impactos i, ii, iii e iv	149 290 719 €	148 765 081 €	145 152 254 €	138 063 268 €	107 146 958 €	4 138 465 €	3%	42 143 761 €	39%
(5) Impactos nos Gastos decorrentes de fatores excecionais ^(b)	23 537 251 €	567 745 €	606 057 €	707 195 €	0 €	22 931 194 €	3784%	23 537 251 €	-
(6) Gastos Operacionais para efeitos de apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)-(3)-(5)	321 314 947 €	354 919 513 €	299 940 725 €	291 196 782 €	288 638 087 €	21 374 222 €	7%	32 676 859 €	11%
(7) Volume de negócios (VN)	275 093 984 €	211 391 101 €	192 840 642 €	171 333 641 €	280 719 729 €	82 253 342 €	43%	-5 625 745 €	-2%
Subsídios à Exploração	116 203 550 €	226 080 126 €	141 117 261 €	88 127 384 €	3 543 €	-24 913 711 €	-18%	116 200 007 €	3279707%
Indemnizações Compensatórias.	0 €	0 €	0 €	0 €	40 000 000 €	0 €	-	-40 000 000 €	-100%
(8) Trabalhos para a própria empresa	12 992 032 €	34 358 786 €	13 316 590 €	14 047 696 €	0 €	-324 558 €	-2%	12 992 032 €	-
(9) Perda de receita decorrente de fatores excecionais ^(b)	37 676 042 €	102 488 488 €	117 747 990 €	138 403 326 €	0 €	-80 071 948 €	-68%	37 676 042 €	-
(10) Volume de negócios para efeitos de apuramento da eficiência operacional (7+8+9)	325 762 057 €	348 238 375 €	323 905 221 €	323 784 662 €	280 719 729 €	1 856 836 €	1%	45 042 328 €	16%
(11) Peso dos Gastos/VN=(6)/(10)	99%	102%	93%	90%	103%	6,0p.p.	-	-4,2p.p.	-
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	3 142 482 €	3 066 081 €	2 550 571 €	2 576 669 €	5 730 052 €	591 911 €	23%	-2 587 571 €	-45%
(ii) Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	4 154 860 €	3 193 863 €	4 083 364 €	3 757 784 €	4 194 445 €	71 496 €	2%	-39 586 €	-1%
(iii) Gastos associados à frota automóvel ^(c)	522 227 €	753 654 €	530 755 €	476 989 €	269 447 €	-8 528 €	-2%	252 781 €	94%
(iv) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	633 865 €	815 833 €	730 958 €	610 168 €	115 425 €	-97 093 €	-13%	518 440 €	449%
(12) Total=(i)+(ii)+(iii)+(iv)	8 453 433 €	7 829 430 €	7 895 648 €	7 421 610 €	10 309 369 €	557 786 €	7%	-1 855 936 €	-18%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores) ^(d)	3 760	4 056	3 766	3 710	2 634	-6	0%	1 126	43%
N.º Órgãos Sociais (OS) ^(d)	7	8	8	8	7	-1	-13%	0	0%
N.º Cargos de Direção (CD) ^(d)	23	23	23	22	22	0	0%	1	5%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD) ^(d)	3 730	4 025	3 735	3 680	2 605	-5	0%	1 125	43%
N.º Trabalhadores/N.º CD ^(d)	162	175	162	167	118	0	0%	44	37%
N.º de viaturas	105	116	111	116	48	-6	-5%	57	119%

(1) A fusão por incorporação da EMEF na CP ocorreu em 1 de janeiro de 2020.

(a) Conforme disposto na alínea a) do n.º5 do art.º 144.º do DLEO 2022.

(b) Se aplicável, os Impactos excecionais (nomeadamente crise geopolítica e do COVID-19) e os impactos por imposições legais deverão ser devidamente justificados, nos termos do art.º 144.º do DLEO 2022, bem como quantificados e discriminados relativamente às diferentes rubricas de gastos/custos, vendas e serviços prestados.

(c) Inclui rendas / amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

(d) Efeito médio a cargo. No âmbito do Despacho Conjunto de aprovação do PAO 2022-2024, o número de novos recrutamentos autorizados foi limitado à contratação de maquinistas e operadores de revisão e venda, com o objetivo de dar cumprimento aos Acordos de Empresa, em resultado das alterações havidas no ano de 2020.

A CP registou em 2022 um EBITDA recorrente de 85,3 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 19,5 milhões de euros face ao ano anterior (reexpresso), mas que se situou cerca de 45,4 milhões de euros abaixo do previsto.

Para a variação face ao ano anterior, contribuiu fundamentalmente a recuperação registada em termos de volume de negócios, em particular ao nível da prestação de serviço de transporte de passageiros, que cresceu 84,5 milhões de euros (+49%), em resultado da recuperação da procura e dos rendimentos relacionados com o programa de apoio à redução tarifária nos transportes (PART)⁶.

Face ao previsto, o desvio é justificado, essencialmente, pelo facto de, em 2022, apenas se ter contabilizado o reequilíbrio do contrato de serviço público relativo a 2020, no valor de 17,7 milhões de euros, enquanto, no previsto, se considerara a regularização do acerto da compensação e reequilíbrio do contrato relativos a 2021, no montante global de 127,6 milhões de euros. Esta diferença foi parcialmente compensada pelo crescimento dos rendimentos do transporte de passageiros, que ficaram 65,6 milhões de euros acima do previsto (+34%)⁷.

O peso das principais rubricas de gastos (CMVMC + FSE + Pessoal) no volume de negócios (sem subsídios à exploração e compensações financeiras pelas obrigações de serviço público) e trabalhos para a própria empresa, expurgando o impacto da pandemia e da crise energética, despoletada pela invasão da Ucrânia⁸, situou-se em 2022 nos 98,6%, mais 6 p.p. que no ano anterior, mas cerca de 3 p.p. melhor que o previsto.

Face ao ano anterior, de referir os aumentos dos gastos com pessoal, em resultado, essencialmente, do impacto da entrada em vigor do novo “Acordo de Empresa” e da atualização remuneratória em 0,9%, implementados com o acordo das Tutelas Setorial e Financeira, e dos encargos com o aluguer de veículos rodoviários de substituição, na sequência das intervenções na infraestrutura (ex. interdição da Linha da Beira Alta)⁹. De notar ainda, nas rubricas de CMVMC e FSE, o impacto da atualização de preços e níveis de serviços de diversos contratos, decorrente da pressão inflacionista, derivada da retoma da atividade económica e da atualização do salário mínimo.

Face ao previsto, o desvio apresentado é justificado, nomeadamente, pela contenção generalizada dos gastos e por um número de intervenções de manutenção e reparação de material circulante inferior ao previsto. Esta última situação justifica, também, por sua vez, o desvio apurado em rendimentos nos Trabalhos para a Própria Empresa.

O acréscimo dos encargos com deslocações e alojamento, face ao ano anterior, é justificado pela retoma da atividade da empresa e pela pressão para atualização dos preços das dormidas.

⁶ Mais informações no capítulo “Análise Económico-financeira”.

⁷ Mais informações no ponto “Objetivos de Gestão”.

⁸ Face à evolução registada nos últimos anos pré-pandemia, com um crescimento sustentado da procura desde 2013, ao que acresceu o impulso decorrente da implementação do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) em 2019, seria expectável a manutenção, em condições normais, desta tendência. Evidencia-se na rubrica de “Perda de receita decorrente de fatores excecionais”, a diferença estimada entre o real, influenciado pelo impacto da pandemia e a expectativa da empresa num cenário de continuidade (conforme estudo de sustentabilidade apresentado às Tutelas).

Por outro lado, no seguimento da invasão da Ucrânia, assistiu-se a uma aceleração da pressão inflacionista, com especial ênfase na variação dos preços dos produtos energéticos. Evidencia-se na rubrica de “Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais”, para além dos custos incorridos diretamente com a mitigação dos efeitos da pandemia, o acréscimo de encargos registado nas rubricas de combustível e energia elétrica para tração face ao inicialmente previsto.

⁹ Estes encargos são objeto de refaturação à IP, a qual é, no entanto, registada contabilisticamente na rubrica de “Outros Rendimentos”, não sendo por esse facto, considerada para efeitos do cálculo do rácio em análise.

14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A CP tem desenvolvido todos os esforços para assegurar o cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, centrando o máximo de serviços no IGCP.

No entanto, dadas as especificidades inerentes à respetiva atividade, tem sido necessário manter a movimentação de algumas contas bancárias junto da banca nacional, pela impossibilidade de alguns serviços necessários ao seu funcionamento serem prestados pelo IGCP.

Nesse contexto, dando cumprimento ao estabelecido na legislação sobre o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado a que as empresas públicas estão sujeitas, a CP tem requerido a dispensa do seu cumprimento para alguns serviços não fornecidos pelo IGCP, nomeadamente os relativos à recolha, transporte e contagem de valores, ao recebimento de valores de vendas efetuadas por canais Web em conta da banca comercial, a empréstimos bancários, a garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados e à guarda de títulos de empresas participadas.

A CP recebeu, em finais de março de 2022, a autorização (INF: 0219/2022 do IGCP) de dispensa do cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado para os anos de 2022 e 2023.

Considera-se que está assegurada a conformidade com a legislação aplicável nesta matéria.

A CP não auferiu no período em análise, de quaisquer rendimentos decorrentes de aplicações financeiras na Banca Comercial. Apresenta-se seguidamente um quadro contendo os saldos depositados na Banca Comercial no final de cada trimestre de 2022:

Banca Comercial	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
BPI	1 480 475 €	1 713 916 €	1 374 435 €	1 537 079 €
CGD	616 €	605 €	593 €	554 €
Total	1 481 091 €	1 714 521 €	1 375 028 €	1 537 633 €
Juros auferidos	0 €	0 €	0 €	0 €

Tendo as Disponibilidades sido as seguintes nos quatro trimestres:

IGCP	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Disponibilidades	30 505 845 €	43 250 586 €	123 655 048 €	46 402 854 €
Aplicações Financeiras	0 €	0 €	0 €	0 €
Total	30 505 845 €	43 250 586 €	123 655 048 €	46 402 854 €

15. Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas

Não ocorreram auditorias do Tribunal de Contas desde 2014.

16. Plano para a Igualdade

O Plano para a Igualdade de Género foi elaborado e comunicado à CITE-Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, por email datado de 8 de fevereiro de 2022.

17. Demonstração Não Financeira

O Relato Não Financeiro do ano 2022, encontra-se em anexo ao Relatório de Governo Societário 2022.

18. Informação no Site do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S / N	Data Atualização	
Estatutos	S	11-03-2022	
Caracterização da Empresa	S	11-03-2022	
Função de tutela e accionista	S	11-03-2022	
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais:	S	11-03-2022	
Identificação dos órgãos sociais	S	11-03-2022	
Estatuto remuneratório fixado	S	11-03-2022	
Divulgação das Remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	11-03-2022	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do CA	S	11-03-2022	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	11-03-2022	
Esforço Financeiro Público	S	11-03-2022	
Ficha Síntese	S	11-03-2022	
Informação Financeira histórica e atual	S	11-03-2022	Com referência às Contas Aprovadas de 2015.
Princípios de Bom Governo	S	11-03-2022	
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	11-03-2022	
Transações Relevantes c/entidades relacionadas	S	11-03-2022	
Outras transações	S	11-03-2022	
Análise de sustentabilidade nos domínios:	S	11-03-2022	
Económico	S	11-03-2022	
Social	S	11-03-2022	
Ambiental	S	11-03-2022	
Avaliação do cumprimento dos PBG	S	11-03-2022	
Código de Ética	S	11-03-2022	

Conta de Exploração

Resultado Líquido

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	Períodos		Variação 2022/2021	
	REAL 31-12-2022	REAL 31-12-2021 (valores reexpressos)	Valor	%
Vendas e serviços prestados	275 094	192 841	82 253	43%
Vendas e serviços prestados - Passageiros	256 519	171 977	84 542	49%
Vendas e serviços prestados - Manutenção e reparação	13 902	16 443	-2 541	-15%
Vendas e serviços prestados - Outros	4 673	4 421	252	6%
Subsídios à exploração	116 204	141 117	-24 913	-18%
Variação nos inventários da produção	2 096	-825	2 921	354%
Trabalhos para a própria entidade	12 992	13 317	-325	-2%
Outros rendimentos	28 191	22 709	5 482	24%
	434 577	389 159	65 418	18%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-32 944	-25 383	-7 561	-30%
Fornecimentos e serviços externos	-160 669	-129 391	-31 278	-24%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações)	-151 005	-145 765	-5 240	-4%
Outros gastos	-4 676	-2 865	-1 811	-63%
	-348 284	-303 404	-45 880	-15%
Resultado operacional da atividade de transportes e manutenção* (EBITDA)	85 293	85 755	19 528	30%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-55 111	-56 385	1 274	2%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	342	814	-472	-58%
Indemnizações por rescisão	-235	-8	-227	-2838%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	2 156	2 440	-284	-12%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-2 071	-1 700	-371	-22%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-33	255	-288	-113%
Provisões (aumentos/reduções)	692	-352	1 044	297%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	261	1 462	-1 201	-82%
Diferenças de câmbio (aumento/reduções)	-2 050	-1 751	-299	-17%
Aumentos/reduções de justo valor	-	3	-3	-100%
Outros rendimentos (não core)	4	171	-167	-98%
Outros gastos (não core)	-615	-1 435	820	57%
Resultado operacional	28 823	9 289	19 354	208%
Juros e rendimentos similares obtidos	14	9	5	56%
Juros e gastos similares suportados	-18 891	-22 766	3 875	17%
Resultado financeiro	-18 877	-22 757	3 880	17%
Resultado antes de impostos	9 746	-13 468	23 234	172%
Imposto sobre o rendimento do período	-565	-335	-230	-69%
Resultado líquido do período	9 181	-13 823	23 004	166%

* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades core da empresa.

O *Resultado Líquido* de 2022, apresenta uma melhoria de 166% face ao ano anterior (23 milhões de euros), passando de -13,8 milhões de euros, em 2021, para 9,2 milhões de euros em 2022.

Para esta variação contribuiu, fundamentalmente, a recuperação dos rendimentos relativos à prestação de serviços de transporte de passageiros e a melhoria do resultado financeiro, ainda que parcialmente compensadas pelo acréscimo de algumas naturezas de gastos, essencialmente, de natureza exógena, isto é., não controláveis pela empresa.

Resultado Operacional das Atividades de Transporte de Passageiros e Manutenção (EBITDA)

O EBITDA recorrente das atividades de transportes e manutenção foi em 2022 de 85,3 milhões de euros, o que representou uma melhoria de 19,5 milhões de euros face ao ano anterior. De seguida, evidencia-se a origem das principais variações registadas:

- Aumento dos *serviços prestados*, na ordem dos 82,3 milhões de euros, com origem essencialmente nos serviços de transporte de passageiros, em resultado da eliminação progressiva, no decurso do ano de 2022, das medidas de restrição impostas devido à pandemia gerada pela COVID 19 e consequente aumento do número de passageiros transportados;
- Diminuição dos *subsídios à exploração*, relativos às compensações pelas obrigações de serviço público, em 24,9 milhões de euros. De salientar que em 2021 foram registados (reexpressos) os montantes que resultaram da publicação da Resolução do Conselho de Ministros que aprovou os valores finais do acerto ao Contrato de Serviço Público respeitante ao ano de 2020;
- Aumento da *variação nos inventários da produção*, no valor de 2,9 milhões de euros, fruto do acréscimo dos rotáveis em reparação, assim como do incremento dos trabalhos em curso associados à atividade de manutenção e reparação de material circulante;
- Aumento dos *outros rendimentos*, em cerca de 5,5 milhões de euros, decorrente do registo, como rendimentos de exercícios anteriores, dos valores extraordinários do PART dos meses de setembro a dezembro de 2021, assim como dos rendimentos suplementares relativos à compensação devida à CP pela necessidade de recurso a transbordos rodoviários na sequência da suspensão da circulação ferroviária em virtude dos trabalhos de modernização da Linha da Beira Alta, que se iniciaram em abril de 2022;
- Aumento do *custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas*, em 7,6 milhões de euros, com especial incidência nos consumos de armazém da área de manutenção de material circulante, bem como no consumo de combustível, devido ao acréscimo do preço médio;
- Aumento dos *fornecimentos e serviços externos* em cerca de 31,3 milhões de euros, de onde se destaca o acréscimo de gastos relacionados com a energia para tração e taxa de utilização da infraestrutura, aumento este que é justificado, quer pela recuperação da atividade da empresa, quer pela atualização de preços da energia, a partir de maio de 2021, e dos preços do Diretório de Rede. De salientar, igualmente, o incremento dos gastos relativos ao aluguer de veículos rodoviários, resultante da suspensão da circulação na Linha da Beira Alta, já anteriormente referida;
- Aumento dos *gastos com pessoal (sem indemnizações)*, em 5,2 milhões de euros, justificado, essencialmente, pela entrada em vigor do novo “Acordo de Empresa”, que, entre outras medidas, veio proceder a uma atualização salarial com efeitos retroativos a janeiro de 2022, para todos os trabalhadores que manifestaram intenção de aderir ao mesmo. De referir ainda, a atualização remuneratória em 0,9%.

Resultado Operacional

O Resultado Operacional de 2022, situou-se nos 28,6 milhões de euros, o que representou uma melhoria de cerca de 19,4 milhões de euros face ao registado no ano anterior (9,3 milhões de euros). Realçam-se as seguintes variações mais significativas, para além das já mencionadas para o EBITDA:

- Diminuição dos *gastos de depreciação e de amortização*, em 1,3 milhões de euros;
- Variação positiva das *provisões* no montante de cerca de 1 milhão de euros, em função das responsabilidades apuradas, destacando-se a reversão registada, em 2022, por via da aceitação das faturas relativas às penalidades contratuais associadas à prestação de serviços de manutenção do material circulante do Metro do Porto em 2021;
- Variação negativa na rubrica de *imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)*, em cerca de 1,2 milhões de euros, justificada pela reversão, em 2021, de perdas por imparidade por via da recuperação e reintegração, no serviço de transporte de passageiros, de material circulante que se encontrava classificado como detido para venda;
- Diminuição dos *outros gastos (não core)*, em 0,8 milhões de euros, em resultado do abate de equipamentos descontinuados, inoperacionais e sem condições de reparação ter sido, em 2022, em valor inferior ao registado em 2021.

Resultado Financeiro

O *Resultado Financeiro* em 2022 foi negativo em 18,9 milhões de euros, verificando-se uma melhoria face ao registado no ano anterior de cerca de 3,9 milhões de euros (+17%). Esta situação resulta da diminuição da dívida remunerada.



Balanço

RUBRICAS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS		Variação 2022/2021	
	31-12-2022	REAL 31-12-2021 (valores reexpressos)	Valor	%
ATIVO				
Ativo Não Corrente	387 335	415 981	-28 646	-7%
Ativo Corrente	131 629	138 549	-6 920	-5%
Total do Ativo	518 964	554 530	-35 566	-6%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio que inclui:	-1794 885	-1800 429	5 544	0%
Resultado Líquido do período	9 181	-13 823	23 004	166%
Total do Capital Próprio	-1 794 885	-1 800 429	6 973	0%
PASSIVO				
Passivo Não Corrente	209 380	261 304	-51 924	-20%
Passivo Corrente	2 104 469	2 093 655	10 814	1%
Total do Passivo	2 313 849	2 354 959	-41 110	-2%
Total do Capital Próprio + Passivo	518 964	554 530	-35 566	-6%

Ativo

Em 2022, o Ativo da CP diminuiu cerca de 35,6 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos ativos fixos tangíveis, em 30,1 milhões de euros, em virtude de as depreciações destes ativos não terem sido compensadas pela realização de investimento;
- Aumento dos inventários em 2,4 milhões de euros, justificado, em parte, pelo aumento generalizado dos preços das matérias-primas utilizadas pela área de manutenção de material circulante;
- Aumento do saldo do *Estado e outros entes públicos* em 4,7 milhões de euros, decorrente, fundamentalmente, do acréscimo dos valores de IVA a recuperar, devido ao registo no final do ano da maioria das faturas relativas à taxa de utilização da infraestrutura e energia para tração respeitantes ao 2º semestre de 2022;
- Aumento do saldo de *caixa e depósitos bancários* em 31,3 milhões de euros, justificado na maior parte por limitações orçamentais que impediram a realização de amortização adicional da dívida contraída em anos anteriores para obviar a necessidades operacionais;
- Diminuição do saldo de *outros créditos a receber*, no montante de 44,8 milhões de euros, devido, designadamente, ao decréscimo da rubrica de *devedores por acréscimos de rendimentos*, rubrica esta onde, em 2021, se encontravam registados (reexpressos) os montantes relativos ao acerto da compensação financeira pelo cumprimento das obrigações de serviço público de transporte ferroviário de passageiros no ano de 2020 e que, entretanto, foram recebidas no decorrer do ano de 2022.

Capital Próprio

Em 2022, não foram realizadas quaisquer operações de aumento ou recomposição do capital da empresa pelo Estado Português.

As variações registadas no capital próprio da empresa resultaram dos seguintes movimentos:

- Transferência para *resultados transitados* do *resultado líquido* reexpresso da empresa em 2021;
- Diminuição da rubrica de *ajustamentos / outras variações no capital próprio*, em resultado da imputação, como rendimento do exercício dos *subsídios ao investimento* recebidos, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, na mesma proporção em que são reconhecidas as depreciações.

Passivo

O *Passivo* da CP registou em 2022 uma diminuição de 41,1 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição das *provisões* constituídas em 1,4 milhões de euros, em resultado, essencialmente, de reversão da provisão para pensões de acidentes de trabalho, de acordo com o estudo atuarial efetuado por entidade externa. De referir ainda, a reversão das provisões relativas às penalidades contratuais associadas à prestação de serviços de manutenção do material circulante do Metro do Porto, respeitantes ao ano de 2021, que acabaram por compensar parcialmente as provisões constituídas no exercício de 2022, originando um reforço de cerca de 0,3 milhões de euros;
- Diminuição do saldo em dívida ao *Estado e outros entes públicos*, em 1,4 milhões de euros, decorrente do facto de as retenções na fonte sobre o trabalho dependente do mês de dezembro, terem sido liquidadas no próprio mês, ao contrário do que aconteceu em 2021;
- Diminuição do saldo de *fornecedores e outras dívidas a pagar*, em 16,1 milhões de euros, destacando-se o decréscimo da dívida à IP, justificado pelo facto de as faturas relativas aos serviços prestados nos últimos meses de 2021 terem sido somente pagas no início de 2022.

Financiamento

Durante o ano de 2022, a CP recebeu 98,5 milhões de euros a título de compensações financeiras pelas obrigações de serviço público contratadas com o Estado (valores sem IVA), conforme RCM n.º 43/2020.

Do mesmo modo, ao abrigo do previsto na RCM n.º 162/2021, foi recebido em 2022 o montante de 68,5 milhões de euros (valores sem IVA), respeitante ao acerto das compensações e reequilíbrio do contrato de obrigações de serviço público relativos ao ano de 2020, valor este que foi utilizado na amortização parcial (57,74 milhões de euros) do financiamento contraído em 2020 junto da DGTF de 73,14 milhões de euros.

A assinatura do Contrato de Serviço Público tinha subjacente a concretização do saneamento da dívida histórica. Por este ainda não ter ocorrido, a empresa continua a assegurar o cumprimento das suas responsabilidades com a dívida histórica, o que tem gerado constrangimentos na sua tesouraria.

Como forma de mitigar essas dificuldades, durante o ano de 2022, obteve-se autorização da Tutela para a utilização do saldo de gerência de 2021, para a realização de pagamento dos juros do contrato do empréstimo obrigacionista, no montante de 11,4 milhões de euros.

Em 2022, foram contratados com a DGTF dois empréstimos, um no montante de 35 milhões de euros para fazer face a constrangimentos de tesouraria e outro de 100 milhões de euros para assegurar a amortização de um empréstimo da EUROFIMA, na data de vencimento, 15 de novembro.

Os restantes empréstimos celebrados com a DGTF, cuja amortização estava prevista para 2022, foram objeto de prorrogação à semelhança do ocorrido nos anos transatos, para dezembro de 2023. A prorrogação operou-se como o competente Despacho Tutelar, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 174/2023-SET, de 9 de maio, e do Despacho do Senhor Ministro das Finanças n.º 130/2023-MF, de 6 de junho. No entanto, a dívida passou a vencer juros remuneratórios, à taxa de juro de cada contrato de financiamento.

Os empréstimos em apreço fazem parte integrante da dívida histórica, pelo que, estão enquadrados na operação de saneamento financeiro da empresa, relativamente à qual a CP continua a aguardar decisão formal do Estado.

É da máxima importância e urgência que o Estado clarifique o cenário de saneamento / financiamento da dívida histórica, para que seja assegurada uma adequada gestão da mesma até à sua efetiva liquidação, informando, com a maior brevidade possível, sobre a data prevista para a sua concretização e o cenário de financiamento a adotar até essa data.

Dívida Financeira

A dívida remunerada da CP a 31 de dezembro de 2022 era de aproximadamente 2,110 mil milhões de euros, o que se traduz numa redução de cerca de 22,3 milhões de euros face ao ano anterior.

As fontes de financiamento são as que se podem comprovar no gráfico seguinte:

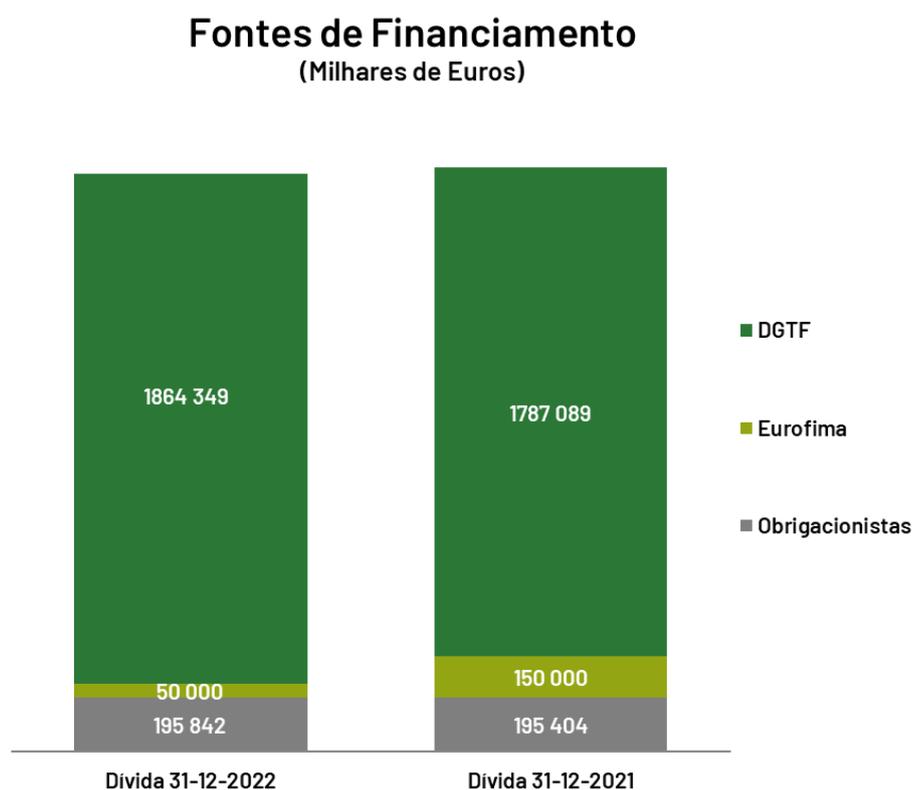
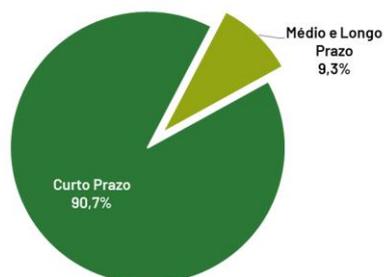


Gráfico 12 - Fontes de Financiamento.

Por se aguardar a concretização do saneamento da dívida histórica da empresa, os empréstimos contratados, bem como as sucessivas prorrogações do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos do Estado, têm sido feitos em prazos inferiores a 1 ano.

Pelas razões anteriormente apontadas, a dívida de curto prazo representa cerca de 90,7 % do total da dívida, conforme é possível verificar no gráfico seguinte:

Estrutura da Dívida*Gráfico 13 – Estrutura da Dívida.*

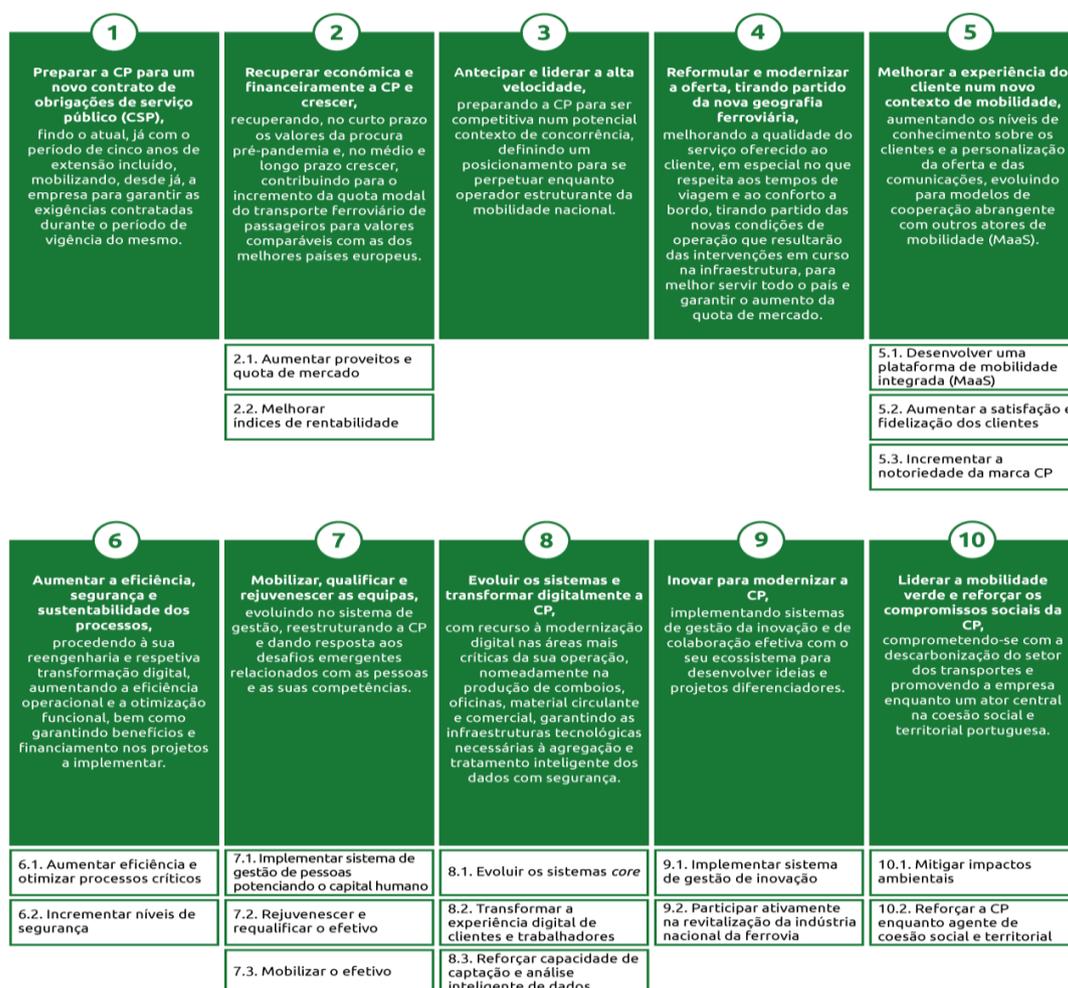
09

PERSPETIVAS PARA 2023



A CP pretende assumir-se como operador estruturante da mobilidade interna e líder do mercado do transporte de passageiros, criando valor para todos os *stakeholders*, contribuindo para a coesão territorial e para a sustentabilidade económica, social e ambiental do país.

Face aos desafios futuros e tendo em conta os pontos fortes e fracos e as ameaças e oportunidades que se perspetivam, foi desenvolvido o Plano Estratégico 2022-2030, com os seguintes Objetivos Estratégicos e específicos:



Perspetiva-se para 2023 a continuação da recuperação, pós-pandemia, da procura e dos respetivos rendimentos, apesar da crise geopolítica despoletada pela invasão da Ucrânia ter acrescido a imprevisibilidade quanto à evolução do cenário económico.

No pressuposto da conclusão das intervenções planeadas para a infraestrutura, prevê-se a reposição integral do serviço ferroviário na Linha da Beira Alta e a extensão de todos os Urbanos da família Rossio - Mira Sintra/Meleças à Malveira.

Ao nível dos recursos humanos, em conformidade com a RCM n.º 110/2019, perspetiva-se que se realizem os recrutamentos necessários para assegurar a operação de transporte e de manutenção do material circulante.

No que diz respeito ao material circulante, prevê-se que durante o 1º semestre de 2023 ocorra a assinatura e visto do Tribunal de Contas ao contrato para a aquisição de 117 automotoras para os serviços urbanos e regional, com 36 unidades de opção, em conformidade com a RCM n.º 100/2021.

Prevê-se ainda a aquisição de quatro locomotivas bi-tensão para o serviço internacional e perspectiva-se o lançamento do processo de aquisição de 12 automotoras para o segmento comercial de alta velocidade, com mais 14 unidades de opção.

Ao nível dos equipamentos comerciais, atendendo a que grande parte dos mesmos apresenta problemas de obsolescência operacional, dar-se-á continuidade aos respetivos processos de substituição.

No pressuposto de que o saneamento financeiro da dívida histórica ocorra durante o ano de 2023, se mantenha a recuperação da procura e sejam atribuídas as devidas compensações financeiras pelo serviço público prestado, prevê-se que a CP passe a apresentar uma situação financeira equilibrada e sustentável, com Resultados Líquidos e Capitais Próprios positivos.



10

FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO



Não temos conhecimento de qualquer situação que em resultado do cenário pandémico e/ou de conflito armado devesse ser refletida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, não se colocando em causa o pressuposto da continuidade das operações.



11

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS



Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os Resultados Líquidos do ano, lucro de 9 180 924 euros sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Lisboa, 13 de julho de 2023

O Conselho de Administração

Presidente: Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-presidente: Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal: Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal: Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal: Joaquim José Martins Guerra



Relatório e Contas 2022

12

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS



Não estão ainda reunidas as condições técnicas para a elaboração e apresentação das demonstrações orçamentais de acordo com a NCP 26.

Neste contexto, foi solicitada e autorizada, a título excecional, pelo Tribunal de Contas, a prestação de contas de 2022 no mesmo referencial contabilístico (SNC) do ano anterior.



13

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Balanço individual

Período findo em 31 de dezembro de 2022

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS		
		31-dez-22	31-dez-21	REEXPRESSÃO 31-dez-21 REEXPRESSO
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	9	352 970 839	383 083 553	383 083 553
Ativos intangíveis	8	619 425	44 244	44 244
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	12	5 979 154	4 880 495	4 880 495
Outros investimentos financeiros	13	27 765 734	27 973 085	27 973 085
		387 335 152	415 981 377	-
Ativo corrente				
Inventários	15	44 579 526	42 199 458	42 199 458
Clientes	16	10 509 146	10 960 096	10 960 096
Estado e outros entes públicos	17	10 547 846	5 889 848	5 889 848
Outros créditos a receber	18	14 372 268	7 393 704	51 731 203
Diferimentos	19	1 150 279	993 873	993 873
Ativos não correntes detidos para venda	10	2 064 340	2 274 859	2 274 859
Caixa e depósitos bancários	5	48 405 655	17 105 519	17 105 519
		131 629 060	86 817 357	51 731 203
Total do ativo		518 964 212	502 798 734	51 731 203
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital subscrito	20	3 959 489 351	3 959 489 351	3 959 489 351
Reservas legais	21	24 703	24 703	24 703
Outras reservas	22	1 306 650	1 306 650	1 306 650
Resultados transitados	23	(5 937 952 004)	(5 924 128 913)	(5 924 128 913)
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	24	173 065 084	176 702 037	176 702 037
Resultado líquido do período		9 180 924	(65 554 294)	51 731 203
Total do capital próprio		(1 794 885 292)	(1 852 160 466)	51 731 203
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	25	12 538 315	13 900 302	13 900 302
Financiamentos obtidos	26	196 841 684	247 403 908	247 403 908
		209 379 999	261 304 210	-
Passivo corrente				
Fornecedores	28	14 832 864	34 950 492	34 950 492
Estado e outros entes públicos	17	586 140	1 984 137	1 984 137
Financiamentos obtidos	26	1 913 349 168	1 885 089 333	1 885 089 333
Outras dívidas a pagar	27	175 225 695	171 218 148	171 218 148
Diferimentos	19	475 638	412 880	412 880
		2 104 469 505	2 093 654 990	-
Total do passivo		2 313 849 504	2 354 959 200	-
Total do capital próprio e do passivo		518 964 212	502 798 734	51 731 203

Contabilista Certificado - Dr.ª Elisabete Bettencourt

Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-Presidente - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal - Dr.º Joaquim Jose Martins Guerra

Demonstração dos resultados por funções
Período findo em 31 de dezembro de 2022

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		2022	2021	REEXPRESSÃO 2021 REEXPRESSO
Vendas e serviços prestados		275 093 984	192 840 642	192 840 642
Custo das vendas e dos serviços prestados		(309 772 287)	(271 845 163)	(271 845 163)
Resultado bruto		(34 678 303)	(79 004 521)	(79 004 521)
Outros rendimentos		151 732 262	119 799 578	51 731 203
Gastos de distribuição		(53 250 662)	(45 559 044)	(45 559 044)
Gastos administrativos		(37 125 450)	(39 529 034)	(39 529 034)
Gastos de investigação e desenvolvimento		-	-	-
Trabalhos para a própria empresa		12 992 032	13 316 590	13 316 590
Variação nos inventários da produção		2 095 617	(824 703)	(824 703)
Outros gastos		(13 142 563)	(10 661 423)	(10 661 423)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		28 622 933	(42 462 557)	9 268 646
Gastos de financiamento (líquidos)		(18 891 648)	(22 765 926)	(22 765 926)
Rendimentos de financiamento		14 375	9 078	9 078
Resultado antes de impostos		9 745 660	(65 219 405)	(13 488 202)
Imposto sobre o rendimento do período		(564 736)	(334 889)	(334 889)
Resultado líquido do período		9 180 924	(65 554 294)	(13 823 091)

Contabilista Certificado - Dr.ª Elisabete Bettencourt

Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-Presidente - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal - Dr.ª Joaquim Jose Martins Guerra

Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2022

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		2022	2021	REEXPRESSÃO 2021 REEXPRESSO
Vendas e serviços prestados	29	275 093 984	192 840 642	192 840 642
Subsídios à exploração	30	116 203 550	89 386 058	51 731 203
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	12,31	2 155 565	2 439 788	2 439 788
Variação nos inventários da produção	32	2 095 617	(824 703)	(824 703)
Trabalhos para a própria entidade	33	12 992 032	13 316 590	13 316 590
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	34	(32 943 532)	(25 383 190)	(25 383 190)
Fornecimentos e serviços externos	35	(160 669 387)	(129 391 072)	(129 391 072)
Gastos com o pessoal	36	(151 239 279)	(145 772 520)	(145 772 520)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	15	(2 071 014)	(1 699 559)	(1 699 559)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	16,18	(33 374)	254 999	254 999
Provisões (aumentos/reduções)	25	691 654	(351 586)	(351 586)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	37	260 972	1 462 230	1 462 230
Aumento/Reduções de Justo Valor	38	-	2 965	2 965
Outros rendimentos	39	30 513 024	24 041 740	24 041 740
Outros gastos	40	(9 658 366)	(7 214 871)	(7 214 871)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		83 391 446	13 107 511	51 731 203
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8,9,41	(55 110 925)	(56 384 553)	(56 384 553)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	8,9,42	342 412	814 485	814 485
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		28 622 933	(42 462 557)	51 731 203
Juros e rendimentos similares obtidos	43	14 375	9 078	9 078
Juros e gastos similares suportados	44	(18 891 648)	(22 765 926)	(22 765 926)
Resultado antes de impostos		9 745 660	(65 219 405)	51 731 203
Imposto sobre o rendimento do período	14	(564 736)	(334 889)	(334 889)
Resultado líquido do período		9 180 924	(65 554 294)	51 731 203

Contabilista Certificado - Dr.ª Elisabete Bettencourt

Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-Presidente - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal - Dr.ª Joaquim Jose Martins Guerra

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período de 2022		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital de empresa-mãe							(valores em euros)	
DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
Posição no início do período de 2022	1	3 959 489 351	24 703	1 306 650	(5 924 128 913)	176 702 037	(18 823 091)	(18 800 429 263)	-	(1 800 429 263)
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	-	-	-	(18 823 091)	(3 636 953)	13 823 091	(3 636 953)	-	(3 636 953)
Resultado líquido do período	3	-	-	-	(18 823 091)	(3 636 953)	13 823 091	(3 636 953)	-	(3 636 953)
Resultado integral	4 = 2 + 3	-	-	-	-	-	23 004 015	5 543 971	-	5 543 971
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período de 2022	6 = 1+2+3+5	3 959 489 351	24 703	1 306 650	(5 937 852 004)	173 065 084	9 180 924	(1794 885 282)	-	(1794 885 282)

Contabilista Certificado - Dr.ª Elisabete Bettencourt

Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira
 Vice-Presidente - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro
 Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malho
 Vogal - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro
 Vogal - Dr.ª Joaquim José Martins Guerra

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período de 2021		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										(valores em euros)	
		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transmitidos	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período REEXRESSO	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio			
NOTAS	DESCRÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	Posição no início do período de 2021	3 959 469 351	24 703	1 306 650	(5 828 729 654)	184 631 308	(95 399 259)	(1 778 676 901)					
	Alterações no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Primeira adoção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Realização de excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	(95 399 259)	(7 929 271)	95 399 259	(7 929 271)					(7 929 271)
2		-	-	-	(95 399 259)	(7 929 271)	95 399 259	(7 929 271)					(7 929 271)
3	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	(13 823 091)	(13 823 091)					(13 823 091)
4 = 2 + 3	Resultado integral	-	-	-	-	-	81 576 169	(21 752 362)					(21 752 362)
	Operações com detentores de capital no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 = 1+2+3+5	Posição no fim do período de 2021	3 959 469 351	24 703	1 306 650	(5 924 128 913)	176 702 037	(13 823 091)	(1 800 429 263)					(1 800 429 263)

Comabilista Certificado - Dr.ª Elisabete Battencourt

Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-Presidente - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal - Dr.º Joaquim José Martins Guerra

Demonstração individual dos fluxos de caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2022

(valores em euros)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	31-12-2022	31-12-2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	476 853 202	299 255 164
Pagamentos a fornecedores	(251 864 538)	(159 574 263)
Pagamentos ao pessoal	(145 167 186)	(136 374 223)
Caixa gerada pelas operações	79 821 478	3 306 678
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(285 134)	(247 367)
Outros recebimentos/pagamentos	3 318 169	8 552 350
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	82 854 513	11 611 661
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(19 435 334)	(14 367 906)
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	(2 000 000)
Outros ativos	-	-
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	61 500	295 200
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	46 749	829 150
Outros ativos	-	-
Subsídios ao investimento	5 100 000	2 534 215
Juros e rendimentos similares	4 446	4 348
Dividendos	1 011 624	1 150 846
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(13 211 015)	(11 554 147)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	135 000 000	156 333 333
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	117 347	481 042
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(157 740 165)	(156 333 333)
Juros e gastos similares	(15 720 968)	(16 210 249)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(38 343 786)	(15 729 207)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	31 299 712	(15 671 693)
Efeito das diferenças de câmbio	424	(692)
Caixa e seus equivalentes no início do período	17 105 519	32 777 904
Caixa e seus equivalentes no fim do período	48 405 655	17 105 519

Contabilista Certificado - Dr.ª Elisabete Bettencourt

Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-Presidente - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Vogal - Dr.º Joaquim Jose Martins Guerra

14

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Identificação da Entidade e Período de Relato (nota 1)

Identificação da Entidade

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, n.º20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e estatutos foram aprovados pelo Decreto-lei n.º137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo Decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, e, pelo Decreto-lei n.º124-A/2018, de 31 de dezembro e pelo Decreto-lei n.º174-B/2019, de 26 de dezembro¹⁰, embora este diploma só tenha produzido efeitos no dia 1 de janeiro de 2021.

Os objetos principais da atividade da CP são:

- a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros;
- o fabrico e reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, bem como o estudo de instalações oficinais para manutenção.

A integração no seu objeto da atividade de fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção resultou da fusão por incorporação da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., na CP, com referência a 1 de janeiro de 2020.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, em 2009, tendo passado a ser realizado pela CP Carga – Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., com capital social detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à *Mediterranean Shipping Company Rail* (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A..

A CP como Entidade Pública Empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pela Tutela Económica e Financeira, exercida pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e das Infraestruturas e Habitação, bem como à jurisdição do Tribunal de Contas e à fiscalização da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos estatutos da entidade uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP é a empresa-mãe de um grupo de empresas e estas são as suas demonstrações financeiras individuais, encontrando-se os saldos e transações com as empresas do grupo apresentados na nota 7.

As contas da empresa relativas aos anos 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 aguardam nesta data a aprovação pela Tutela.

Acesso à Infraestrutura

O estatuto do gestor da infraestrutura ferroviária, Infraestruturas de Portugal, S.A. (abreviadamente IP), consta do Decreto-lei n.º 91/2015, de 29 de maio.

¹⁰ A que acresce a Declaração de Retificação 10/2020, de 21 de fevereiro.

A relação entre o operador ferroviário CP e o gestor da infraestrutura ferroviária encontra-se atualmente vertida no Decreto-lei n.º 217/2015, alterado pelo Decreto-lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro.

O artigo 10.º e seguintes regulam as regras de acesso à infraestrutura e aos serviços ferroviários.

Aí se prevê que as empresas deverão acordar o modo de articulação, nas ações e decisões que devam ser tomadas em relação à gestão, exploração e desenvolvimento das infraestruturas e à sua coordenação com o serviço público de transporte ferroviário.

Nos termos do artigo 11.º-A do referido diploma, deveria ser celebrado um contrato de acesso e utilização da infraestrutura entre a IP e a CP, o que até agora não aconteceu.

Essa circunstância não obsta a que sejam devidas pela CP, ao gestor da infraestrutura, taxas de utilização pela utilização da infraestrutura ferroviária. Ainda segundo aquele articulado, e com vista a defender o princípio da livre concorrência, as taxas de utilização devem ser estabelecidas de forma a evitar discriminação entre empresas de transporte ferroviário que operem na infraestrutura. Estas taxas deverão ter em conta, nomeadamente, a quilometragem, a composição do material circulante, a velocidade, a carga por eixo e o período em que a infraestrutura é utilizada.

Para além da utilização do pacote mínimo de acessos da infraestrutura ferroviária, o diploma prevê que a tipologia de serviços prestados a empresas de transporte ferroviário compreende tudo aquilo que é necessário ao efetivo exercício do direito de acesso à infraestrutura, ou sejam os serviços adicionais, acesso a instalações de serviços e ao fornecimento de serviços e os serviços auxiliares.

De acordo com a 1ª Adenda ao Diretório da Rede de 2022, os serviços adicionais compreendem os serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o fornecimento de energia elétrica para tração, nos termos previstos na legislação aplicável, manobras, estacionamento de material circulante e transportes excecionais e matérias perigosas. Ainda que a IP não tenha obrigação de prestar estes serviços se existirem alternativas viáveis e comparáveis no mercado, é política da IP prestá-los de forma não discriminatória, sempre que sejam solicitados e desde que haja capacidade disponível para o efeito.

Os serviços de acesso a instalações de serviços e ao fornecimento de serviços, compreendem, utilização de estações e apeadeiros, disponibilização de instalações operacionais em estações, disponibilização de espaços para instalação de equipamentos em áreas comuns das estações, respetivos consumos destes equipamentos e fornecimento de Informações de natureza comercial. Estas instalações de serviços são geridas pela IP, nas quais podem ser prestados serviços a todas as empresas de transporte ferroviário que o solicitem, respeitando sempre o princípio da não discriminação.

Os serviços auxiliares compreendem os restantes serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o acesso à rede de telecomunicações, e a inspeção técnica do material circulante, realização de estudos de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta, fornecimento de mão-de-obra para atividades operacionais dos operadores. De acordo com o disposto na legislação referida, o gestor da infraestrutura pode cobrar tarifas pela prestação dos serviços auxiliares, mas não é obrigado à sua prestação.

Regime de Concessão

Em 1 de janeiro de 1951, a CP iniciou a exploração do transporte na rede ferroviária em regime de concessão única, outorgada por contrato celebrado entre o Estado e a então Companhia dos

Caminhos de Ferro Portugueses, S.A., (C.P.), nos termos do Decreto-lei n.º 38246, de 9 de maio de 1951.

Este contrato foi revisto e substituído por um novo contrato de concessão nos termos das Bases Anexas ao Decreto-lei n.º 104/73, de 13 de março, entretanto revogado com a nacionalização da empresa através do Decreto-lei n.º 205-B/75, de 16 de abril.

As bases gerais em que assentava esta nova concessão da empresa em 1973 resultaram da revisão do sistema legal que regulava a exploração do transporte ferroviário e a coordenação deste com outros meios de transporte, por se ter reconhecido a sua inadequação às exigências de flexibilidade e racionalização da produção deste tipo de serviço, no contexto de uma gestão moderna. Tal revisão ocorreu no âmbito do previsto no artigo 19.º do Decreto-lei n.º 80/73, de 2 de março, que constituiu um instrumento importante na estruturação das novas normas reguladoras dos transportes ferroviários, viabilizando as bases jurídicas da conversão dos caminhos de ferro.

Neste último diploma reconheceu-se, entre outros aspetos, que a circunstância de o transporte ferroviário constituir um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinava a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios específicos dos agentes económicos privados e de, gradualmente, as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes.

Este princípio orientador permitiu definir o regime de assistência financeira a prestar pelo Estado à concessionária, dentro do contexto seguido na Europa, quer com vista à construção ou renovação de linhas, quer na cobertura dos resultados negativos de exploração, eminentemente através do regime das indemnizações compensatórias, donde resultava também maior clareza nas responsabilidades respeitantes à gestão da rede ferroviária.

Este direito a indemnizações compensatórias por parte da CP, decorria igualmente dos Regulamentos comunitários n.º 1191/69 do Conselho, de 26 de junho, n.º 1107/70, do Conselho de 4 de junho e n.º 1893/91, do Conselho, de 20 de junho, que respeitam às obrigações de explorar, de transportar e tarifária.

O Regulamento comunitário n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro, alterado pelo Regulamento n.º 2016/2338, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro, posteriormente publicados, e o Decreto-lei n.º 167/2008, veem, estabelecer regras relativas ao regime jurídico aplicável à concessão de subvenções públicas, possibilitando a adoção transitória e gradual de medidas para a implementação de contratos de serviço público, medida essa foi transposta pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, no que concerne à CP.

Efetivamente o Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, estipulou que constitui serviço concessionado o serviço público de transporte ferroviário de passageiros no território nacional prestado pela CP, E. P. e, no que se refere às indemnizações compensatórias pela prossecução de obrigações de serviço público, seria aplicável o regime jurídico da concessão de subvenções públicas, previsto no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 20 de agosto.

O Decreto-lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro, que procede a revisão do Decreto-lei 58/2018, de 26 de março, do Decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, e do Decreto-lei n.º 217-/2015, de 7 de outubro, estabelece: (i) as regras gerais aplicáveis a todos os operadores de transporte ferroviário de passageiros, (ii) altera o regime jurídico aplicável à CP, e (iii) revê o regime de gestão e utilização da infraestrutura ferroviária e acesso à atividade ferroviária, com vista ao reforço da independência do gestor de infraestrutura e à introdução dos mecanismos necessários, para que a organização da rede ferroviária permita a exploração de serviços de acesso livre e de serviços prestados ao abrigo de um contrato de serviço público, procedendo:

- a) À transposição da Diretiva (UE) 2016/2370, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016, que altera a Diretiva 2012/34/UE no que respeita à abertura do mercado nacional de transporte ferroviário de passageiros e à governação da infraestrutura ferroviária; e
- b) À conformação das normas legais nacionais ao Regulamento (UE) 2016/2338, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016, que altera o Regulamento (CE) n.º 1370/2007 no que respeita à abertura do mercado nacional de serviços de transporte ferroviário de passageiros.

No que concerne às alterações introduzidas ao Decreto-Lei n.º 137-A/2009, pelo Decreto-lei n.º 124-A/2018, cabe realçar a nova redação do n.º 3 do artigo 6.º onde se lê que *“O contrato de serviço público da CP, E. P. E, é celebrado nos termos do Regulamento (CE) n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, e da Lei 52/2015, de 9 de junho, ambos na sua redação atual.”*

A Resolução do Conselho de Ministros 188-A/2018, de 31 de dezembro, vem esclarecer a competência dos Ministros das Finanças e do Planeamento e das Infraestruturas, com a faculdade de subdelegação, para aprovar a minuta do contrato de serviço público a celebrar com a CP, bem como autorizar a despesa com a respetiva indemnização compensatória a pagar pelo Estado nos termos da Lei do Orçamento do Estado para 2019.

O contrato de serviço público assinado em 28 de novembro de 2019 entre o Estado e a CP, foi visado pelo Tribunal de Contas no dia 26 de junho de 2021.

Contrato de Serviço Público

A celebração de contrato de serviço público, no qual se definem as obrigações de serviço público no que concerne o transporte ferroviário de passageiros em território nacional, e as correspondentes compensações financeiras, é o instrumento adequado e necessário para clarificar as relações entre o Estado e a CP, bem como as respetivas responsabilidades das partes, constituindo um procedimento previsto pelo Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e posteriormente alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro. No artigo 39.º do Decreto-lei n.º 133/2013 é referido, para além de outras responsabilidades, competir exclusivamente aos ministérios setoriais, a definição do nível de serviço público a prestar pelas empresas e a promoção das diligências necessárias para a respetiva contratualização.

O Decreto-lei n.º 137-A/2009, alterado pelo Decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, e pelo Decreto-lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro, veio consagrar o enquadramento que permite a contratualização dos serviços de transporte público ferroviário prestados pela CP, reconhecendo que a CP, E.P.E, é um operador interno do Estado, devendo a sua atividade de prestação do serviço público de transporte ferroviário de passageiros ser enquadrada em contrato de serviço público, que deve incluir disposições específicas sobre os serviços relativamente aos quais se justifica a existência de obrigações de serviço público. Esse contrato é celebrado nos termos do Regulamento (CE) n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, e da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, ambos na sua redação atual, e as disposições contratuais relativas à prestação de serviços públicos incluídas no contrato devem ser compatíveis com os objetivos estratégicos da política de transportes públicos.

Anteriormente, em 24 de março de 2011, a CP tinha celebrado com o Estado o contrato denominado “Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público”, tendo por objeto a

definição das condições de prestação do serviço público, com prazo de vigência entre o dia 24 de março de 2011 e o dia 31 de dezembro de 2019.

No entanto, tendo em consideração por um lado o Plano Estratégico dos Transportes para o período de 2011 a 2015, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro, e por outro que o referido contrato não cumpria rigorosamente os requisitos do Regulamento (CE) n.º 1370/2007, o referido contrato revelou-se inadequado, sendo a revisão necessária de tal forma profunda, que se afigurou preferível celebrar novo contrato.

Nesse contexto a CP e o Estado acordaram em revogar o contrato que haviam assinado, sendo devidas à CP, enquanto não fosse formalizado novo contrato de serviço público, indemnizações compensatórias que se destinavam a cobrir custos em que a CP efetivamente incorreu por conta do serviço público prestado.

Por isso, as indemnizações compensatórias atribuídas à CP, referentes ao ano 2019, constam da Resolução do Conselho de Ministros n.º 156/2019, publicada em Diário da República n.º 177/2019, Série I de 16 de setembro de 2019.

Finalmente, em cumprimento do referido Regulamento (CE) n.º 1370/2007, na sua redação atual, e do Decreto-Lei n.º 167/2008, de 20 de agosto, em 28 novembro de 2019 a CP celebrou com o Estado o contrato de serviço público respeitante ao transporte ferroviário nacional de passageiros, por um período de 10 anos (com possibilidade de prorrogação por mais cinco anos, se entretanto se tiverem verificado as condições para o efeito), onde constam os serviços abrangidos, as obrigações de serviço público a que a CP está obrigada, as regras relativas à respetiva compensação, os direitos exclusivos e os indicadores operacionais quantificáveis de aferição de incumprimento.

O referido contrato de serviço público foi visado pelo Tribunal de Contas no dia 26 de junho de 2021, tendo sido pagas à CP as compensações financeiras devidas.

Essas compensações são estimadas pela CP e transmitidas ao Estado no ano anterior ao seu exercício, em função das estimativas das obrigações de serviço público a prestar e dos consequentes custos incorridos e receitas que se estimam cobrar.

O valor das Compensações é saldado através de pagamentos por conta realizados mensalmente, através de duodécimos.

Está previsto no contrato que essa compensação é objeto de reconciliação findo o ano em questão, em função do serviço público CP efetivamente prestado e dos consequentes custos incorridos e receitas cobradas.

Sobre este assunto, de referir que a CP foi ressarcida em 2022 do valor do acerto do exercício de 2020. As compensações financeiras associadas ao mesmo estão identificadas na nota 30 deste anexo.

Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)

Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da CP – Comboios de Portugal, EPE, referentes ao período de 2022 foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme regime de exceção obtido junto do Tribunal de Contas, de acordo com o previsto no n.º 7 da sua Resolução n.º 2/2021, de 24 de dezembro.

O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa, no dia 13 de julho de 2023, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas das demonstrações financeiras da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2022 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2021.

Derrogações ao SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

Valores Comparativos

A Empresa procedeu à reexpressão retrospectiva das transações e saldos, tal como previsto na “NCRF 4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros”, na sequência do acerto da compensação financeira pelas obrigações de serviço público prestado (OSP) em 2020, designadamente, no tocante ao momento em que o reconhecimento desta compensação se tornou indiscutível.

Na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios de 2020 e seguintes, verificou-se que a complexidade de apuramento dos valores, e dos trâmites de validação por entidades externas à empresa, dificultavam o apuramento com fiabilidade do valor final da compensação nos termos estipulados no contrato, e se o mesmo teria condições de ser concretizado.

Tendo o Contrato de Serviço Público (CSP) sido celebrado em 28 de novembro de 2019 (conforme refere em detalhe a nota 1), e sendo o ano de 2020, o primeiro ano para o qual foram apurados acertos, a fundamentação para a alteração das demonstrações comparativas só foi aferida e consolidada após conclusão do processo de apuramento desta compensação em outubro de 2022, conforme acontecimentos indicados abaixo:

Até ao fecho das contas de 2021

- Em 21 de abril de 2021 – A Empresa reporta os primeiros cálculos preliminares ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP (IMT), relacionados com a diferença entre os pagamentos aprovados na RCM n.º 43/2020, e o valor final apurado pelo cumprimento das OSP de 2020;
- Em junho de 2021 – Apresenta-se formalmente esse pedido junto do IMT, o qual requer, conforme previsto contratualmente, a validação do “Gestor do Contrato”, e a aceitação de ambas as partes;
- Em julho de 2021 – O IMT, na qualidade de “Gestor de Contrato”:
 - apura o valor de 51,7 milhões de euros (acrescido do IVA), para a componente de acerto/reconciliação;
 - remete para a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) a validação da componente de acerto para reposição do equilíbrio financeiro do contrato;
 - refere a necessidade de nova RCM com autorização de despesa, e visto do Tribunal de Contas (TC), para liquidação do acerto.
- Em 10 dezembro de 2021 – É divulgada a RCM nº162/2021, que:
 - altera o valor máximo da compensação financeira de 2020, e estipula um teto máximo adicional de 80,9 milhões de euros (acrescido de IVA); e
 - determina que a parcela que excede o montante de 51,7 milhões de euros (acrescido de IVA), já validado pelo IMT, seja previamente certificada pela IGF.

Até ao fecho das contas de 2022

- Em 20 de julho de 2022 – Foi emitido o relatório da IGF de “Auditoria à execução do Contrato de Serviço Público”, que fixa um adicional de 17,7 milhões de euros (acrescido de IVA), para compensação da reposição do reequilíbrio financeiro de 2020;
- Em 28 de julho de 2022 – O TC informa a Empresa que estes acertos estão excluídos de fiscalização prévia. Nada altera relativamente ao valor fixado na RCM nº162/2021 de 10 de dezembro.
- Até dezembro de 2022 – A Empresa recebeu a totalidade dos valores fixados para a componente de acerto/reconciliação, e no que respeita à componente para reposição do reequilíbrio financeiro, aguarda-se ainda o pagamento de 1,1 milhões de euros.

Com base neste histórico de informação, conclui-se que o processo relacionado com o apuramento destes acertos culmina com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros onde consta a autorização da despesa para o ano em questão, e com a emissão do relatório da IGF, para a parte variável que requer validação prévia da IGF.

Tendo presente que a RCM nº162/2021 que autoriza o aumento de despesa para a compensação financeira pelo cumprimento das OSP de 2020, foi emitida em 2021, e excluída de fiscalização pelo TC em 2022, procedeu-se à reexpressão dos valores comparativos de 2021 nas demonstrações

financeiras 2022, reconhecendo-se na rubrica de subsídios à exploração, por contrapartida de acréscimo de rendimentos, o montante adicional de 51,7 milhões de euros.

Do que resulta relativamente aos prejuízos fiscais dedutíveis da CP, remete-se para o mencionado na nota 14.

Adoção Pela Primeira Vez das NCRF – Divulgação Transitória (nota 3)

A empresa efetuou a transição para as NCRF, em 1 de janeiro de 2009, e essas demonstrações financeiras foram divulgadas pela primeira vez no Relatório e Contas de 2010, com os valores comparativos já convertidos para as NCRF.

Principais Políticas Contabilísticas (nota 4)

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

Bases de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

As participações financeiras encontram-se reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial sempre que existe controlo ou influência significativa sobre essas empresas por parte da CP.

Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de alienação.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis, de acordo com as circunstâncias, e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nos pontos, “Juízos de valor”, “Principais pressupostos relativos ao futuro” e “Principais fontes de incerteza das estimativas” constantes desta nota.

Políticas Contabilísticas Relevantes

Ativos Intangíveis

Reconhecimento e valorização

Nem todos os itens intangíveis satisfazem a definição de um ativo intangível. Se um item intangível não satisfizer a definição de ativo intangível é reconhecido como gasto quando for incorrido.

Um ativo intangível é um ativo não monetário, sem substância física, que cumpre os seguintes critérios: identificabilidade, controlo sobre o recurso, e existência de benefícios económicos futuros. Adicionalmente o custo do ativo tem de ser fiavelmente mensurado, e tem de existir uma expectativa de utilização por mais do que um ano económico.

Os ativos intangíveis da CP encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A CP procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

O custo de aquisição de licenças de novos programas informáticos é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e colocação do *software* para utilização. Encontram-se registados ao custo de aquisição e são capitalizados sempre que sejam satisfeitos os requisitos para o reconhecimento.

As amortizações são calculadas habitualmente pelo método das quotas constantes, pelo período de 3 anos, sem prejuízo da revisão desta estimativa, sempre que tal se justifique.

É provável que a maioria dos dispêndios subsequentes mantenham os futuros benefícios económicos esperados incorporados num ativo intangível existente. Portanto, apenas raramente os dispêndios subsequentes – dispêndios incorridos após o reconhecimento inicial de um ativo intangível adquirido ou após a conclusão de um ativo intangível gerado internamente – são reconhecidos na quantia escriturada de um ativo. Consistentemente, os dispêndios subsequentes com itens substancialmente semelhantes são reconhecidos como gastos quando incorridos. As despesas posteriores ao reconhecimento inicial não são adicionadas ao custo inicial do ativo intangível a não ser que seja provável que permitam ao ativo gerar fluxos de caixa superiores aos inicialmente previstos e essas despesas possam ser avaliadas e atribuídas ao ativo de uma forma fiável.

Ativos Fixos Tangíveis

Reconhecimento e valorização

Os ativos fixos tangíveis da CP encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009) a CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado, determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as NCRF.

O custo inclui o preço de compra, incluindo impostos não reembolsáveis e excluindo descontos comerciais e abatimentos, como ainda os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a CP. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente que não aumentem a vida útil do bem ou a sua capacidade produtiva ou que não correspondam a substituições a intervalos regulares (grandes intervenções realizadas com intervalos que variam entre os 2 e os 15 anos) de itens do ativo são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Alguns itens do ativo fixo tangível poderão necessitar de substituições em intervalos regulares (grandes reparações). Nestas circunstâncias é reconhecida na quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível o custo da peça de substituição desse item, quando o custo for incorrido, se os critérios de reconhecimento forem cumpridos. A quantia escriturada das peças que são substituídas é desreconhecida, de acordo com o previsto na NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis.

Ativos fixos tangíveis do Estado afetos às operações da CP e subsídios ao investimento

Os ativos fixos tangíveis da CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99, de 24 de março) e que se encontram alocados à atividade operacional da empresa. Os ativos disponibilizados pelo Estado Português, sem que se transfira a propriedade do mesmo, são registados nas demonstrações financeiras da CP de forma a permitir uma apreciação da performance económica da Entidade.

Despesas de manutenção e reparação

Material circulante:

- As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, como componentes específicas do material circulante, e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como

substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida; e,

- As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluam a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

Edifícios e instalações fixas:

- As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- As despesas incorridas com grandes intervenções que aumentam a vida útil ou a capacidade do ativo são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída.

A manutenção e a reparação destes ativos fixos tangíveis são da responsabilidade da CP durante o período em que estes estão afetos às suas operações. Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do ano em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes anos de vida útil esperada dos bens.

Descritivo do bem	Anos
Edifícios e outras construções -Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções -CP	3 a 50
<i>Material circulante:</i>	
Locomotivas a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 15
Automotoras a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	14 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99, de 24 de março) encontram-se a ser depreciados, desde 1999, à taxa de 2%, conforme o Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

Subsídios Governamentais

Os subsídios governamentais relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio, quando existe segurança de que o subsídio será recebido e que a CP cumprirá com os requisitos exigidos para a sua atribuição.

Os subsídios que compensam a CP por gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas. A especificidade dos subsídios relativos às compensações pelo cumprimento das obrigações de serviço público da CP induz a que os adiantamentos por conta das compensações (duodécimos) são reconhecidos no período a que respeitam, em conformidade com o estipulado por Resolução do Conselho de Ministros (RCM), e os acertos a essas compensações financeiras, são reconhecidas em rendimentos no ano em que cálculos são apresentados e validados, e nos termos da publicação da respetiva RCM. Caso a RCM remeta para validação externa, o reconhecimento desse montante aguardará o despacho de homologação respetivo.

Os subsídios que compensam a CP pela aquisição de um ativo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

Devendo-se indicar que os adiantamentos por conta das compensações são reconhecidos no período a que respeitam, em conformidade com o estipulado por RCM, e os acertos a essas compensações são reconhecidos no ano em que cálculos são apresentados e validados, e nos termos da publicação de respetiva RCM.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado pela aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Imparidade

A CP considera que, a natureza do seu material circulante e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, inviabiliza o apuramento de um valor de mercado apropriado para este material, pela ausência de um mercado ativo. Assim, este valor apenas é

determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A CP considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, se deve ter em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Quando se verificam situações específicas que evidenciam que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade para que o valor líquido de um ativo corresponda à estimativa do seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado de entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Investimentos Financeiros em Subsidiárias e Associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias todas as entidades controladas pela empresa.

Considera-se que existe controlo sobre uma entidade quando se detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma.

Presume-se a existência de controlo quando a empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma empresa ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem detida seja inferior a 50%.

Os investimentos em subsidiárias são contabilizados pelo método de compra, sendo apurado o justo valor dos ativos e passivos e o eventual *goodwill* incluído na quantia escriturada do investimento, o qual é amortizado. O *goodwill* é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do ano. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Subsequentemente são mensuradas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que a empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

Se a parte da empresa nas perdas da subsidiária exceder o seu interesse na subsidiária, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de uma provisão pela totalidade das responsabilidades da CP nas empresas subsidiárias.

Associadas

A mensuração dos investimentos em associadas nas demonstrações financeiras individuais é efetuada de acordo com o método de equivalência patrimonial, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora, caso em que é usado o método de custo.

As associadas são entidades nas quais a empresa tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a empresa exerce influência significativa quando detém mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Se a parte da empresa nas perdas da associada exceder o seu interesse na associada, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. Considera-se ainda interesse na associada, a quantia escriturada de acordo com o método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo, cuja liquidação não esteja planeada nem seja provável que ocorra no futuro previsível, como é o caso dos empréstimos de longo prazo. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

Outros Ativos/Passivos Financeiros

A CP apenas reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A CP mensura os seus ativos/passivos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos mensurados ao justo valor através de resultados são revalorizados pelos seus justos valores, por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efetiva.

Mensuração ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade os seguintes instrumentos financeiros:

- Instrumentos financeiros:
 - À vista ou com uma maturidade definida;

- Cujos retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; e
 - Que não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito), nomeadamente contas a receber de clientes, outras contas a receber, contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos bancários.
-
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que:
 - Não possam ser liquidados em base líquida,
 - Quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade; e
 - A entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

 - Investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

Mensuração ao Justo Valor Através dos Resultados

Os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme anteriormente referido, devem ser mensurados ao justo valor.

Os instrumentos financeiros para os quais não seja possível obter com fiabilidade os seus justos valores são mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade.

Imparidade

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nos resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do ano até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

Entidades Conjuntamente Controladas

Nos empreendimentos conjuntos sob a forma de entidades conjuntamente controladas, a empresa inclui nos seus registos contabilísticos e reconhece nas suas demonstrações financeiras:

- As contribuições em dinheiro ou em recursos, sob a forma de investimento na entidade conjuntamente controlada;
- A sua parte dos lucros da entidade conjuntamente controlada;
- As perdas resultantes de contribuições ou vendas de ativos à entidade conjuntamente controlada, quando resultantes de uma redução do valor realizável líquido de ativos correntes ou de uma perda por imparidade;
- Os ganhos resultantes de contribuições ou vendas são reconhecidos pela totalidade quando os ativos já foram realizados pela entidade conjuntamente controlada. Se os ativos ainda permanecerem no empreendimento conjunto apenas se reconhece a parcela do ganho atribuível à participação dos outros empreendedores; e,
- A parcela dos lucros do empreendimento conjunto que se refira a venda para o empreendedor deve ser deduzido do resultado do empreendimento conjunto, esta parcela dos lucros será reconhecida quando o empreendedor revender os ativos a terceiros.

O interesse na entidade conjuntamente controlada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial.

Inventários

As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo apresentado como dedução ao ativo. Periodicamente a empresa analisa estes ativos e sempre que estejam escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso, a empresa ajusta o seu valor reconhecendo uma imparidade.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas e mão-de-obra) e o valor realizável líquido.

Cientes e Outros Créditos a Receber

As contas a receber são mensuradas pelo seu valor nominal deduzido das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço, as quais são registadas sempre que a dívida ultrapassa os 240 dias e não está coberta por garantias e/ou notas de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e Equivalentes de Caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica de financiamentos obtidos.

Empréstimos e Descobertos Bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre a componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Estejam detidos essencialmente para a finalidade de serem negociados;
- Devam ser liquidados num período até doze meses após a data do balanço; e,
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente seja superior a um ano.

Ativos não Correntes Detidos para Venda e Operações em Descontinuação

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estejam disponíveis para venda imediata e que a sua venda seja muito provável.

Também são classificados como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as NCRF aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor valor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de alienação.

Transações em Moeda Estrangeira

Moeda Funcional e de Apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras da CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CP.

Transações e Saldos

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Reconhecimento do Rébito

Os rendimentos gerados pela CP decorrem essencialmente da prestação de serviços de transporte de passageiros, da venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário e da prestação de serviços de manutenção, deduzidos de descontos e deduções ao preço. O rébito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Os serviços de transporte de passageiros prestados pela CP são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os rébitos decorrentes da atividade de transporte da CP são reconhecidos, regra geral, na demonstração dos resultados quando o serviço é prestado, ou seja, na data do início da viagem, e em que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fíavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a CP.

Para reconhecimento dos réditos que resultam da comparticipação dos serviços de transporte de passageiros, nos termos previstos na Lei do Orçamento de Estado, como o Programa de apoio a redução tarifária (PART), ou as compensações de títulos com tarifa reduzida, como o passe 4_18; passe Sub 23 e passe social +, o rédito é registado quando atribuído, e quando seja provável que os benefícios económicos associados reverterão para a CP.

No que respeita a contratos de prestação de serviços de manutenção e reparação, o reconhecimento do rédito segue o previsto na NCRF 19 – Contratos de Construção.

Assim, quando o desfecho de um contrato pode ser estimado com fiabilidade, o rendimento e os gastos associados a esse contrato de construção são reconhecidos de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rendimento do contrato é reconhecido proporcionalmente aos gastos suportados no âmbito do mesmo, tendo por referência a proporção de trabalho concluído (fase de acabamento do contrato). Deste modo, a utilização deste método possibilita o relato do rendimento, dos gastos, e do resultado líquido que pode ser atribuído à proporção de trabalho concluído, fornecendo informação útil sobre a extensão da atividade e o grau de cumprimento do contrato no período em análise.

Para determinação da fase de acabamento do contrato é, designadamente, tida em consideração a proporção dos custos incorridos relativamente aos custos estimados totais para a execução do contrato.

Nos casos em que o desfecho de um contrato não possa ser estimado com fiabilidade, o rédito é reconhecido apenas até ao ponto em que seja provável que os custos incorridos sejam recuperáveis, sendo os gastos reconhecidos no período em que são suportados.

Sempre que, face aos custos incorridos e a incorrer no âmbito de um contrato, seja previsível que o somatório destes exceda o total dos réditos reconhecidos e a reconhecer, é reconhecida uma perda nos resultados do período em que ela seja constatada, a título de provisão.

Reconhecimento de Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica). As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa, mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro. A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização das rubricas de outros créditos a receber e outras dívidas a pagar e da rubrica de diferimentos.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

Juros e Rendimentos Similares Obtidos e Juros e Gastos Similares Suportados

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efetuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Imposto sobre Lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Em 2022, a empresa não reconhece quaisquer ativos ou passivos por impostos diferidos, por considerar que não existem expectativas de que o grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP ou que gerem pagamentos de imposto sobre o rendimento.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas tributado de acordo com o regime especial de tributação pelo resultado consolidado, conforme mencionado na nota 14.

Ativos e Passivos Contingentes

Ativos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando seja provável um influxo de benefícios económicos.

Passivos Contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

- Uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- Uma obrigação presente resultante de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - i. não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, seja necessário para liquidar a obrigação; ou
 - ii. a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo às respetivas demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

Locações

A CP classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância e não da forma do contrato.

Classificam-se como operações de locação financeira as operações em que a locadora transfere para o locatário todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo locado. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Os pagamentos efetuados pela CP à luz dos contratos de locação operacional são registados como gasto do período a que dizem respeito.

Acontecimentos Subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 13 de julho de 2023, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão, conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 46.

Juízos de Valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa.

Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

A CP pretende assumir-se como operador estruturante da mobilidade interna e líder do mercado do transporte de passageiros, criando valor para todos os *stakeholders*, contribuindo para a coesão territorial e para a sustentabilidade económica, social e ambiental do país.

Ao nível dos recursos humanos, em conformidade com a RCM n.º 110/2019, perspetiva-se que se realizem os recrutamentos necessários para assegurar a operação de transporte e de manutenção do material circulante.

No que diz respeito ao material circulante, prevê-se que durante o 1º semestre de 2023 ocorra a assinatura e visto do Tribunal de Contas ao contrato para a aquisição de 117 automotoras para os serviços urbanos e regional, com 36 unidades de opção, em conformidade com a RCM n.º 100/2021.

Prevê-se ainda a aquisição de quatro locomotivas bi-tensão para o serviço internacional e perspetiva-se o lançamento do processo de aquisição de 12 automotoras para o segmento comercial de alta velocidade, com mais 14 unidades de opção.

Ao nível dos equipamentos comerciais, atendendo a que grande parte dos mesmos apresenta problemas de obsolescência operacional, dar-se-á continuidade aos respetivos processos de substituição.

No pressuposto de que o saneamento financeiro da dívida histórica ocorra durante o ano de 2023, se mantenha a recuperação da procura e sejam atribuídas as devidas compensações financeiras pelo serviço público prestado, prevê-se que a CP passe a apresentar uma situação financeira equilibrada e sustentável, com Resultados Líquidos e Capitais Próprios positivos.

Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte, são:

Vida Útil de Ativos Fixos Tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos da entidade pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

Cobranças Duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela CP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber, face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Inventários

A empresa compara semestralmente o valor realizável dos inventários, com o valor reconhecido nas contas da empresa, e sempre que necessário reconhece uma imparidade para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo o valor da imparidade apresentado como dedução ao ativo.

Sumarizam-se, de seguida, os critérios aplicados para determinação das imparidades de inventários, sem prejuízo de as imparidades determinadas pela aplicação destes critérios poderem vir a divergir das que venham a ser efetivamente apuradas no fim da vida útil do ativo:

- Materiais com aplicação em material circulante da CP
- Para as peças utilizadas em reparações de material circulante da CP, e atendendo à durabilidade das mesmas, a imparidade é calculada em função da vida útil comercial residual estimada das séries de material a que estão associadas, o que permite a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação.
- Materiais com aplicação em material circulante de clientes externos
- O cálculo da imparidade destas peças de armazém é, de um modo geral, função do número de anos remanescentes até ao término dos respetivos contratos. No caso de os inventários serem também utilizáveis em séries de material circulante CP aplicam-se-lhe os critérios de determinação de imparidade aplicados a estas.

- Peças reparáveis “rotáveis”
- Estes materiais respeitam a peças retiradas do material circulante para reparação e posterior aplicação em séries ativas. Nestas circunstâncias, a imparidade é determinada em função da vida útil comercial residual estimada mais longa entre as diversas séries de material circulante onde as mesmas podem ser aplicadas e/ou da série onde as peças poderão ter maior aplicação.
- Restantes materiais
- Para efeitos de determinação da imparidade, para os restantes materiais diversos, aplica-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos, para identificação dos materiais obsoletos e sem aplicação.

Caso estes materiais sem rotatividade voltem a ter movimento a imparidade apenas é revertida no caso de o valor líquido do material ser negativo e até ao limite estritamente necessário para que o deixe de ser.

No que respeita a imparidades de inventários com aplicação em material circulante (séries CP ou dos seus clientes), para além da imparidade imputada em função da vida útil residual remanescente, considera-se uma imparidade adicional de 25% para os inventários que não tiverem movimento há mais de 10 anos, com um crescimento adicional de 5% por cada ano sem movimento, e atingindo o valor máximo de 75%, no caso de não terem movimento há mais de 20 anos. A definição do período de 10 anos para início da imputação desta imparidade adicional resulta do facto de ser expectável que, em 10 anos, o material tenha um ciclo completo de intervenções, sendo expectável que ocorram consumos dos diferentes materiais nesse período.

Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. A CP, tendo em consideração o princípio da prudência, tem constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

Ativos Não Correntes Detidos Para Venda

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para os alienar. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pela CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e

o montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados. Atualmente o valor do material circulante detido para venda está ajustado ao valor de sucata.

Fluxo de Caixa (nota 5)

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2022 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A demonstração de fluxos de caixa com referência ao período de 2022 evidencia fluxos de caixa das atividades operacionais positivos, e com um acréscimo, em cerca de 71,2 milhões de euros, quando comparado com o período homólogo.

Esta situação resulta do efeito conjunto do aumento dos recebimentos de clientes (177,6 milhões de euros) em consequência da recuperação provocada pelo pós-pandemia COVID 19, não obstante do acréscimo dos pagamentos a fornecedores (92,3 milhões de euros) e pagamentos ao pessoal (8,8 milhões de euros).

Ao nível dos fluxos de caixa das atividades de investimento, de salientar o aumento dos pagamentos de ativos fixos tangíveis (5,1 milhões de euros). Este facto resulta essencialmente do pagamento para aquisição de equipamentos móveis GMS-R e DUAL MODE e módulos de potência para automotoras UQE2300/2400.

No que diz respeito às atividades de financiamento, de referir que os empréstimos contraídos se destinaram a substituir exclusivamente outros com vencimento no período. Salienta-se ainda o pagamento de juros, no decorrer do mês de março, no valor de 11,4 milhões de euros, relativos ao empréstimo obrigacionista, assim como o pagamento, no mês de novembro, de juros e encargos, no montante de 3,9 milhões de euros, relativos ao empréstimo da *Eurofima*.

Rubrica de Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Caixa	465 168	391 648
Depósitos bancários	47 940 487	16 713 871
Total	48 405 655	17 105 519

Desagregação dos Valores Inscritos na Rubrica de Caixa e Depósitos Bancários

No quadro seguinte apresenta-se a desagregação das rubricas de caixa e depósitos bancários:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Caixa		
Caixa central	648	178
Caixa pequena	2 600	2 600
FFC tesouraria	16 148	16 272
Caixa estações	428 772	367 598
Caixa MVAS	17 000	5 000
	465 168	391 648
Depósitos à ordem		
Banco Português de Investimento	1 537 079	932 594
Caixa Geral de Depósitos	554	751
Inst. Gestão Crédito Público	46 402 854	15 780 526
	47 940 487	16 713 871
Total	48 405 655	17 105 519

Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 6)

De referir o facto já abordado nos valores comparativos (Nota 2).

Partes Relacionadas (nota 7)

A CP realiza frequentemente operações com as suas empresas associadas, subsidiárias e empreendimentos conjuntos.

Com referência a 31 de dezembro de 2022, identifica-se no quadro seguinte as participações diretas da CP noutras empresas:

Participações	(Participação %)	
	31-dez-22	31-dez-21
CP CARGA, SA *	5%	5%
FERNAVE, SA	100%	100%
SAROS,Lda	100%	100%
ECOSAÚDE, SA	100%	100%
TIP, ACE	33%	33%
SIMEF, ACE	51%	51%
NOMAD Tech	35%	35%

*** conforme definido no acordo de venda da participada, mantendo a CP esta participação**

As transações entre partes relacionadas são apresentadas no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Vendas e prestações de serviço		
Subsidiárias		
FERNAVE, SA	374 631	211 871
SAROS,Lda	2 700	8 301
ECOSAÚDE, SA	22 816	28 241
Associadas		
TIP, ACE	9 115 682	6 483 368
OTLIS, ACE	88 798	-
EMEF / SIEMENS, ACE	3 741 746	3 567 197
NOMAD TECH, LDA	65 916	70 684
total	13 412 289	10 369 662
Gastos		
Subsidiárias		
FERNAVE, SA	(853 384)	(595 093)
ECOSAÚDE, SA	(1 358 876)	(1 529 554)
Associadas		
TIP, ACE	(388 670)	(335 937)
EMEF / SIEMENS, ACE	(5 870 821)	(5 107 915)
NOMAD TECH, LDA	(506 297)	(786 141)
Total	(8 978 048)	(8 354 640)

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Investimento		
Subsidiárias		
ECOSAÚDE, SA	(30 000)	(30 000)
Associadas		
NOMAD TECH, LDA	1 450 140	2 337 344
Total	1 420 140	2 307 344

Os saldos com partes relacionadas são, de igual modo, apresentados no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Ativos		
Investimento		
Subsidiárias		
ECOSAÚDE, SA	174 480	204 480
Clientes e out. contas receber		
Subsidiárias		
FERNAVE, SA	58 805	146 388
SAROS,Lda	277	277
ECOSAÚDE, SA	-	1 880
Associadas		
TIP, ACE	70 412	383 931
EMEF / SIEMENS, ACE	10 982	226 550
NOMAD TECH, LDA	277 460	290 187
Passivos		
Fornecedores e out. contas pagar		
Subsidiárias		
FERNAVE, SA	(32 760)	(302 895)
ECOSAÚDE, SA	(3 815)	(2 402)
Associadas		
TIP, ACE	(11 979)	(295 271)
EMEF / SIEMENS, ACE	-	(496 804)
NOMAD TECH, LDA	(149 691)	(1 360 502)
Total Ativo + Passivo	394 171	(1 204 181)

Ativos Intangíveis (nota 8)

No final do ano 2022 a CP apresentava um ativo fixo intangível organizado por classes, conforme quadro abaixo:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Valor Bruto:		
Programas de computador e sistemas de informação	1 068 102	159 670
Sub-total	1 068 102	159 670
Depreciação acumulada e imparidade:		
Depreciação do período	333 251	81 406
Depreciação acumulada de períodos anteriores	115 426	34 020
Sub-total	448 677	115 426
Valor líquido contabilístico	619 425	44 244

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Fusão /Outras regularizações	Saldo final
Valor bruto:								
Programas de computador	159 670	100 688	-	-	-	807 744	-	1 068 102
	159 670	100 688	-	-	-	807 744	-	1 068 102
Amortização acumulada e imparidade:								
Programas de computador	115 426	333 251	-	-	-	-	-	448 677
	115 426	333 251	-	-	-	-	-	448 677
Total	44 244	(232 563)	-	-	-	807 744	-	619 425

O aumento do ativo intangível, diz respeito à aquisição de programas informáticos, sendo que parte destas aquisições foram feitas como ativo fixo tangível e posteriormente foi transferido para ativo intangível.

Para efeitos de amortização é considerada, por norma, uma vida útil de 3 anos para estes ativos. Esta estimativa é, no entanto, revista sempre que se justifique, em função da utilização esperada do ativo. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo e amortizados pelo método das quotas constantes num regime de duodécimos a partir da data de entrada em produção do ativo.

Ativos Fixos Tangíveis (nota 9)

No final do ano de 2022 a CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes, conforme quadro abaixo:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	20 533 661	20 533 661
Edifícios e outras construções	102 057 767	97 618 874
Equipamento básico	1 528 344 710	1 503 759 617
Equipamento de transporte	3 243 063	3 169 581
Equipamento administrativo	28 199 678	27 514 086
Outros ativos fixos tangíveis	43 429 619	44 084 497
Investimentos em curso	11 114 571	17 147 051
Adiantamentos por conta de investimentos	10 268 506	5 279 520
Sub-total	1 747 191 575	1 719 106 887
Depreciação acumulada e imparidade:		
Depreciação do período	54 777 674	56 303 147
Depreciação acumulada de períodos anteriores	1 333 206 712	1 286 677 324
Depreciação acumulada dos bens abatidos e transferidos	3 762 140	(9 773 759)
Perdas por imparidade do período	(342 412)	(814 485)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	2 816 622	3 631 107
Sub-total	1 394 220 736	1 336 023 334
Valor líquido contabilístico	352 970 839	383 083 553

Os ativos fixos tangíveis da CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 4.

A reversão das perdas de imparidade registadas no período decorre do ajustamento do valor contabilístico ao valor recuperável.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2022 são resumidos no quadro seguinte:

Descrição	Ativos						Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Alienações	classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	
Valor bruto:							
Terrenos e recursos naturais	20 533 661	-	-	-	-	-	20 533 661
Edifícios e outras construções	97 618 874	-	-	-	-	4 438 893	102 057 767
Equipamento básico	1503 759 617	1 411 875	(934 333)	5 255 729	(3 589)	18 759 240	1 528 344 710
Equipamento de transporte	3 169 582	73 481	-	-	-	-	3 243 063
Equipamento administrativo	27 514 086	196 769	-	-	(23 826)	512 649	28 199 678
Outros ativos fixos tangíveis	44 084 496	18 094	-	-	(592 514)	1 071 889	43 429 619
Investimentos em curso	17 147 051	20 873 326	-	-	(119 975)	(25 590 415)	11 114 571
Adiantamentos por conta de investimentos	5 279 520	4 988 986	-	-	-	-	10 268 506
	1 719 106 887	27 562 531	(934 333)	5 255 729	(739 904)	(807 744)	1 747 191 575
Depreciação acumulada e imparidade:							
Edifícios e outras construções	54 175 577	2 954 134	-	-	-	-	57 129 711
Equipamento básico	1214 182 846	49 283 989	(735 496)	4 784 238	(3 589)	-	1267 511 988
Equipamento de transporte	2 924 334	55 749	-	-	-	-	2 980 083
Equipamento administrativo	26 084 714	843 245	-	-	(23 826)	-	26 904 133
Outros ativos fixos tangíveis	35 839 241	1 640 557	-	-	(249 001)	-	37 220 611
Ativ. Fix. Tang.-Perdas Impar. Acum. -Equipam. Básico	2 816 622	(342 412)	-	-	-	(10 186)	2 474 210
	1 336 023 334	54 435 262	(735 496)	4 784 238	(276 416)	(10 186)	1 394 220 736
Total	383 083 553	(26 872 731)	(188 837)	471 481	(463 486)	(807 744)	352 970 639

Os investimentos mais significativos realizados no ano de 2022, respeitam essencialmente a grandes reparações periódicas de material circulante do tipo R2 que cumprem os critérios de reconhecimento como ativo fixo tangível.

De salientar também a recuperação de material circulante que se encontrava classificado como detido para venda e que por estar em condições de voltar ao serviço comercial, foi transferido para ativos fixos tangíveis, no valor de cerca de 471 mil euros.

A 31 de dezembro de 2022 os ativos fixos tangíveis seguintes estavam dados como garantia de empréstimos obtidos pela CP junto da Eurofima:

Descrição	(valores em euros)	
	V.contabilístico	
Automotoras	20 622 844	
Total	20 622 844	

Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 10)

Um dos objetivos da empresa é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos fixos detidos para venda há mais de um ano, a CP entende que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido.

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor valor, entre o valor contabilístico e o valor realizável líquido.

Semestralmente a empresa reavalia a situação destes ativos e, sempre que necessário, procede a ajustamentos aos valores já reconhecidos.

O quadro seguinte resume, por classe e pelo seu valor líquido contabilístico, os ativos não correntes detidos para venda:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Ativos		
Terrenos e recursos naturais	84 031	84 031
Edifícios e outras construções	175 369	175 369
Equipamento básico	1 804 940	2 015 459
Total	2 064 340	2 274 859

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Ativos			Fusão /Outras regularizações	Saldo final
				classificados como detidos para venda	Abates	Transferencias		
Terrenos e recursos naturais	84 031	-	-	-	-	-	-	84 031
Edifícios e outras construções	175 369	-	-	-	-	-	-	175 369
Equipamento básico	2 015 459	-	-	(210 519)	-	-	-	1 804 940
Total	2 274 859	-	-	(210 519)	-	-	-	2 064 340

Locações (nota 11)

Os contratos de locação em vigor são classificados como operacionais e detalham-se nos mapas seguintes:

(valores em euros)

BENS LOCADOS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos			Total
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes				
Viaturas Leaseplan	579 004	82 957	-	244 829	-	230 111	21 107	-	251 218
Viaturas Kinto-Mobility	345 986	69 467	-	240 712	-	35 749	58	-	35 807
Total	924 990	152 424	-	485 541	-	265 860	21 165	-	287 025

Os contratos identificados, dizem respeito a viaturas ligeiras de passageiros. A grande maioria dos contratos tem um período de vigência entre os 3 e os 4 anos.

(valores em euros)

BENS LOCADOS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos			Total
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes				
Automotoras	67 243 259	5 606 366	-			5 606 366	5 465 149		11 071 515

O contrato identificado respeita a automotoras e tem período de vigência até 2025.

(valores em euros)

BENS LOCADOS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos			Total
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes				
Automotoras	67 243 259	5 606 366	-			5 606 366	5 465 149		11 071 515

O contrato identificado respeita a arrendamento de espaço oficial e vigorará até 2056.

Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 12)

O detalhe das participações financeiras em que a CP aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	Tipo	(valores em euros)					
		31-dez-22			31-dez-21		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
SAROS, SA	Investimento	414 211	-	414 211	420 064	-	420 064
FERNAVE, SA	Investimento	1 425 027	-	1 425 027	889 638	-	889 638
ECOSAÚDE, SA	Investimento	215 121	-	215 121	120 140	-	120 140
ECOSAÚDE, SA	Empréstimos	174 480	-	174 480	204 480	-	204 480
OTLIS, ACE	Investimento	-	-	-	-	-	-
TIP, ACE	Investimento	2 055 686	-	2 055 686	1 522 356	-	1 522 356
SIMEF, ACE	Investimento	480 313	-	480 313	475 189	-	475 189
Nomad Tech, Lda.	Investimento	1 214 316	-	1 214 316	1 248 628	-	1 248 628
Total		5 979 154	-	5 979 154	4 880 495	-	4 880 495

Em 2022 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

	(valores em euros)					
	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
SAROS, SA	420 064	-	-	337 794	(343 647)	414 211
FERNAVE, SA	889 638	-	-	535 389	-	1 425 027
ECOSAÚDE, SA	324 620	-	-	94 981	(30 000)	389 601
OTLIS, ACE (a)	-	88 069	-	-	(88 069)	-
TIP, ACE	1 522 356	-	-	533 330	-	2 055 686
SIMEF, ACE	475 189	-	-	480 313	(475 189)	480 313
Nomad Tech, Lda.	1 248 628	-	-	(34 312)	-	1 214 316
Sub-total	4 880 495	88 069	-	1 947 495	(936 905)	5 979 154
Imparidade	-	-	-	-	-	-
Sub-total	-	-	-	-	-	-
Total	4 880 495	88 069	-	1 947 495	(936 905)	5 979 154

(a) empresa liquidada em 2021. O valor recebido em 2022 resulta de um acerto relacionado com distribuição de resultados de 2020 e partilha de liquidação.

Como é possível verificar pela análise do quadro apresentado, o acréscimo da rubrica de participações financeiras, deve-se essencialmente à integração dos resultados positivos da quase totalidade das empresas do grupo. Em 2022, de referir ainda o recebimento do remanescente relacionado com a liquidação da participação na OTLIS.

A informação financeira resumida referente às empresas participadas (a aguardar aprovação em Assembleia Geral) apresenta-se como segue:

(valores em euros)							
Nome da associada	% de participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
SAROS, SA	100	31-dez-22	502 885	88 673	414 212	495 189	337 794
FERNAVE, SA	100	31-dez-22	1 742 508	317 481	1 425 027	1 572 647	535 389
ECOSAÚDE, SA	100	31-dez-22	841 888	626 767	215 121	2 685 255	94 981
SIMEF, ACE	51	31-dez-22	9 961 562	9 019 772	941 790	13 402 649	941 790
Nomad Tech, Lda.	35	31-dez-22	5 998 605	2 529 130	3 469 475	1 438 469	(844 840)
TIP, ACE	33	31-dez-22	24 969 168	18 801 493	6 167 674	7 313 460	1 687 191

Outros Investimentos Financeiros (nota 13)

A CP detém participações em diferentes entidades que não controla e que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas por imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, a CP avalia a imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo uma perda por imparidade na demonstração dos resultados, se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)							
Descrição	Método	31-dez-22			31-dez-21		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
CP Carga, SA	Custo de aquisição	80 000	(80 000)	-	80 000	(80 000)	-
MLM, SA	Custo de aquisição	12 721	(12 721)	-	12 721	(12 721)	-
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249 399	(249 399)	-	249 399	(249 399)	-
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3 595	-	3 595	3 595	-	3 595
ICF	Custo de aquisição	382 269	(382 269)	-	382 269	(382 269)	-
EUROFIMA	Custo de aquisição	27 760 679	-	27 760 679	27 760 679	-	27 760 679
BCC	Custo de aquisição	1 460	-	1 460	1 460	-	1 460
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	Custo de aquisição	2 500	(2 500)	-	2 500	(2 500)	-
Centro de Competências Ferroviário	Custo de aquisição	2 000 000	(2 000 000)	-	2 000 000	(2 000 000)	-
Fundo Compensação Trabalho	Custo de aquisição	-	-	-	207 351	-	207 351
		30 699 974	(2 934 240)	27 765 734	30 699 974	(2 726 889)	27 973 085

A Eurofima é uma organização supranacional, sob a forma societária, que é constituída pelas empresas públicas de transporte ferroviário. A Eurofima foi constituída em 20 de novembro de 1956, em resultado de um tratado ("Convenção") entre os vários Estados Membros Europeus signatários. Os estatutos da Eurofima determinavam que a "Convenção" teria uma duração de 50 anos. Contudo, na assembleia geral extraordinária, de 1 de fevereiro de 1984, foi aprovado por todos os Estados Membros a extensão do período da Convenção por mais 50 anos, isto é, até 2056.

O valor registado na participação da *Eurofima* corresponde à subscrição de 52 mil Francos Suíços à data da subscrição inicial do capital e dos aumentos de capital subsequentes. A CP, bem como os demais acionistas da *Eurofima*, apenas realizaram 20% daquele valor, encontrando-se os restantes 41,6 mil Francos Suíços por realizar. Os acionistas podem ser chamados a realizar a qualquer momento e incondicionalmente o valor que se encontra por realizar.

O movimento destas participações financeiras em 2022 é analisado no quadro seguinte:

	(valores em euros)					
	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
CP Carga, SA	80 000	-	-	-	-	80 000
MLM, SA	12 721	-	-	-	-	12 721
METRO DO PORTO, SA	249 399	-	-	-	-	249 399
METRO-MONDEGO, SA	3 595	-	-	-	-	3 595
ICF	382 269	-	-	-	-	382 269
EUROFIMA	27 760 679	-	-	-	-	27 760 679
BCC	1 460	-	-	-	-	1 460
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2 500	-	-	-	-	2 500
Centro de Competências Ferroviário	2 000 000	-	-	-	-	2 000 000
Fundo Compensação Trabalho	207 351	-	-	-	(207 351)	-
	30 699 974	-	-	-	(207 351)	30 492 623
Imparidade						
CP Carga, SA	(80 000)	-	-	-	-	(80 000)
MLM, SA	(12 721)	-	-	-	-	(12 721)
METRO DO PORTO, SA	(249 399)	-	-	-	-	(249 399)
ICF	(382 269)	-	-	-	-	(382 269)
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	(2 500)	-	-	-	-	(2 500)
Centro de Competências Ferroviário	(2 000 000)	-	-	-	-	(2 000 000)
	(2 726 889)	-	-	-	-	(2 726 889)
Total	27 973 085	-	-	-	(207 351)	27 765 734

A alteração nesta rubrica no decorrer do ano de 2022, diz respeito à anulação do fundo de compensação do trabalho que deixa de ser aplicado a CP, tendo o valor que se encontrava registado no ativo, sido reembolsado pelo respetivo fundo.

Impostos Sobre o Rendimento (nota 14)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda., a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A..

Apesar de em 2019 ter sido celebrado o contrato de serviço público, que altera significativamente a forma de financiamento do serviço público de transporte, e o mesmo ter sido aprovado pelo Tribunal de Contas no decorrer do ano de 2020, só em 2022, a CP recebe a totalidade dos valores fixados para a componente de acerto/reconciliação das obrigações de serviço público (OSP) de 2020, estando ainda em falta para a componente de reposição do reequilíbrio financeiro desse mesmo ano, o pagamento de 1,1 milhões de euros, conforme divulgado na nota 2 e nota 30. A CP aguarda igualmente o acerto final relativo as compensações pelo cumprimento das OSP de 2021 e de 2022.

Se a compensação de 2020 tivesse sido integralmente reconhecida no ano a que respeita, o resultado líquido do exercício de 2022 seria negativo em 7,1 milhões de euros.

Por, nas circunstâncias atuais, não existirem expectativas que o Grupo CP venha a obter lucros tributáveis que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados, a CP não contabiliza ativos por impostos diferidos (diferenças temporárias dedutíveis) relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões. Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos (diferenças temporárias tributáveis) relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores.

Do que resulta da nota 2, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP até 2021 passam de 354,6 milhões de euros para 318,3 milhões de euros, os quais podem ser utilizados entre 2022 e 2033.

(valores em euros)					
	Prejuízo Fiscal dedutível acumulado em 2020	Prejuízo Fiscal dedutível em 2021		Prejuízo Fiscal dedutível acumulado em 2021 - antes da reexpressão	Prejuízo Fiscal dedutível acumulado em 2021 -após reexpressão
		antes da reexpressão	após reexpressão		
CP	347 482 209	43 372 799	7 160 956	390 855 007	354 643 165
Grupo	312 147 257	42 409 923	6 198 081	354 557 180	318 345 338

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto individual da CP nos exercícios de 2022 e 2021 é a seguinte:

	(valores em euros)			
	2022	2021	Reexpressão	2021 Reexpresso
Resultado Antes Imposto	9 745 860	(65 219 405)	51 731 203	(13 488 202)
Imposto Esperado	(564 736)	(334 889)	-	(334 889)
Diferenças Permanentes	(6 356 537)	22 181 496	(15 519 361)	6 662 135
Resultado tributável	2 824 387	(43 372 799)	36 211 842	(7 160 956)
Prejuízos Fiscais Deduzidos	(2 259 509)	-	-	-
Materia Coletável	564 877	-	-	-
Taxa Nominal de Imposto	21,0%	21,0%	-	21,0%
Coleta	158 356	-	-	-
Derrama municipal	41 739	-	-	-
Tributação Autónoma	131 351	334 889	-	334 889
Resultado da liquidação (art.º 92.º)	233 290	-	-	-
Imposto sobre o rendimento	564 736	334 889	0	334 889
Taxa Efetiva de Imposto	5,8%	-	-	-

Inventários (nota 15)

Em 31 de dezembro de 2022, a CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Valor Bruto:		
Mercadorias	129 591	138 575
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	56 420 971	53 638 212
Produtos acabados e intermedios*	4 621 213	3 826 473
Produtos e trabalhos em curso	3 460 092	2 577 525
	64 631 867	60 180 785
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	(2 071 014)	(1 699 559)
Imparidades de períodos anteriores	(17 981 327)	(16 281 768)
	(20 052 341)	(17 981 327)
Valor líquido contabilístico	44 579 526	42 199 458
*fabricos internos e rotaveis		
Inventários	44 579 526	42 199 458

Da análise aos inventários de 2022 face ao período homologado verificou-se um acréscimo de cerca de 4,5 milhões de euros, tendo a rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo contribuído com cerca de 2,8 milhões de euros, os produtos e trabalhos em curso com 0,9 milhões de euros e os produtos e trabalhos intermédios com 0,9 milhões de euros.

As razões para este incremento prendem-se não só com constrangimentos externos, nomeadamente a evolução dos preços, resultantes da conjuntura internacional (rotura das cadeias de fornecimento) e da inflação; da obrigatoriedade por parte de fornecedores que impõem aquisições de quantidades mínimas; e de tempos de fornecimento dilatados, ocorrendo por vezes a receção dos materiais em data muito próxima da conclusão das intervenções a que se destinavam.

Aliados a estes entraves externos existem também constrangimentos internos: alterações de planeamento de intervenções, quando a compra já está em curso; definição de consistência de intervenções cuja implementação é ajustada, resultando em percentagens de aplicação de materiais inferiores às inicialmente planeadas.

Relativamente às imparidades de inventários, mantiveram-se os critérios relativos a 2021, com exceção de uma das séries de material circulante em que se atualizou a vida útil residual de 12 anos para 21 (UTE2240).

A empresa procede ao controlo semestral do valor dos inventários para aferir a necessidade do ajustamento do seu valor. Em caso de necessidade, são constituídas imparidades.

Os critérios utilizados para a determinação das imparidades de inventários da referida avaliação semestral, encontram-se documentados na nota 4.

Tendo em consideração a aplicação desses critérios, foi reconhecida, em 2022, uma perda por imparidade de cerca de 2,1 milhões de euros. Para este montante contribuíram o reforço de perdas por imparidade registadas em gastos no montante de 2,3 milhões de euros parcialmente

compensadas com a reversão de perdas por imparidade no montante 0,2 milhões de euros registados em rendimentos do exercício, como demonstrado no quadro seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversão	(valores em euros)	
				Regularização	Saldo final
Imparidades de inventários					
Matérias-primas subsidiárias e de consumo	17 314 650	2 140 564	237 773	-	19 217 441
Produtos acabados e intermédios	666 677	181 805	13 582	-	834 900
Fabricos	322 920	27 514	-	-	350 434
Rotaveis	343 757	154 291	13 582	-	484 466
Total	17 981 327	2 322 369	251 355	-	20 052 341

Clientes (nota 16)

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Valor Bruto:		
Gerais	10 476 138	10 245 651
Empresas associadas	70 412	383 931
Empreendimentos conjuntos	(37 404)	329 530
Outras partes relacionadas	-	984
Clientes - perdas imparidade acumuladas	5 541 231	5 489 363
Sub-total	16 050 377	16 449 459
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	(51 868)	704 506
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(5 489 363)	(6 193 869)
Sub-total	(5 541 231)	(5 489 363)
Valor líquido contabilístico	10 509 146	10 960 096

Em 2022, a rubrica de clientes apresenta uma redução que se deve essencialmente, aos empreendimentos conjuntos. A variação ficou a dever-se à faturação emitida pelo SIMEF de 2021 e cujo pagamento veio a ocorrer já em 2022.

A variação das imparidades constituídas é evidenciada no quadro seguinte:

Descrição	Saldo inicial	(valores em euros)				Reversões	Saldo final
		Perdas		Utilizações			
		Regulares	Incobráveis	Regulares	Incobráveis		
Perdas por imparidade							
Clientes gerais	5 489 363	97 371	(1 607)	(45 503)	1 607	-	5 541 231
Total	5 489 363	97 371	(1 607)	(45 503)	1 607	-	5 541 231

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como se segue:

Descrição					(valores em euros)
	até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias	Total
Clientes gerais	8 731 440	451 532	989 312	303 854	10 476 138
Empresas associadas	70 382	-	30	-	70 412
Empreendimentos conjuntos	8 575	-	(45 979)	-	(37 404)
Total	8 810 397	451 532	943 363	303 854	10 509 146

Estado e Outros Entes Públicos (nota 17)

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	240 388	214 947
Pagamento especial por conta	167 451	167 451
Imposto retido na fonte	52 033	47 496
Imposto retido na fonte-Dependente	20 904	-
IVA	9 960 015	5 441 013
IVA a recuperar	9 960 015	5 441 013
Outros Impostos	347 443	233 888
Contribuições Seg Social CNP	337 245	233 888
DGI-FCT	10 198	-
Total	10 547 846	5 889 848
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	586 082	1 976 469
Imposto sobre o rendimento	564 736	334 889
Retenções de imposto sobre o rendimento	21 346	1 641 580
IVA		
IVA a pagar		
Outros Impostos	58	7 668
Contribuição p/Seg. Social	58	37
Outras Tributações	-	7 631
Total	586 140	1 984 137

Em 2022 o acréscimo do Iva na rubrica "iva a recuperar" decorreu da aceitação e consequente contabilização de faturas por uso da infraestrutura ferroviária referentes ao período de agosto a dezembro e de faturas de energia para tração até novembro.

Quanto ao passivo, a redução constatada na rubrica das retenções de imposto sobre o rendimento reflete o pagamento das retenções na fonte do trabalho dependente no próprio mês de dezembro, adicionalmente a estimativa de imposto também sofreu um decréscimo, pelo facto do cálculo das tributações autónomas ter sido feito sem o agravamento de 10% em cada uma das taxas, em

resultado de ter sido apurado lucro tributável em 2022, ao invés de 2021 em que foi apurado prejuízo fiscal.

Outros Créditos a Receber (nota 18)

A rubrica de outros créditos a receber apresenta os valores registados no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21 REEEXPRESSO
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores	178 645	634 869
Fornecedores c/c - saldos devedores	202 596	52 206
Outros devedores - pessoal	173 915	113 028
D.diversos - c/c	4 196 031	1 452 019
D.diversos - cobrança duvidosa	5 760 143	5 826 096
C. diversos - saldos devedores	193 768	295 945
C.div.-dep. cauções prestadas	228 028	233 907
C.div.-IVA-operações a regularizar	2 962	9 595
D/C.- div. - faturação a emitir	191 675	190 300
C.div.-ODC-cartão galp frota/via verde	(2 462)	(2 690)
ODC - unidades de negócio/outros	(13 340)	65 393
Devedores por acréscimos de receitas	9 020 450	56 080 335
Sub-total	20 132 411	64 951 003
Imparidade acumulada		
Imparidade do período - out. div. terceiros	65 953	(1 240 919)
Imparidade períodos anteriores-O. div. terceiros-CP e MLP	(5 826 096)	(4 585 177)
Sub-total	(5 760 143)	(5 826 096)
Valor líquido contabilístico	14 372 268	59 124 907

Em 2022, a rubrica de outros créditos a receber apresenta uma redução face ao período homólogo na ordem dos 44,8 milhões de euros. Este facto é explicado pela redução nos devedores por acréscimos de receita, originado pela operação de reexpressão efetuada em 2021, que não se verifica em 2022.

Ainda na mesma rubrica de devedores por acréscimos de receitas, de referir o aumento em resultado das especializações da compensação financeira pela disponibilização do Passe Antigo Combatente Navegante (1,5 milhões de euros) e da receita a devolver por parte do Metro Transportes Sul correspondente ao PART navegante (1, 8 milhões de euros).

Descrição	Saldo Inicial	Perdas	(valores em euros)				Saldo final
			Utilização		Reversões		
			Regulares	Incobráveis	Regulares	Incobráveis	
Perdas por imparidade							
Outras dívidas de terceiros	5 826 096	-	(143 156)	139 593	77 203	(139 593)	5 760 143
Total	5 826 096	-	(143 156)	139 593	77 203	(139 593)	5 760 143

Diferimentos (nota 19)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Diferim. - gast. reconh. - outros-diversos	1 150 279	993 873
Total	1 150 279	993 873
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Diferim.-rend. reconh.-outros dif.-rendim. reconh.	475 638	412 880
Total	475 638	412 880

No que diz respeito ao ativo, esta rubrica releva os diversos prémios de seguro faturados, no final do ano, de forma a garantir a efetividade dos seguros a vigorar no 1º trimestre do ano seguinte. Os principais seguros que contribuem para a constituição do saldo desta rubrica referem-se aos seguros de acidentes de trabalho, de saúde, de multiriscos e de responsabilidade civil.

Relativamente ao passivo, o valor apresentado reflete os rendimentos a reconhecer derivados da atividade de manutenção e de reparação de material circulante, mais concretamente, a faturação por conta de trabalhos a realizar e a ser emitida de acordo com as condições contratuais estabelecidas.

Capital Subscrito (nota 20)

De acordo com a legislação que define os Estatutos da CP, o capital da empresa é detido integralmente pelo Estado Português e destina-se a responder às necessidades permanentes da empresa.

Entre 2015 e 2019 foi determinado por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial, aumentar em cerca de 2.000 milhões de euros o capital da CP tendo o mesmo sido realizado ao longo dos respetivos anos.

Estes valores destinaram-se a suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida (amortizações, juros e outros encargos), investimento e despesas com pessoal relacionadas com o acordo histórico de variáveis.

No decorrer do ano de 2022 não existiram operações de aumento de capital, apresentando a empresa com referência a 31 de dezembro de 2022 um capital de 3.959.489.351 euros, que se encontra integralmente realizado pelo Estado Português.

Reservas Legais (nota 21)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o artigo 30º do decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo do decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, e pelo decreto-lei 124-A/2018 de 31 de dezembro, que define os estatutos da CP, a empresa deve constituir reservas e fundos julgados necessários, sendo obrigatória a constituição de reserva legal no valor de 5% dos lucros de cada ano. A reserva legal pode ser utilizada na cobertura de prejuízos do ano.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem se verificou a sua utilização para cobertura de prejuízos.

Outras Reservas (nota 22)

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no artigo 16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

Resultados Transitados (nota 23)

Nesta rubrica, encontram-se registadas as seguintes operações:

- Transferência dos resultados líquidos dos anos anteriores para resultados transitados;
- Pelo facto de a CP ter optado por valorizar os seus ativos fixos tangíveis pelo seu custo considerado à data da transição para o SNC, encontra-se registado nesta rubrica o saldo de excedentes de revalorização, sendo explicado, de seguida, a forma como se procedeu à reavaliação dos ativos.

Material Circulante

A empresa procedeu pela primeira vez, em 1995, à reavaliação do ativo fixo tangível.

A reavaliação incidiu no ativo fixo tangível contemplado na rubrica equipamento básico que engloba o material circulante, à data de 31 de dezembro de 1995.

O sistema utilizado consistiu em calcular previamente as depreciações correspondentes ao ano de 1995 e seguidamente procedeu-se à aplicação dos coeficientes de desvalorização da moeda constantes da Portaria n.º338/95, de 21 de abril, corrigidos previamente com o fator de 1,04, quer aos valores do ativo fixo tangível, quer às respetivas depreciações acumuladas.

No ano de 1997 procedeu-se a nova reavaliação do ativo fixo tangível registado na rubrica de equipamento básico, englobando o material circulante, nos termos do Decreto-lei n.º31/98, de 11 de fevereiro.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

No ano de 1999, a empresa procedeu à inventariação e valorização dos bens contabilizados nas restantes rubricas do ativo fixo tangível, adquiridos até 31 de dezembro de 1997, com exceção dos correspondentes ao material circulante e a peças de parque. Esta reavaliação livre permitiu que os ativos ficassem valorizados ao preço de mercado, com as respetivas depreciações a serem efetuadas de acordo com a vida útil esperada. Este trabalho foi coordenado pelas empresas *Ernst & Young* e CPU-Consultores de Avaliação e genericamente consistiu na identificação dos bens, respetiva avaliação com base no critério do valor corrente de mercado e cálculo do excedente deste último para o custo histórico.

Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 24)

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Subsídios	81 575 076	85 212 029
Saneamento financeiro	91 357 368	91 357 368
Ajustamentos de transição	132 640	132 640
Total	173 065 084	176 702 037

A rubrica saneamento financeiro reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à Banca, no montante de 97.975.959 euros e, à utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado, no montante de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do Decreto-lei n.º 361/85.

O valor da rubrica de subsídios respeita essencialmente a subsídios recebidos para material circulante, resultando as diminuições registadas nesta componente do capital, da imputação, como rendimento do ano, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, dum parte desse subsídio, na mesma proporção em que são reconhecidas as depreciações.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de subsídios:

	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Fundo Ambiental _ Aqui. 12 Auto. BiModo e 10 Elec	11 056 145	5 956 145
Subsídios PIDDAC	29 236 744	32 851 630
Subsídios FEDER	39 610 142	44 599 600
Subsídios IGCP	1 444 330	1 576 939
Outros subsídios (inclui CEF)	227 715	227 715
Total	81 575 076	85 212 029

Provisões (nota 25)

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

	(valores em euros)				
Descrição	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	1 854 893	103 136	-	-	1 958 029
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	7 778 269	-	(670 333)	(884 182)	6 223 754
Acidentes ferroviários	2 624 691	-	-	(178 100)	2 446 591
Outras	1 642 449	927 888	-	(660 396)	1 909 941
Total	13 900 302	1 031 024	(670 333)	(1 722 678)	12 538 315

A sua diminuição face a 2021 ficou a deve-se essencialmente à variação da rubrica de acidentes de trabalho e doenças profissionais com 1,6 milhões de euros. Em sentido inverso a rubrica de processos judiciais em curso e outros sofreram um acréscimo de 0,1 e 0,3 milhões de euros respetivamente.

A avaliação atuarial, com referência a 31 de dezembro de 2022, das responsabilidades com acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999, foi realizada por entidade externa à CP (Fidelidade).

Os aumentos ou reduções das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como gastos ou rendimentos no período em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

Método de cálculo: Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

Taxa de desconto: 4,0%.

Taxa de Crescimento das Pensões: 1,0%.

Tábuas de Mortalidade: Utilizou-se a tábua francesa TV 88/90.

Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho: Pensões vitalícias.

Data de efeito dos cálculos: 31 de dezembro de 2022.

Financiamentos Obtidos (nota 26)

No final do ano de 2022 a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Não corrente		
Financiamentos obtidos		
Empréstimos por obrigações	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(4 158 316)	(4 596 092)
Outros financiadores	1 000 000	52 000 000
Total	196 841 684	247 403 908
Corrente		
Financiamentos obtidos		
Outros financiadores	1 913 349 168	1 885 089 333
Total	1 913 349 168	1 885 089 333
Total financiamentos	2 110 190 852	2 132 493 241

Durante o exercício, contrataram-se dois empréstimos junto da DGTF. Um em março, no valor de 35 milhões de euros, tendente a aliviar os constrangimentos de tesouraria com que a empresa se defrontava; outro no valor de 100 milhões de euros, por forma a assegurar a amortização de um financiamento da Eurofima, com maturidade a 15 de novembro.

Adicionalmente, amortizou-se parcialmente o empréstimo de 73,14 milhões de euros, contratado com a DGTF em 2020, num total de 57,74 milhões de euros.

Os restantes empréstimos celebrados com a DGTF, cuja amortização estava prevista para 2022, foram objeto de prorrogação à semelhança do ocorrido nos anos transatos, para dezembro de 2023. A prorrogação operou-se como o competente Despacho Tutelar, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 174/2023-SET, de 9 de maio, e do Despacho do Senhor Ministro das Finanças n.º 130/2023-MF, de 6 de junho. No entanto, a dívida passa a vencer juros remuneratórios, à taxa de juro de cada contrato de financiamento. Os empréstimos em apreço fazem parte integrante da dívida histórica, pelo que, estão enquadrados na operação de saneamento financeiro da empresa, relativamente à qual a CP continua a aguardar decisão formal do Estado.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-dez-22	31-dez-21
Financiamentos obtidos		
Empréstimos por obrigações		
A mais de 5 anos	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(4 158 316)	(4 596 092)
Outros financiadores		
Até 1 ano	1 913 349 168	1 885 089 333
De 1 a 5 anos	1 000 000	52 000 000
A mais de 5 anos		
Total	2 110 190 852	2 132 493 241

Segue abaixo o detalhe das fontes de financiamento da CP que representam o total do capital em dívida dos financiamentos obtidos:

Detalhe por fontes de financiamento	31-dez-22	31-dez-21
Obrigacionistas	195 841 684	195 403 907
Eurofima	50 000 000	150 000 000
DGTF	1 864 349 168	1 787 089 333
Total	2 110 190 852	2 132 493 241

À data de 31 de dezembro de 2022, os pagamentos futuros do capital em dívida dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como se segue:

(valores em euros)

Descrição	2023	2024	2025	2026	2027 e seguintes	Total
Financiamentos obtidos						
Empréstimos por obrigações	-	-	-	-	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	-	-	-	-	(4 158 316)	(4 158 316)
Outros financiadores	1 913 349 168	1 000 000	-	-	-	1 914 349 168
Total	1 913 349 168	1 000 000	-	-	195 841 684	2 110 190 852

Outras Dívidas a Pagar (nota 27)

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Corrente		
Fornecedores de investimentos	173 020	3 456 217
Credores por subscrições não liberadas	42 246 370	40 195 026
Outros credores	2 388 857	3 902 268
Credores por acréscimo de gastos	130 240 537	123 569 947
Pessoal	120 271	39 662
Adiantamentos de clientes	56 640	55 028
Total	175 225 695	171 218 148

Esta rubrica apresenta um acréscimo de 4 milhões de euros, com um aumento de 6,7 milhões de euros no saldo de credores por acréscimo de gastos, justificado, essencialmente, pelo incremento nos valores especializados com a energia, (de uso geral e de tração) em cerca de 6,7 milhões de euros, e pelo incremento do acréscimo dos juros, em 2,7 milhões de euros e, contrariamente, uma diminuição nos valores acrescidos respeitantes aos serviços auxiliares e adicionais/REFER, em cerca de 2,2 milhões de euros.

No sentido inverso, para a redução do saldo dos fornecedores de investimento, em cerca de 3,3 milhões de euros, contribui a liquidação, no 1º trimestre de 2022, de faturação recebida e contabilizada, em dezembro de 2021, referente a investimentos diversos com equipamentos oficiais e de aplicação em material circulante.

O saldo de credores por subscrições não liberadas diz respeito ao capital subscrito e não realizado da participada *Eurofima* conforme já identificado na nota 13.

Fornecedores (nota 28)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-22	31-dez-21
Fornecedores c/c		
Gerais	7 600 022	33 664 196
Empresas subsidiárias	32 761	302 895
Empresas associadas	11 979	295 272
Outras partes relacionadas	6 966	206 769
Retenção de garantia	31 834	32 814
Facturas em receção e conferência	7 149 302	448 546
	14 832 864	34 950 492

A diminuição que se verifica na rubrica em cerca de 20,1 milhões de euros face ao ano transato é motivada essencialmente pelo efeito das faturas da energia para tração e taxa de utilização da infraestrutura da entidade IP datadas de 2021 e cujo pagamento ocorreu já no decorrer do ano de 2022, ao contrário do que aconteceu às faturas de 2022, as quais foram liquidadas no próprio ano.

Vendas e Serviços Prestados (nota 29)

As vendas e serviços prestados apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Vendas e Serviços prestados		
Vendas	-	2 055
Passageiros líquido de descontos e abatimentos em vendas	255 725 458	171 571 875
Manutenção e aluguer de material circulante	15 301 076	17 796 768
Outros Serviços	4 067 450	3 469 944
Total	275 093 984	192 840 642

Verificou-se um acréscimo de cerca de 82,3 milhões de euros em virtude de um aumento generalizado da procura no período pós pandémico.

A bilhética corrente cresceu 64 milhões de euros, impulsionada em grande medida pelo acréscimo da procura dos serviços de longo curso, que obtiveram uma melhoria de cerca de 46,7 milhões de euros.

A bilhética combinada e o PART também seguiram esta tendência com um acréscimo de cerca de 6 e 14,2 milhões de euros respetivamente.

Por seu turno, verificou-se uma ligeira redução dos rendimentos associados aos serviços de manutenção de material circulante (2,1 milhões de euros) e rotáveis (1 milhão de euros).

Subsídios à Exploração (nota 30)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos nos anos de 2022 e 2021:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021 Reexpresso
Subsídios diversos		
Contrato de serviço público	116 203 550	141 115 580
Comparticipação do exercício (adiantamento)	98 463 385	89 384 377
Apuramento da compensação final de 2020	17 740 165	51 731 203
Subsídios Shift2Rail	-	1 681
Total	116 203 550	141 117 261

O contrato de serviço público assinado em 28 de novembro de 2019 entre o Estado e a CP, foi visado pelo Tribunal de Contas no dia 26 de junho de 2021. Decorrente desta formalização, foram pagas à CP, em 2021 e 2022, as compensações financeiras acordadas antecipadamente com o Estado sem prejuízo de eventuais acertos futuros que venham a ser apurados e concertados entre as partes, tal como previsto no contrato, decorrentes da reconciliação das obrigações de serviço público da CP efetivamente prestadas e dos consequentes custos incorridos e das receitas cobradas.

Sobre estes acertos, de referir que em 2022 verificou-se o primeiro pagamento de acertos de compensação financeira relacionados com as obrigações de serviço público de 2020, facto que resultou na contabilização da operação de reexpressão pelo montante divulgado na RCM 162/2021, enquanto o remanescente foi registado como subsídio a exploração de 2022.

Ganhos/Perdas Imputados a Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos (nota 31)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Perdas		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(34 311)	-
Outros	(729)	-
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	1 981 807	1 640 675
Outros	208 798	799 113
Total	2 155 565	2 439 788

O aumento verificado nos ganhos imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, resulta sobretudo da melhoria dos resultados individuais das suas participadas, decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial à participação detida naquelas entidades, com a exceção da Nomad Tech.

Variação da Produção (nota 32)

	(valores em euros)	
	2022	2021
Inventários finais		
Produtos acabados e intermédios	4 621 214	3 826 472
Fabricos internos	680 371	698 786
Reparação de Rotáveis	3 940 843	3 127 686
Produtos e trabalhos em curso	3 460 092	2 577 525
Reclassificação e regularização de inventários		
Produtos acabados e intermédios	(418 308)	2 500 248
Fabricos internos	-	(52)
Reparação de Rotáveis	(418 308)	2 500 300
Inventários iniciais		
Produtos acabados e intermédios	3 826 472	3 935 106
Fabricos internos	698 786	698 291
Reparação de Rotáveis	3 127 686	3 236 815
Produtos e trabalhos em curso	2 577 525	793 346
	2 095 617	(824 703)

Esta rubrica apresenta uma variação de 2,9 milhões de euros, em resultado do aumento dos rotáveis em reparação e do trabalho em curso a decorrer nas intervenções de manutenção e reparação no material circulante.

Trabalhos para a Própria Entidade (nota 33)

A rubrica de trabalhos para a própria entidade regista os trabalhos realizados pela componente de manutenção no material circulante e é analisada como se segue:

	(valores em euros)	
Descrição	2022	2021
Ativos fixos tangíveis	12 992 032	13 316 590
Total	12 992 032	13 316 590

Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 34)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Mercadorias	(9 009)	(46 953)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(32 934 523)	(25 336 237)
Total	(32 943 532)	(25 383 190)

O incremento verificado no montante 7,6 milhões de euros acompanhou o aumento da atividade da empresa, conforme divulgado na rubrica das vendas e prestações de serviços (nota 29) e na variação nos inventários da produção (nota 32). Para esta subida contribuíram essencialmente o consumo de matérias-primas destinadas à manutenção e reparação com 4,5 milhões de euros e o consumo de combustível com 3,4 milhões de euros.

Fornecimentos e Serviços Externos (nota 35)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Subcontratos:		
Limpeza instalações	(2 181 565)	(1 362 828)
Limpeza material circulante	(3 498 267)	(2 937 242)
Serviços adicionais e auxiliares	(4 265 930)	(4 234 291)
Serviços restauração	(1 051 589)	(794 419)
Acordo CP/Renfe	-	(74 302)
Outros subcontratos	(9 321 808)	(8 541 527)
Serviços especializados:		
Conservação e reparação	(2 967 479)	(6 457 899)
Trabalhos especializados	(4 136 721)	(3 449 306)
Vigilância e segurança	(4 702 554)	(4 556 702)
Utilização material circulante	-	(47 146)
Outros serviços especializados	(1 579 145)	(1 103 424)
Materiais	(949 998)	(1 043 966)
Energia e fluidos:		
Electricidade	(47 667 010)	(21 738 551)
Combustíveis	(327 897)	(299 767)
Água	(170 221)	(278 389)
Outros:		
Deslocações, estadas e transportes	(885 486)	(708 352)
Cont ^o CP/ACE (EMEF/Siemens)	(5 638 870)	(4 906 545)
Taxa uso infraestrutura	(56 503 025)	(54 526 574)
Outras rendas e alugueres	(13 057 579)	(10 473 568)
Comunicação	(761 494)	(780 193)
Seguros	(569 396)	(584 577)
Outros serviços	(433 353)	(491 504)
Total	(160 669 387)	(129 391 072)

Em 2022, verificou-se um aumento na rubrica de fornecimentos e serviços externos no valor de 31,3 milhões de euros. Para este número contribui fundamentalmente o grande aumento nos gastos com a electricidade para a tração de cerca de 25,9 milhões de euros; também influi no mesmo sentido o acréscimo dos gastos com a taxa de utilização da infraestrutura (2 milhões de euros), com a limpeza de instalações e de material circulante (1,4 milhões de euros) e com as rendas e alugueres, nomeadamente, de veículos rodoviários (2,6 milhões de euros).

Em sentido contrário, verifica-se a diminuição dos gastos com a conservação e reparação por avaria de material circulante (1,8 milhões de euros) e dos edifícios e de outras instalações fixas (1,2 milhões de euros).

Gastos com Pessoal (nota 36)

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais	(467 607)	(513 968)
Remunerações do pessoal	(118 010 399)	(113 485 628)
Indemnizações	(234 577)	(7 536)
Encargos sobre remunerações	(26 419 056)	(25 437 893)
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	(3 341 488)	(3 368 387)
Gastos de acção social	(228 092)	(284 515)
Outros gastos com o pessoal	(2 538 060)	(2 674 593)
Total	(151 239 279)	(145 772 520)

O aumento nos gastos com pessoal que se verifica, de 6,9 milhões de euros, resulta essencialmente do aumento do número de trabalhadores, mas também de um acréscimo dos abonos variáveis, especialmente de trabalho suplementar, em resultado da diminuição das restrições decorrentes da pandemia e retoma gradual da atividade.

O quadro seguinte apresenta o detalhe dos trabalhadores do quadro permanente, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, por cargos de Direção/chefias superiores e categoria profissional:

Descrição	31-dez-22	31-dez-21
Órgãos sociais *	8	7
Directores/ chefias superiores	423	386
Quadros superiores	389	386
Quadros médios	34	-
Chefias intermédias	314	316
Profissionais altamente qualificados	2 932	2 996
Profissionais semi-qualificados	65	69
Profissionais não-qualificados	8	10
Total	3 750	3 784

* Inclui três elementos pertencentes ao Conselho Fiscal

Imparidades de Investimento Não Depreciáveis/ Amortizáveis (nota 37)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Reversões		
Ativos não correntes detidos para venda	260 972	1 462 230
Total	260 972	1 462 230

Em 2022 regista-se uma reversão das imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis de cerca de 261 mil de euros, que resulta essencialmente da recuperação de material circulante que se encontrava inoperacional e a sua reafecção ao serviço de transporte de passageiros.

Descrição	(valores em euros)				
	saldo inicial	adições	reversões	transferências	saldo final
Edifícios e outras construções	3 897	-	-	-	3 897
Equipamento básico	2 726 409	-	(260 972)	-	2 465 437
Total	2 730 306	-	(260 972)	-	2 469 334

Aumentos/Reduções de Justo Valor (nota 38)

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Ganhos		
Investimentos financeiros	-	2 965
Total	-	2 965

Em 2021 foi registada nas contas a valorização do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), considerando as unidades de participação detidas e respetiva valorização em 31/12/2021.

Outros Rendimentos (nota 39)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Rendimentos suplementares	8 625 129	4 482 708
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 930	1 843
Ganhos em inventários	45 350	131 022
Restantes ativos financeiros	2 319 184	1 161 548
Investimentos não financeiros	2 957	164 480
Outros	19 518 474	18 100 139
Total	30 513 024	24 041 740

Verificou-se um incremento de cerca de 6,5 milhões de euros face ao ano 2021 para o qual contribuíram essencialmente as seguintes variações:

- Aumento da rubrica Rendimentos suplementares em 4,1 milhões de euros maioritariamente justificada pela faturação à Infraestruturas de Portugal pelo custo suportado com transbordo rodoviário em 3,1 milhões de euros, ao abrigo do protocolo que regula os procedimentos de condicionamento da circulação ferroviária por intervenções efetuadas na via, e pelo incremento de 0,9 milhões de euros relativos à venda de cartões para assinaturas e passes;
- Aumento da rubrica Restantes ativos financeiros resultante da evolução cambial associada à avaliação da participação da Eurofima que representou cerca de 1,2 milhões de euros;
- A rubrica Outros contribuiu com uma variação positiva relevante de cerca de 1,4 milhões de euros, maioritariamente devido às regularizações dos passes navegante, "PART".

Outros Gastos (nota 40)

A rubrica de outros gastos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Impostos	(210 960)	(315 649)
Dívidas Incobráveis	(143 385)	(77)
Perdas em inventários	(230 044)	(85 380)
Investimentos não financeiros	(615 282)	(1 441 741)
Outros	(8 458 695)	(5 372 024)
Total	(9 658 366)	(7 214 871)

Para a aumento registado de cerca de 2,4 milhões de euros contribuíram fundamentalmente o aumento da rubrica outros, nomeadamente pela avaliação cambial da participação da Eurofima que representou cerca de 1,5 milhões de euros, multa e penalidades contratuais (617 mil euros) e aumento dos gastos associados aos canais digitais (482 mil euros).

Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 41)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	(54 962 950)	(56 305 053)
Ativos intangíveis	(333 251)	(81 406)
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	185 276	1 906
Total	(55 110 925)	(56 384 553)

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas e detalhe apresentado na nota 4. Anualmente as vidas úteis esperadas dos bens são revistas, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade.

Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 42)

A rubrica de imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	342 412	814 485
Total	342 412	814 485

O valor registado em 2022 diz respeito à reversão de perdas de imparidade de material circulante (locomotivas).

Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 43)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Juros obtidos	14 375	9 078
Total	14 375	9 078

Nesta rubrica, são registados essencialmente os rendimentos relacionados com os juros dos empréstimos concedidos a empresas participadas.

Juros e Gastos Similares Suportados (nota 44)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Juros suportados	(17 790 954)	(21 260 018)
Outros gastos e perdas	(1 100 694)	(1 505 908)
Total	(18 891 648)	(22 765 926)

Os gastos com juros e encargos financeiros suportados pela CP no decorrer do ano de 2022 sofreram um decréscimo de 3,9 milhões de euros em comparação com o período homólogo, consequência fundamentalmente da redução nos últimos anos do passivo remunerado da empresa.

Garantias e Avals (nota 45)

Garantias e avals prestados pela CP a terceiros, empresas do grupo e associadas:

	(valores em euros)
Empresa	Valor
Garantia prestada pela CP a Fernave	3 357
Garantias prestadas pela CP a terceiros	3 067 409

Acontecimentos Relevantes Após a Data de Balanço (nota 46)

De referir os seguintes acontecimentos:

- Não temos conhecimento de qualquer situação que em resultado do cenário pandémico e/ou de conflito armado devesse ser refletida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, não se colocando em causa o pressuposto da continuidade das operações.

Proposta de Aplicação de Resultados (nota 47)

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os Resultados Líquidos do ano, lucro de 9 180 924 euros, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Relatório e Contas 2022

15

RELATÓRIO DE AUDITORIA





RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 518.964.212 euros e um total de capital próprio negativo de 1.794.885.292 euros, incluindo um resultado líquido de 9.180.924 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

A Entidade tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos de montante significativo, (nomeadamente o resultado líquido dos anos findos entre 31 de dezembro de 2016 e 2021, cujos Relatórios e Contas não foram ainda aprovados pela Tutela Sectorial e Financeira, conforme divulgado na nota 1 do anexo). Apesar de, em 2022, a Entidade ter apresentado um resultado líquido positivo, em 31 de dezembro de 2022, ainda continua a apresentar um total de capital próprio negativo de 1.794.885.292 euros.

Tratando-se de uma Entidade que presta um serviço público e considerando os resultados líquidos negativos acumulados, o financiamento da sua atividade continua a depender do suporte financeiro do Estado Português.

Conforme divulgado na nota 2 do anexo, a CP – Comboios de Portugal, E.P.E reexpressou os saldos de 2021, decorrente do acerto da compensação pelas obrigações do serviço público prestado relativo ao ano de 2020. Este valor ainda não tinha sido reconhecido nas demonstrações financeiras, uma vez que havia muitas incertezas quanto às premissas subjacentes ao seu cálculo e incertezas quanto ao momento em que o reconhecimento desta compensação se tornaria efetivo. Só no decorrer de 2022, é que foi conhecido o valor final tendo, por isso, sido contabilizado com efeitos retrospectivos.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Outras matérias

De acordo com a Lei 99-A/2021, de 31 de dezembro, a partir de 1 de janeiro de 2022, a CP – Comboios de Portugal, E.P.E. deixou de ser classificada como uma Entidade de Interesse Público, deixando de ser obrigatório a divulgação da informação adicional prevista no artº10 do Regulamento (EU) nº537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e consequentemente o relatório de auditoria de 31 de dezembro de 2022 foi adaptado em conformidade.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.



Lisboa, 14 de julho de 2023

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:

Maria Filomena Neves Marques

Maria Filomena Neves Marques, ROC nº 1201
Registada na CMVM com o nº 20160812



16

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da *CP – Comboios de Portugal, E.P.E.* (a Entidade ou CP), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 518.964.212 euros e um total de capital próprio negativo de 1.794.885.292 euros, incluindo um resultado líquido de 9.180.924 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da *CP – Comboios de Portugal, E.P.E.* em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

1. As operações da CP têm vindo a gerar prejuízos consecutivos, com exceção do resultado líquido positivo obtido no presente exercício, o que conduziu a um passivo substancialmente superior ao total do ativo e à necessidade de o Estado Português assegurar o financiamento indispensável à prossecução da atividade. Dado estarmos perante uma Entidade Pública Empresarial (EPE) com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte ferroviário de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade da sua atividade, embora a CP se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro.
2. Conforme divulgado na nota 1 do anexo, as demonstrações financeiras da Entidade relativas aos exercícios de 2016 a 2021 não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas tutelas financeira e setorial.
3. Tal como indicado na nota 2 do anexo, a Entidade procedeu à reexpressão retrospectiva das transações e saldos relacionados com o acerto da compensação pelas obrigações de serviço público prestado em 2020, em consequência da revisão do momento em que o reconhecimento desta compensação se tornou indiscutível. A fundamentação para a alteração do procedimento adotado no passado só foi aferida e consolidada após conclusão do processo de apuramento desta compensação no final de 2022, pelos motivos indicados na referida nota.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.



AC

Outras matérias

Desde 1 de janeiro de 2022 que, de acordo com a Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro, que revogou a alínea l) do art.º 3.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, a CP deixou de ser classificada como uma entidade de interesse público, tendo cessado assim a obrigatoriedade de divulgação da informação adicional prevista no art.º 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, razão pela qual, na presente Certificação Legal das Contas, foram suprimidas as secções relativas às “Matérias relevantes de auditoria” e ao “Relato sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014”, que figuravam na Certificação Legal das Contas referente ao exercício de 2021.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

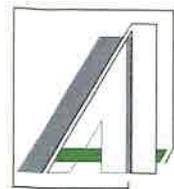
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

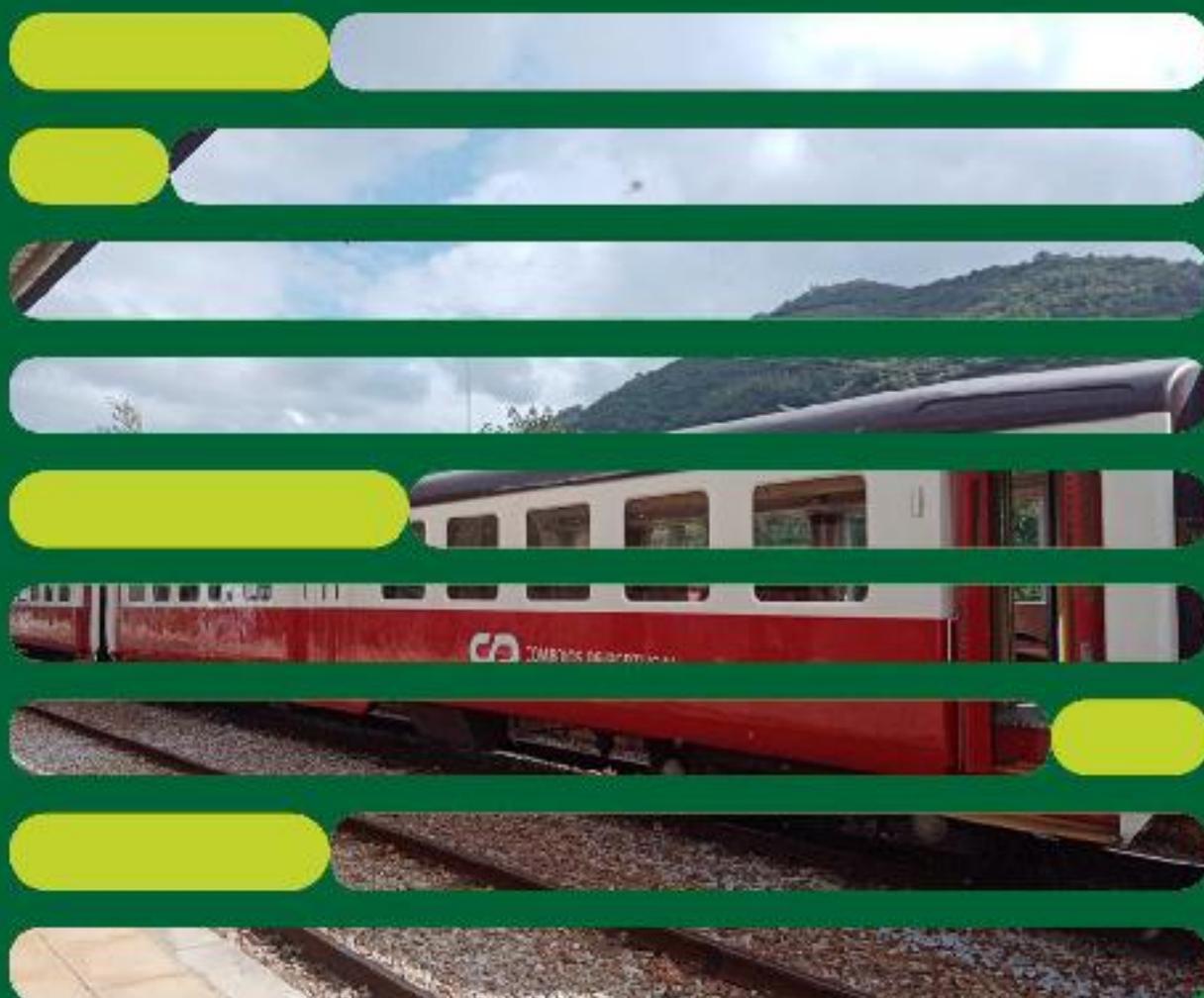
Lisboa, 14 de julho de 2023

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha
ROC n.º 585 registado na CMVM com o n.º 20160240

Relatório e Contas 2022

17

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
CONTAS INDIVIDUAIS 2022 DA CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente da alínea d) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., doravante designada abreviadamente como CP¹, e dos artigos 420.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais² (CSC), cabe ao Conselho Fiscal (CF) apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir pareceres sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras individuais e a proposta de aplicação de resultados da empresa, documentos referentes à prestação de contas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2022, atentas a Certificação Legal das Contas (CLC) emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC). Acresce ainda as conclusões contidas no Relatório de Auditoria do Auditor Externo sobre as demonstrações financeiras desse ano³, as quais são consistentes com as conclusões da revisão legal efetuada às contas da CP.

Em conformidade com as orientações do acionista Estado, nomeadamente as constantes no ofício circular SAI_DGTF/2023/630, de 10/02/2023⁴ da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), compete igualmente ao CF a aferição do cumprimento das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado (SEE), designadamente as relativas às remunerações vigentes em 2022, bem como a aferição do cumprimento da apresentação do Relatório anual de Boas Práticas do Governo Societário, do qual deve constar informação atual e completa sobre aquelas matérias, conforme previsto no n.º 1 do artigo 54.º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro⁵, doravante designado abreviadamente como RJSPE.

Assinale-se, a título enquadrador e informativo no âmbito do presente parecer, que:

- A CP é uma empresa pública, que se rege pelos seus Estatutos e pelo RJSPE;
- O Contrato de Serviço Público assinado em 28/11/2019, entre o Estado e a CP, produziu efeitos com o visto do Tribunal de Contas em 26/06/2020, o que permitiu que se iniciasse o pagamento das compensações financeiras previstas;
- De acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 174-B/2019, de 26 de dezembro, a 1 de janeiro de 2020 concretizou-se a fusão por incorporação da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (EMEF) na CP;

¹ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados e republicados pelos Decretos-Leis n.º 59/2012, de 14 de março, n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro e 174-B/2019 de 26 de dezembro.

² De acordo com o n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os órgãos de administração e fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do previsto em especial no referido regime jurídico.

³ Emitido nos termos previstos do n.º 2 do artigo 45º do RJSPE.

⁴ Referente às instruções sobre o processo de prestação de contas de 2022.

⁵ Na sua redação atual.

CONSELHO FISCAL

- O Estado tem mantido o apoio à empresa, nomeadamente no que respeita ao suporte financeiro necessário com vista a assegurar o serviço da dívida através da concessão de empréstimos;
- O relatório de gestão e as demonstrações financeiras da CP, aprovados pelo Conselho de Administração em 13/07/2023, foram elaborados em conformidade com os artigos 65.º, 66.º, 66.ºA e 66.º B, do CSC e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme regime de exceção obtido junto do Tribunal de contas, de acordo com o previsto no n.º 7 da sua Resolução n.º 2/2021, de 24 de dezembro;
- Cabe referir, como ponto prévio, que, para efeito da aferição do cumprimento das orientações legais vigentes para o SEE, a empresa teve em consideração a informação financeira referente a anos anteriores, designadamente, de 2016 a 2021, cujas contas ainda aguardam aprovação pela tutela. Importa destacar que esta situação foi evidenciada quer nas ênfases na CLC, quer pelo auditor externo no seu relatório de auditoria;
- As participações financeiras noutras empresas encontram-se reconhecidas nas demonstrações financeiras apresentadas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), sempre que existe controlo ou influência significativa sobre as empresas participadas pela CP, enquanto que as restantes participações são reconhecidas ao custo de aquisição menos as perdas de imparidade determinada pela empresa, dado não ser possível obter, de forma fiável, o seu justo valor;
- Nos termos dos Regulamentos da União Europeia, no âmbito da segunda notificação de 2014⁶ relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos e da revisão do Sistema Europeu de Contas e Regionais⁷, a CP foi reclassificada, passando a integrar, desde 2015, o perímetro das Administrações Públicas para efeitos de Contas Nacionais;

2. SÍNTESE DA AÇÃO DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL

Durante o ano de 2022, o Conselho Fiscal efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas funções, designadamente:

- i) Participação em reuniões com membros do Conselho de Administração por forma a acompanhar o desempenho da empresa;
- ii) Reuniões com a área financeira da CP;
- iii) Reuniões com a Secretária-Geral;
- iv) Realização de reunião com o ROC;
- v) Realização de reunião com os Auditores Externos;

⁶ Emitida em setembro de 2014.

⁷ SEC 2010.

CONSELHO FISCAL

- vi) Elaboração dos pareceres sobre os relatórios e contas individuais e consolidadas referentes a 2021;
- vii) Elaboração de parecer relativo ao 3.º trimestre de 2021;
- viii) Elaboração do parecer relativo ao 1º trimestre de 2022;
- ix) Emissão de parecer sobre a obtenção de financiamento junto da DGTF;
- x) Elaboração de outros relatórios e pareceres solicitados pelo Conselho de Administração, nomeadamente sobre o arrendamento e cedências de imóveis do domínio público ferroviário.

3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA CP

A CP é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita, conforme os respetivos estatutos, ao RJSPE, à tutela sectorial e financeira, a cargo respetivamente do Ministério das Infraestruturas e do Ministério das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.

A empresa está sujeita a obrigações de serviço público e tem por finalidade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram, ou venham a integrar, a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

A empresa está sujeita às obrigações de serviço público previsto no contrato assinado entre o Estado e a CP, em 2019, por um período de 10 anos, renovável por 5 anos, o qual obteve visto do Tribunal de Contas em 26.06.2020.

Com a fusão da EMEF na CP, a atividade de manutenção de material circulante ferroviário foi internalizada, tendo como objetivo principal garantir a fiabilidade do referido material, enquanto operador de transporte, mas também cumprir os contratos estabelecidos com entidades terceiras.

Em 2022, a CP transportou cerca de 148,1 milhões de passageiros, o que representou um acréscimo de 49,5% face a 2021, em virtude do levantamento das restrições à mobilidade, sendo a recuperação transversal a todos os serviços, com destaque para o serviço de longo curso (+74,8%) e os serviços urbanos do Porto e de Lisboa com um aumento de 49,7% e 47,9%, respetivamente.

Na análise da medida passageiros-quilómetro verificou-se a mesma tendência de subida, entre os 78,5% do longo curso, 53,1% nos serviços urbanos do Porto e 49,2% nos serviços urbanos de Lisboa.

CONSELHO FISCAL

Neste contexto, importa destacar o aumento dos proveitos de tráfego de cerca de 84,2 milhões de euros face ao exercício anterior, situando-se nos 255,7 milhões de euros, ficando, no entanto, ainda aquém em cerca de 7% em relação a 2019.

Ao nível dos Recursos Humanos, a CP terminou o ano de 2022 com um total de 3.750 trabalhadores⁸, representando uma diminuição de 34 trabalhadores, em que ocorreram 86 entradas (cfr. RCM n.º 110/2019; Despachos n.º 80/2020, n.º 82/2020, n.º 603/2020-SET, n.º 133/2021-SET e n.º 911/2021)⁹ e 120 saídas, essencialmente por reforma (54) e denúncia pelo trabalhador (47).

A CP realizou investimentos de 27,7 milhões de euros, dos quais cerca de 79% respeitaram à aquisição (18%) e modernização (61%) do material circulante.

4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

As demonstrações financeiras anexas ao Relatório e Contas da CP, compreendem os seguintes elementos:

- i) o balanço individual que, em 31 de dezembro de 2022, evidencia um total do ativo de cerca de 519 milhões de euros, um total de capital próprio negativo de cerca de 1.794,9 milhões de euros, incluindo um resultado líquido positivo de cerca de 9,2 milhões de euros e um passivo de cerca de 2.313,8 milhões de euros;
- ii) a demonstração individual dos resultados por naturezas e funções que evidenciam um resultado operacional positivo de cerca de 28,6 milhões de euros;
- iii) a demonstração das alterações no capital próprio que demonstra uma alteração positiva de cerca de 5,5 milhões de euros;
- vi) a demonstração individual dos fluxos de caixa que assinala um saldo final de 48,4 milhões de euros (uma variação positiva de cerca de 31,3 milhões de euros, relativamente ao início do período) e, ainda,
- v) o Anexo às demonstrações financeiras que contém as principais políticas contabilísticas aplicadas, salientando-se, relativamente aos valores comparativos de 2021, o indicado na nota 2, referente à reexpressão retrospectiva das transações e saldos¹⁰, situação evidenciada em ênfase da CLC.

Da análise das demonstrações financeiras e tendo por base os valores comparativos de 2021, reexpressos, e, pela sua materialidade, entendemos de destacar os seguintes aspetos face ao impacto económico-financeiro dos mesmos na situação financeira e patrimonial da empresa:

⁸ Correspondente aos trabalhadores a cargo da CP, efetivo à qual a empresa paga.

⁹ Segundo informação prestada pela empresa, não surgem evidenciadas no quadro as convolações de contratos de trabalho a termo certo para contratos de trabalho sem termo, com efeitos a 01.02.2022, decorrentes da autorização conferida pelo Despacho n.º 105/2022-SET (para a contratação de até 10 contratos de trabalho sem termo), uma vez que, na prática, os efetivos já estavam a cargo da CP no final do exercício anterior.

¹⁰ Assegurados os requisitos de divulgação no Relatório e Contas de 2022 é matéria, igualmente, a ponderar no âmbito do processo pendente de aprovação das contas de 2021.

CONSELHO FISCAL

- Em termos da estrutura financeira refletida no balanço, constata-se que, embora a mesma se tenha mantido em valores semelhantes aos verificados no ano transato, a empresa apresenta uma evolução positiva, de 2021 para 2022, decorrente da redução do passivo, em cerca de 41,1 milhões de euros, e da obtenção de resultados positivos com reflexo na variação positiva do capital próprio, em cerca de 5,5 milhões de euros que superam a redução do ativo, em cerca de 35,6 milhões de euros;
- No que diz respeito ao ativo, destacam-se a diminuição dos Ativos fixos tangíveis, em cerca de 30,1 milhões de euros, em virtude de as depreciações destes ativos não terem sido compensadas com a realização de novos investimentos e, ainda, a diminuição do saldo de outros créditos a receber, no montante de cerca de 44,8 milhões de euros devido, essencialmente, ao decréscimo da rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos, decorrente da operação de reexpressão efetuada, em 2021, conforme divulgado na nota 18 do anexo às demonstrações financeiras. Sendo, ainda, de assinalar, pela positiva, a variação do saldo de caixa e depósitos bancários, em cerca de 31,3 milhões de euros;
- Ao nível do Passivo, há a registar a diminuição do saldo de fornecedores e outras dívidas a pagar, em cerca de 16,1 milhões de euros, em particular da dívida à Infraestruturas de Portugal, SA (IP), sendo ainda de assinalar a diminuição do saldo de financiamento obtidos, em cerca de 22,3 milhões de euros que resulta essencialmente da amortização da dívida junto da Eurofima, no valor de capital de 100 milhões de euros, associado aos movimentos registados na dívida detida junto do Estado, através da DGTF, conforme assinalado na nota 26 do anexo às demonstrações financeiras;
- Ainda relativamente ao balanço, assinala-se a variação registada no capital próprio, essencialmente resultante da transferência para resultados transitados do resultado líquido reexpresso de 2021;
- Ao nível da exploração económica constatou-se, igualmente, uma evolução positiva dos resultados líquidos do exercício, que passaram de -13,8 milhões de euros, em 2021, para cerca de 9,2 milhões de euros em 2022;
- Para esta variação contribui fundamentalmente a melhoria verificada no resultado operacional, destacando-se o incremento dos rendimentos provenientes de vendas e serviços prestados de transporte de passageiros, em cerca de 84,5 milhões de euros, associado à acentuada recuperação da procura, ainda que, se registem, igualmente, acréscimos nos gastos, em particular, na rúbrica de FSE, em cerca de 31,3 milhões de euros, destacando-se o acréscimo de gastos associados à eletricidade para a tração;
- Assinala-se, ainda, o aumento dos gastos com pessoal (sem indemnizações), em cerca de 5,2 milhões de euros, justificado, essencialmente, pela revisão do “Acordo de Empresa”, que, e conforme divulgado no Relatório e Contas, veio a proceder à

CONSELHO FISCAL

atualização salarial em 0,9% com efeitos retroativos a janeiro de 2022¹¹, para todos os trabalhadores que manifestaram intenção de aderir ao mesmo;

- Em termos do resultado operacional, assinala-se, também, o registo da diminuição dos *subsídios à exploração*, relativos às compensações pelas obrigações de serviço público, em cerca de 24,9 milhões de euros, ainda que tal seja o reflexo do reconhecimento, em 2021 (reexpressão), dos montantes que resultaram da RCM n.º 162/2021 que aprovou os valores finais do acerto ao Contrato de Serviço Público respeitante ao ano de 2020, no valor de cerca 51,7 milhões de euros, obtidos em 2022¹², conforme divulgado na nota 30 no anexo às demonstrações financeiras;

O Resultado Operacional das Atividades de Transporte de Passageiros e Manutenção (EBITDA) foi em 2022 de 85,3 milhões de euros, que representa um acréscimo de cerca de 19,5 milhões de euros, relativamente aos valores (reexpressos) de 2021;

- Em termos do resultado financeiro, o mesmo ascendeu em 2022 a cerca de -18,9 milhões de euros, constatando-se uma melhoria, em cerca de 3,9 milhões de euros, essencialmente, pelo efeito da redução da dívida remunerada;
- A dívida remunerada da CP, a 31 de dezembro de 2022, ascendia a cerca de 2.110 milhões de euros, que se traduz numa redução de cerca de 22,3 milhões de euros relativamente ao registado no final de 2021;
- A dívida encontra-se concentrada em empréstimos do Estado, concedidos através da DGTF (cerca de 88%) com uma maturidade reduzida;
- Em 2022, foram contratados junto da DGTF mais dois empréstimos, nos montantes de 35 milhões de euros, para fazer face a constrangimentos de tesouraria, e de 100 milhões de euros para assegurar a amortização de um empréstimo da EUROFIMA, tendo a CP procedido, igualmente, à amortização parcial do empréstimo concedido, em 2020, no valor de cerca de 57,74 milhões de euros;
- É ainda de assinalar que, durante o ano de 2022, não se registaram desenvolvimentos no que respeita ao processo do saneamento financeiro da dívida;
- Assim, constata-se que, durante o ano de 2022, apesar de a estrutura financeira e patrimonial da CP continuar a registar desequilíbrios significativos, que dificultam na integração da empresa num mercado de organização da rede ferroviária de acesso livre,

¹¹ Na sequência de esclarecimentos solicitados à empresa, tendo em conta o disposto no n.º 1 do artigo 135.º do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto (DLEO/2022), que sujeitava a aprovação dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) ao abrigo e nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual, veio aquela informar que tal revisão e atualização decorreu da autorização conferida pelo Despacho n.º 1268/2021-SET, de 30 de dezembro, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, que previa que, nas situações em que não fosse aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 109-A/2021, de 7 de dezembro, nomeadamente naquelas em que o IRCT em vigor não dispusesse sobre atualizações salariais ou sobre quaisquer mecanismo automático de atualização salarial, pudessem ser desencadeadas as devidas diligências para permitir a atualização salarial dos seus trabalhadores em 2022, no quadro da contratação coletiva, utilizando os mesmos referenciais de atualização previstos naquele diploma, incluindo a data de produção de efeitos a 1 de janeiro de 2022.

¹² Durante o ano de 2022, foram transferidos para a CP cerca de 178,9 milhões de euros: i) compensação pelas obrigações de serviço público, para o ano de 2022, no valor de 104 371 188 euros (incluindo iva); ii) acerto das compensações, relativo às obrigações de serviço público prestadas em 2020, no valor de 54 835 076 euros (incluindo iva); e, iii) reequilíbrio do contrato, no valor de 17 740 165 euros; para além das iv) participações dos passes 4-18 e Sub23, no valor de 1 979 426 euros.

CONSELHO FISCAL

decorrente do Decreto-Lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro, verifica-se uma melhoria significativa da exploração económica que permitiu alcançar um resultado líquido positivo.

5. ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE E CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS VIGENTES PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

No âmbito das competências que lhe estão cometidas e tendo como referência o já acima mencionado ofício circular SAI_DGTF/2023/630, de 10 de fevereiro, cabe ao CF aferir do cumprimento pela empresa das orientações legais vigentes para o SEE, designadamente o cumprimento das orientações relativas às remunerações vigentes em 2022, bem como da exigência constante no n.º 1 do artigo 54.º do RJSPE, que determina a obrigatoriedade da apresentação de um Relatório anual de Boas Práticas de Governo Societário, o qual deverá conter informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo referido regime jurídico aplicável ao SEE.

Relatório de Gestão

Em conformidade com o previsto nos artigos 65.º, 66.º, 66.º-A e 66.º-B do CSC, o Relatório de Gestão da CP traduz a observância daquelas disposições e de outras matérias legalmente em vigor, cumprindo, na generalidade, com as orientações aplicáveis ao SEE, nomeadamente as decorrentes do RJSPE.

Relatório sobre informação não financeira prevista no artigo 66º-B do CSC

No que se refere, em particular, à obrigatoriedade de divulgação de informações não financeiras e de informação sobre a diversidade de certas grandes empresas e grupos, introduzida no ordenamento jurídico nacional pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 27 de junho, ao abrigo do qual foram alterados, para o efeito, o CVM e o CSC, o CA da CP optou por inserir no Relatório do Governo Societário um capítulo sobre esta matéria, sem prejuízo da apresentação autónoma de um relatório, o qual será publicado no seu *site* da internet no prazo legal, dando, assim, cumprimento ao previsto na al. b) do n.º 9 do referido artigo 66º-B do CSC.

Relatório de Governo Societário

Em cumprimento do previsto do n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE, a CP apresentou o Relatório autónomo de Boas Práticas de Governo Societário referente ao exercício em análise, o qual obedece, na generalidade, à estrutura previamente definida e publicitada pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), para o ano de 2022.

Nestes termos, e em cumprimento do n.º 5 do artigo 420.º do CSC, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui informação sobre as matérias reguladas no Capítulo II do RJSPE e os elementos exigíveis à entidade nos termos das demais disposições legais em vigor, incluindo as orientações aplicáveis, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, salientando-se ainda que sempre que não são aplicáveis

CONSELHO FISCAL

alguns dos princípios recomendatórios são fundamentadas as razões da respetiva inaplicabilidade.

Orientações legais vigentes para o SEE

No âmbito da avaliação do cumprimento do quadro normativo aplicável à CP e das orientações transmitidas pelo detentor do capital estatutário, através do já supra referido ofício circular SAI_DGTF/2023/630, de 10/02/2023, em observância com o artigo 420.º do CSC, e para além das matérias acima indicadas sobre o Relatório de Gestão, importa destacar o seguinte:

a) Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

- Em 2022, não foram fixados objetivos de gestão para o exercício, sendo a atividade da empresa norteada pelo PAO 2022-2024, aprovado pelas respetivas tutelas em julho de 2022.
- Em conformidade com as orientações vigentes, a empresa apresenta, num capítulo autónomo, a informação relativa à execução do PAO 2022, designadamente quanto aos objetivos operacionais, ao EBITDA, aos gastos com pessoal, à evolução do indicador relativo ao peso dos gastos operacionais no volume de negócio, aos respetivos resultados de performance, ao investimento e ainda ao limite de endividamento ajustado, justificando, na generalidade, os desvios observados.
- Integrando a CP o perímetro das Administrações Públicas, a empresa apresenta, nos termos legalmente exigidos, informação detalhada sobre o grau de execução orçamental, tanto ao nível da receita como da despesa, referindo, em cada caso, os desvios mais importantes verificados e respetivas justificações.

b) Gestão do risco financeiro

- No que se refere à gestão do risco financeiro, e em conformidade com o disposto no Despacho n.º 101/2009 – SETF, de 30 de janeiro, salienta-se que a atividade da CP encontra-se exposta ao risco de liquidez e ao risco de taxa de juro. Quanto ao primeiro, este risco encontra-se mitigado, em certa medida, pelo facto de a CP ser uma empresa pública detida 100% pelo Estado.

No que se refere ao risco de taxa de juro, destaca-se, desde já, que a empresa não procedeu em 2022 à contratualização de nenhum instrumento financeiro de cobertura de taxa de juro, nem detém qualquer instrumento desta natureza em carteira com referência a 31 de dezembro de 2022.

A taxa média de financiamento teve um ligeiro aumento de 0,7p.p. em virtude do acréscimo do peso relativo na estrutura da dívida remunerada dos empréstimos com taxa fixa.

c) Limite de crescimento do endividamento

- Em termos de endividamento, o valor ajustado, apurado nos termos da fórmula prevista no n.º 4 do artigo 145º do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto (DLEO/2022), isto

CONSELHO FISCAL

é, tendo em consideração o financiamento remunerado, os aumentos de capital realizados pelo Estado e excluindo os novos investimentos com expressão material¹³, verifica-se uma variação de -0,37%, cumprindo, assim, o limite de 2% previsto no n.º 1 do artigo 53º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2022 (LOE/2022).

d) Prazo Médio de Pagamentos e Pagamentos em Atraso

- Conforme consta do capítulo “Cumprimento das Obrigações Legais” do Relatório e Contas, a CP não identifica pagamentos em atraso (“arrears”)¹⁴ no final de 2022 por motivos imputáveis à empresa.

De acordo com os dados divulgados pela empresa, em 2022 o prazo médio de pagamentos¹⁵ verificado no final do 4º trimestre de 2022 foi de 23 dias, verificando-se um decréscimo de 37 dias face ao registado em igual período de 2021.

e) Recomendações aquando da última aprovação de contas

- Conforme referido anteriormente, as contas relativas aos exercícios de 2016 a 2021, não foram ainda objeto de aprovação por parte do titular da função acionista, pelo que não houve qualquer recomendação a observar em 2022.

f) Remunerações

- A CP demonstra o cumprimento das disposições sobre reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho (para os gestores públicos e equiparados).
- Sublinha-se ainda que, em 2022, a empresa manteve o procedimento de não atribuir prémios de gestão, cumprindo o que se encontrava legalmente previsto sobre esta matéria.
- Ainda no âmbito da divulgação do cumprimento das orientações legais nos termos previstos do citado ofício circular SAI_DGTF/2023/630, de 10/02/2023, e no que se refere às obrigações de divulgação de informação no sítio da internet e no sítio do SEE, designadamente no que concerne à elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres¹⁶ e do relatório anual sobre a prevenção da corrupção, conforme disposto no n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE, importa sublinhar que a CP deu cumprimento às referidas obrigações de divulgação.

g) Estatuto do Gestor Público

Tanto quanto é do conhecimento do CF, a CP deu cumprimento ao disposto no Estatuto do Gestor Público (EGP), no que concerne à não permissão de reembolso de despesas de representação pessoal, à não permissão de utilização de meios de pagamento para a

¹³ Os que não figuram no plano de investimento do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 10 milhões de euros ou a 10% do orçamento anual da empresa (cf. n.º 2 do artigo 145º do DLEO 2022).

¹⁴ Nos termos previstos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.

¹⁵ Nos termos previstos da RCM n.º 34/2008, de 14 de fevereiro.

¹⁶ Nos termos previstos no n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 5 de março, as empresas do SEE devem promover, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

CONSELHO FISCAL

realização de despesas ao serviço da empresa, ao limite de gastos com comunicações, bem como ao valor máximo estabelecido para combustível e portagens afetos às viaturas de serviço, não tendo sido, conforme consta do relatório, realizadas, tanto pela empresa como pelos seus gestores, quaisquer despesas confidenciais ou não documentadas.

h) Contratação Pública e Sistema Nacional de Compras Públicas

- A CP, no âmbito dos procedimentos da contratação pública, rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, sendo considerada entidade adjudicante do setor especial dos transportes. Nessa medida, utiliza as figuras de concursos públicos e limitados, por prévia qualificação ou a consulta a diversas entidades.

Conforme expresso no Relatório e Contas, nos procedimentos de contratação de bens e serviços e de empreitadas cujo objeto esteja direta e principalmente relacionado com a atividade de transporte de passageiros, mas de valor inferior aos limiares comunitários, e nos procedimentos que não dizem respeito à atividade de transporte da CP, aplica-se o Normativo de Contratação aprovado pelo Conselho de Administração, em 8 de julho de 2020, com a redação aprovada em 24 de março de 2021, e do qual figura em anexo um Regulamento pré contratual.

- Em 2022, a empresa não submeteu a fiscalização prévia do Tribunal de Contas quaisquer contratos porque não ultrapassaram o montante global acumulado de 5.000.000€ ou, sendo superiores a esse montante, considerou não estarem sujeitos ou estarem isentos do visto prévio.
- A CP aderiu de forma voluntária ao Sistema Nacional de Compras Públicas em 2010, pelo que, caso a caso, verifica as vantagens em utilizar os Acordos-Quadro subscritos pela ESPAP, IP, em comparação com os valores contratuais obtidos diretamente pela empresa, assim como a sua adequação às especificidades técnicas das suas necessidades.

Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

i) Parque de Veículos do Estado

- A CP reduziu o seu parque automóvel face a 2021, de 111 para 105 viaturas (-6), registando-se, igualmente, um ligeiro decréscimo dos gastos associados à frota automóvel.

j) Estrutura de Gastos Operacionais

- O Rácio dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios, tendo por base os valores executados de 2022 e os reexpressos de 2021, e considerando os impactos estimados pela CP, quer em matéria de gastos, quer de receita por fatores excecionais, sofreu um acréscimo de 6 pp;



CONSELHO FISCAL

- Destaque-se, ainda, o crescimento dos gastos com pessoal, corrigidos dos encargos relativos aos órgãos sociais, decorrentes das indemnizações por rescisão e das valorizações remuneratórias obrigatórias, de cerca de + 3%;
- O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo alojamento, frota automóvel e contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria sofreu, igualmente, um acréscimo face a 2021 (reexpresso), em cerca de 557,8 mil euros (+ 7%), sendo de destacar o acréscimo dos gastos com deslocações e alojamento.

k) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)

- No que se refere ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, a CP tem requerido anualmente a dispensa, considerando que as especificidades das suas atividades exigem a manutenção de algumas contas bancárias e serviços bancários disponibilizados pela banca comercial.
- Assim e na sequência de pedido formulado para o efeito, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP), por Despacho interno de 5 de abril de 2022, dispensou a CP do cumprimento da UTE, para os anos de 2022 e 2023, somente quanto aos serviços ali identificados¹⁷.

6. PARECER

De acordo com o que precede e tendo em consideração a Certificação Legal das Contas decorrente do exame realizado pela Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., e o Relatório do Auditor Externo, Pinto Ribeiro, Lopes Rigueira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., o Conselho Fiscal analisou as demonstrações financeiras individuais, preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, tendo concluído que tais elementos transmitem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da CP, à data de 31 de dezembro de 2022, e o modo como se formaram os resultados no exercício findo naquela data.

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal verificou, ainda, que o conjunto das demonstrações financeiras individuais da CP permite uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados e dos fluxos de caixa associados ao exercício em análise.

¹⁷ Valores objeto de recolha, transporte e contagem e fornecimento de trocos, valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados, valores das custódias de títulos que não sejam de dívida pública, valores dos contratos de leasing e factoring celebrados com a banca comercial, valores inerentes aos empréstimos bancários contraídos, valores que forem arrecadados através de TPA virtual, pela utilização de cartões AMEX, e valores movimentados via DPG da SIBS.

CONSELHO FISCAL

Em conclusão, o Conselho fiscal é de parecer que:

- i) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais da CP, relativos ao exercício de 2022, atentas as ênfases e as matérias relevantes de auditoria expressas na Certificação Legal das Contas;
- ii) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados do exercício apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido de o Resultado Líquido positivo no montante de 9 180 924 euros ser levado a resultados transitados.

Por último, o Conselho Fiscal regista com apreço e agradece toda a colaboração que lhe foi prestada ao longo do ano de 2022, tanto pelo Conselho de Administração como pelos demais colaboradores da CP.

Lisboa, 31 de julho de 2023.

O Conselho Fiscal,

O Presidente,

António Farinha Simão

Os Vogais,

Teresa Costa

Cristina Freire